

LUIS FELLIPE DIAS SOUZA

FESTA NA CIDADE

UMA LEITURA DAS FESTAS DE AGOSTO
DE MONTES CLAROS (MG) COMO
INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO

ORIENTADOR

PROF. DR. LUIZ CARLOS DE LAURENTIZ



LUIS FELLIPE DIAS SOUZA

FESTA NA CIDADE

UMA LEITURA DAS FESTAS DE AGOSTO
DE MONTES CLAROS (MG) COMO
INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO

ORIENTADOR

PROF. DR. LUIZ CARLOS DE LAURENTIZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729 Souza, Luis Fellipe Dias, 1993-
2020 Festa na cidade [recurso eletrônico] : uma leitura das
Festas de Agosto de Montes Claros (MG) como intervenções
no espaço urbano / Luis Fellipe Dias Souza. - 2020.

Orientador: Luiz Carlos de Laurentiz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.803>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Laurentiz, Luiz Carlos de, 1956-
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Luis Fellipe Dias Souza

FESTA NA CIDADE

UMA LEITURA DAS FESTAS DE AGOSTO
DE MONTES CLAROS (MG) COMO
INTERVENÇÕES NO ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora:

Instituição:

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Luiz Carlos de Laurentiz
Orientador

Assinatura digital

Parecer:

Aprovado

Prof. Dr. Paulo Cezar Nunes Junior

Instituição:

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Parecer:

Assinatura digital

Aprovado

Prof^a. Dr^a. Cláudia dos Reis e Cunha

Instituição:

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Parecer:

Assinatura digital

Aprovado

Aprovação em: 27/11/2020



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	vinte e sete de novembro de 2020	Hora de início:	09:25	Hora de encerramento:	11:45
Matrícula do Discente:	11822ARQ020				
Nome do Discente:	Luis Fellipe Dias Souza				
Título do Trabalho:	Festa na cidade: uma leitura das Festas de Agosto de Montes Claros (MG) como intervenções no espaço urbano.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Cultura urbana na situação construída contemporânea.				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Paulo Cezar Nunes Júnior – UNIFEI; Claudia dos Reis e Cunha – PPGAU.FAUed.UFU e Luiz Carlos de Laurentiz – PPGAU.FAUed.UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Luiz Carlos de Laurentiz, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos de Laurentiz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/11/2020, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia dos Reis e Cunha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/11/2020, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cezar Nunes Junior, Usuário Externo**, em 01/12/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fellipe Dias Souza, Usuário Externo**, em 01/12/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2413689** e o código CRC **502AFF6**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo suporte e pelo incentivo, mesmo durante tempos de grandes mudanças e adaptações. Obrigado pelo apoio durante todos esses anos.

Ao meu orientador, Lu de Laurentiz, pela paciência e serenidade, e por desde o início ter se mostrado solícito a mim e ao meu trabalho. Obrigado por me mostrar a importância do percurso, e não só dos resultados.

Agradeço aos meus amigos, os de longa data, e os que fiz em Uberlândia. Obrigado por serem suporte nos momentos de fragilidade e também nos de alegria. Sem vocês, essa experiência não teria sido a mesma.

E, por fim, obrigado a todos aqueles que contribuíram, da maneira mais simples à mais desafiadora, com essa jornada. Agradeço por cada ajuda, favor e conselho, que foram balizadores do processo de pesquisa. Seriam necessárias incontáveis páginas para listá-los todos aqui.

Dedico esse trabalho àqueles que acreditam no poder transformador da cultura popular, que tem muito a nos ensinar além dos livros.

*Arte popular
Do nosso chão
É o povo quem produz o show
E assina a direção*

"Coisa de pele", de Jorge Aragão

RESUMO

Através dos tempos, as festas populares têm se apresentado como elementos indispensáveis para se pensar a cidade contemporânea, sendo cada vez mais associadas a propostas de valorização dos espaços urbanos, bem como da própria morfologia dos lugares, rompendo o ritmo cotidiano e trazendo novas possibilidades de leitura da cidade, sob a ótica das manifestações culturais. O presente estudo dirige seu foco para as Festas de Agosto, comemorações tradicionais do catolicismo popular e representações do Congado na cidade de Montes Claros (MG), tendo como principal objetivo identificar a influência que as Festas exercem, enquanto intervenções temporárias, sobre as transformações imediata e a longo prazo no espaço urbano. O estudo parte de um olhar etnográfico, atendo-se à forma como as festividades se operacionalizam atualmente e sobre aspectos da própria cidade e seus espaços públicos, com o intuito de fazer análises sobre os estados de cotidiano e de ruptura, a partir de diferentes aspectos. Utiliza-se como ferramentas a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, e o discurso gráfico, levantando um breve histórico sobre a ocorrência dessas manifestações, bem como as principais características das festas. Para tanto, foi traçado um caminho no qual se discute, inicialmente, a relação entre festa e cidade e, posteriormente, apresenta-se as Festas de Agosto e a cidade de Montes Claros e, por fim, analisa-se a transformação dos espaços, nas dimensões físicas e imateriais - aspectos associados à cultura, memória e identidade -, de maneira a identificar o legado deixado pelas Festas, mesmo após sua efêmera presença.

ABSTRACT

Throughout the times, traditional parties have been presented as indispensable elements for thinking about the contemporary city, being increasingly associated with proposals for the enhancement of urban spaces, as well as the morphology of places, breaking the daily rhythm and bringing new possibilities of reading of the city, from the perspective of cultural manifestations. The present study focuses on the "August Parties", traditional celebrations of popular catholicism and representations of the Congado in the city of Montes Claros (MG), with the main objective of identifying the influence that these parties exert, as temporary interventions, on the immediate transformations and long term in urban space. The study starts from an ethnographic perspective, taking into account the way in which the festivities are currently operationalized and on aspects of the city itself and its public spaces, in order to analyze the states of everyday life and rupture, from different aspects. Bibliographic review, documentary research and graphic discourse are used as tools, raising a brief history of the occurrence of these manifestations, as well as the main characteristics of the parties. Therefore, a path was traced in which, initially, the relationship between the festival and the city is discussed and, subsequently, the August Parties and the city of Montes Claros are presented and, finally, the transformation of spaces is analyzed, in material and immaterial dimensions - aspects associated with culture, memory and identity - in order to identify the legacy left by the Parties, even after their ephemeral presence.

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 01: Tabernáculo dos judeus, 2011.
- Fig. 02: Festa dos Tabuleiros, em Tomar (Portugal) (1).
- Fig. 03: Festa dos Tabuleiros, em Tomar (Portugal). (1)
- Fig. 04: Festa da Congada em Uberândia (MG).
- Fig. 05: Diagrama que demonstra a interação entre intervenção temporária e indivíduos, 2013.
- Fig. 06: Festa do Congado em Ouro Preto (MG).
- Fig. 07: Festa do Rosário em Timóteo (MG).
- Fig. 08: Localização da cidade de Montes Claros, MG, 2019
- Fig. 09: Registro de um dia de festa na antiga Vila das Formigas, 2019.
- Fig. 10: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG), 2019.
- Fig. 11: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG), durante o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, 2019.
- Fig. 12: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG), durante o Reinado de São Benedito, 2019.
- Fig. 13: Festival Folclórico de Montes Claros (MG), 2019.
- Fig. 14: Catopês e as variações de cores em suas vestimentas, de acordo com a divindade celebrada, 2019. (1)
- Fig. 15: Catopês e as variações de cores em suas vestimentas, de acordo com a divindade celebrada, 2019. (2)
- Fig. 16: Catopês e as variações de cores em suas vestimentas, de acordo com a divindade celebrada, 2019. (3)
- Fig. 17: Estrutura e formação dos cortejos, 2005.
- Fig. 18: Banda militar carregando a imagem do santo devotado durante o cortejo, 2019.
- Fig. 19: Catopês durante o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, 2019.
- Fig. 20: Estrutura dos cortejos em duas filas, 2019.
- Fig. 21: Mestre Zanza, 2015.
- Fig. 22: Mestre João Farias, 2020.
- Fig. 23: Mestre Zé Expedito, 2020.
- Fig. 24: Mestre Tim, 2020.
- Fig. 25: Mestre Tone Cachoeira, 2020.
- Fig. 26: Caciconas Socorro, 2020.

Fig. 29: Grupo dos Caboclinhos representando o Império do Divino Espírito Santo, 2019. (1)

Fig. 30: Grupo dos Caboclinhos representando o Império do Divino Espírito Santo, 2019. (2)

Fig. 31: Terno de Catopês de Nossa Senhora do Rosário, fotografia de 1973, 2020.

Fig. 32: Grupo de Marujos, fotografia sem data, 2020.

Fig. 33: Grupo de Caboclinhos, fotografia da década de 30, 2019.

Fig. 34: Cortejo ao Divino Espírito Santo, fotografia sem data, 2020.

Fig. 35: Antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, demolida na década de 60, 2019.

Fig. 36: Atual Igreja do Rosário, localizada na Praça Portugal, centro de Montes Claros, 2019.

Fig. 37: Momento de realização da programação religiosa das Festas de Agosto junto ao Festival Folclórico, na Praça da Matriz. Sem data, 2019. (1)

Fig. 38: Momento de realização da programação religiosa das Festas de Agosto junto ao Festival Folclórico, na Praça da Matriz. Sem data, 2019. (2)

Fig. 39: Recortes de manchetes de jornais locais, onde é possível perceber tensões existentes entre a programação das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2019.(1)

Fig. 40: Recortes de manchetes de jornais locais, onde é possível perceber tensões existentes entre a programação das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2019.(2)

Fig. 41: Percurso feito pelos ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos durante os cortejos, saindo da Praça Dr. João Alves, em direção à Igreja do Rosário, na Praça Portugal, 2019.

Fig. 42: Percurso feito pelos ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos no domingo, último dia de Festas. A Procissão de Encerramento sai do Centro Cultural Hermes de Paula, na Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz) e segue até a Igreja do Rosário, na Praça Portugal, 2019.

Fig. 43: Show durante o 41º Festival Folclórico, em agosto de 2019, 2019.

Fig. 44: Ocupação da Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz) durante o Festival Folclórico, 2019.

Fig. 45: Terno de Catopês durante cortejo, 2019.

Fig. 46: Integrantes dos grupos de Catopês durante a cerimônia de chegada da bandeira, 2019.

Fig. 47: Localização do centro da cidade de Montes Claros (MG) e distribuição de bens tombados, 2015.

Fig. 48: Definição da área da festa, bem como suas áreas e pontos de concentração e trajetos, 2020.

Fig. 49: Croqui sobre hipótese de formação da cidade de Montes Claros entre 1760 a 1950. Na imagem, é possível identificar o que teria sido o antigo Arraial das Formigas, onde hoje se encontra localizado o atual Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves, 2020.

Fig. 50: Traçado das quadras na região central de Montes Claros, 2020.

Fig. 51: Predominância de edificações de uso comercial próximo ao Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves, no calçadão da Rua Simeão Ribeiro, 2020.

Fig. 52: Rua Doutor Santos, centro da cidade, um dos trajetos por onde passam os percursos das Festas de Agosto. Em estado de cotidiano, é possível observar a preferência ao automóvel, a existência de conflitos de travessia, e o aspecto heterogêneo causado pelo escalonamento de gabaritos e placas comerciais que cobrem as fachadas, 2020.

Fig.53: Rua Doutor Veloso, uma das vias que circulam a Praça Doutor Chaves, onde acontece o Festival Folclórico. Em estado de cotidiano, a via é de prioridade para automóveis. É possível notar também a diferença de gabaritos, e os limites entre privado e público, 2020.

Fig. 54: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça Portugal, em Montes Claros (MG), 2020.

Fig. 55: A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, a Igreja da Matriz, na Praça Doutor Chaves, 2020.

Fig. 56: Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves, 2019.

Fig. 57: Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, ou "Igreja da Matriz", 2020.

Fig. 58: Sobrado dos Canela, 2020.

Fig. 59: Solar dos Oliveira, ou "Solar dos Sertões", 2020.

Fig. 60: Sobrado nº 114, 2020.

Fig. 61: Sobrado nº 93, 2020.

Fig. 62: Palácio Episcopal, 2020.

Fig. 63: Sobrado dos Mendes/Maurício, 2020.

Fig. 64: Casarão da Fafil, 2020.

Fig. 67: Hierarquia viária, centro de Montes Claros (MG), 2020.

Fig. 66: Limite entre a Praça Doutor Chaves e o calçadão na rua Simeão Ribeiro, 2020.

Fig. 67: Feira local de artesanato na Praça Doutor Chaves, 2018.

Fig. 68: Fluxo na rua Camilo Prates, centro de Montes Claros, 2020.

Fig. 69: Ocupação da Praça Doutor Chaves durante a noite, em estado de cotidiano, 2013.

Fig. 70: Conjunto urbanístico da Praça Doutor Chaves, região central de Montes Claros (MG), 2019.

Fig. 71: Conjunto urbanístico da Praça Doutor Chaves, região central de Montes Claros (MG), durante as Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2019.

Fig. 72: Esquema de ocupação viária durante o cotidiano, 2020.

Fig. 73: Esquema ocupação linear dos cortejos durante a festa, 2020.

Fig. 74: Espacialização das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2020.

Fig. 75: Croquis das espacializações das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2020.
(1)

Fig. 76: Croquis das espacializações das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2020.
(2)

Fig. 77: Croquis das espacializações das Festas de Agosto e Festival Folclórico, 2020.
(3)

Fig. 79: Estruturas de barraquinhas comerciais no Festival Folclórico. Fonte: acervo do autor, 2019.

Fig. 80: Prioridade ao tráfego de pedestres durante o estado de festa, 2019.

Fig. 81: Tráfego viário de prioridade a automóveis durante o estado de cotidiano na cidade, 2020.

Fig. 82: Trajeto dos ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos durante as Festas de Agosto de 2019, 2019.

Fig. 83: Localização das casas dos Mestres dos ternos de Congado em Montes Claros (MG), 2020.

Fig. 84: Ternos de congado de Montes Claros frente à Igreja do Rosário, 2011.

INTRODUÇÃO	19
1. A CIDADE E A FESTA	24
1.1 INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS: O PERMANENTE E O EFÊMERO NO CONTEXTO ARQUITETURA E CIDADE.....	28
1.2 OS SIGNIFICADOS DA FESTA NO ESPAÇO URBANO.....	35
1.3 ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE FESTA	42
1.4 A FESTA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E VALORES	50
2. AS FESTAS DE AGOSTO DE MONTES CLAROS (MG)	56
2.1 O CONGADO EM MINAS GERAIS.....	59
2.2 A CIDADE DE MONTES CLAROS (MG): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	63
2.3 AS FESTAS DE AGOSTO E O FESTIVAL FOLCLÓRICO: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E PROGRAMAÇÃO	66
2.4 AS FESTAS DE AGOSTO COMO PATRIMÔNIO: ENTRE A TRADIÇÃO, A MODERNIZAÇÃO E A CULTURA LOCAL.....	100
3. AS FESTAS DE AGOSTO E A RELAÇÃO CONSTRUÍDA COM O ESPAÇO	107
3.1 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO E DA INTERVENÇÃO.....	114
3.3 BALANÇOS PARCIAIS.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142

INTRODUÇÃO

O espaço urbano está sempre em modificação. São múltiplos os motivadores e as causas dessas transformações, e um deles é objeto do presente estudo: a festa – em especial, a festa popular – que tem como principal cenário a rua e os espaços públicos da cidade. Apesar de apresentarem uma relação de proximidade com esses domínios, ainda pouco se observa sob a ótica da cultura urbana a dinamização e as relações que se constroem nesses espaços. As festas populares sempre estiveram presentes na história das cidades, acompanhando seu desenvolvimento, a construção de suas materialidades (como de sua arquitetura, seus usos e percursos) e de suas imaterialidades (sua história, seus valores e a cultura de seu povo), antes mesmo de serem consideradas como uma tradição.

Apesar de serem ainda pouco exploradas como ferramentas de estudo para a história e a compreensão das dinâmicas e das transformações da cidade, as festas populares podem ser entendidas como manifestações culturais que extrapolam questões de lazer, turismo, religiosidade e sociabilidade. As festas podem ser vistas como verdadeiras intervenções no espaço público, capazes de trazer não só ruptura aos ritmos cotidianos habituais, mas também de propor novas atividades, novos usos e novas paisagens. Apesar de seu caráter efêmero, caracterizado pela temporalidade de sua presença, as festas deixam registradas na história marcas que dizem muito – principalmente através de meios não verbais – sobre os tempos vividos. Desse modo, sua existência permite análises sobre transformações que se dão em diferentes dimensões e escalas, a começam pela própria festa em si, e que se estendem por toda sua amplitude, bem como sobre o papel que essas celebrações desempenham na construção da história de uma cidade, e dos lugares que ocupam na contemporaneidade.

Segundo Rita de Cássia Amaral (1998), há uma grande quantidade de trabalhos sobre festas de todos os tipos, podendo-se destacar as etnografias, que servem como documentos, por seu caráter minuciosamente descritivo das eventualidades. Entretanto, poucas apresentam uma preocupação com o registro dos contextos onde e em que acontecem, uma vez que “excessivamente preocupados em buscar o que se considera ser o ‘original’, o ‘tradicional’, as ‘sobrevivências culturais’, escapa aos observadores não apenas os processos transformativos, mas também as razões que os impulsionam.” (AMARAL, 1998, p. 24)

Diante das possibilidades trazidas por essa problemática, o interesse em estudar sobre as Festas de Agosto de Montes Claros (MG) surgiu. Essas festividades consti-

tuem uma dentre as várias representações do Congado em Minas Gerais, sendo uma das mais conhecidas na região norte do estado. Apesar de se chamarem "festas", no plural, trata-se de uma única celebração, que é resultado da junção de três festas em uma só: a "Festa do Rosário", em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, a "Marujada", em homenagem a São Benedito, e a "Festa do Divino", em homenagem ao Divino Espírito Santo. Um dos aspectos mais interessantes sobre as Festas de Agosto é sua origem desde a gênese da cidade de Montes Claros, e que até hoje a acompanha, na contemporaneidade. Durante todo esse tempo, em seus 181 anos de existência, as Festas acompanharam o desenvolvimento de uma cidade que teve sua história marcada por diversas lutas, das mais diferentes naturezas. A construção de seus espaços se deu de uma maneira espontânea, sempre levando em consideração os interesses de grandes proprietários de terras. Dentre os muitos cenários de tensões e disputas espaciais, as Festas sempre estiveram presentes, tendo que se modificar e adequar a fim de conquistar aceitação, autorização e legitimação para que pudessem acontecer. E no meio de tantos processos, sempre iam trazendo transformação para os espaços por onde passavam, deixando sua marca e construindo o seu legado. Hoje, as Festas de Agosto são conhecidas como a principal festa da cidade, e também a mais tradicional, tendo ainda fortes raízes em suas características de origem. Anualmente, os festejos se estendem pelas ruas do centro da cidade, levando milhares de pessoas às ruas, pelos mais diferentes motivos: seja a devoção aos santos, o pagamento de promessas, prestígio à cultura local, ou simplesmente para apreciar as cores, fitas e os dançantes ricamente caracterizados, que dão vida ao tão acelerado e caótico núcleo urbano.

As Festas de Agosto, atualmente, consistem em uma mistura de festa e evento. Apesar de as festividades possuírem uma motivação religiosa, apresentam também aspectos seculares. Há 41 anos, junto às celebrações, acontece o Festival Folclórico, um evento promovido pelo poder público, e que traz uma programação com shows e barraquinhas, e que também gera uma transformação do espaço físico através da montagem de estruturas temporárias e da quantidade de pessoas atraídas pelo festival. Numa relação de construção do lugar e de um espaço festivo, as mudanças provocadas e recebidas por ambas as programações são mutáveis no tempo e estão em constante reinvenção, e hoje representam diferentes associações no que se diz respeito à tradição, e na construção de valores a serem mantidos e preservados como patrimônio imaterial do município, possuindo diferentes representações e significados não só para os diferentes grupos sociais, mas também para a própria cidade.

Estudar o espaço urbano a partir das festas permite uma maior aproximação com a

cidade, o que permite observar por um outro lado as transformações pelas quais esta passava no período de suas comemorações, colocando em contato direto com a cultura popular, e como essas práticas estabelecem um diálogo com o espaço urbano, seja por pela transformação momentânea de seus usos, domínios e paisagem, bem como de seu ritmo corriqueiro. O espaço público é apropriado com tanta intimidade, que se torna quase imperceptível a delimitação entre o que é público e o que é privado, o que é profano e o que é sagrado. Todos os anos, moradores de bairros distantes na cidade, reúnem-se para ocupar as ruas do local mais visível, o centro da cidade, para agradecer, reverenciar, festejar seus santos, movendo consigo inúmeros adeptos, que deixam suas casas, seus trabalhos, e até mesmo suas cidades para celebrar juntamente ao povo, e reviver a memória da tradição.

A proposta de pesquisar sobre festas populares – não só enquanto manifestações culturais, mas também enquanto elementos capazes de construir temporalidades e permanências – tem em vista que pode-se entender algo a mais sobre cidades, e sobre suas transformações no espaço-tempo imediato e a longo prazo. O intuito é compreender a influência que atividades inusitadas, trazidas pelas celebrações, exercem sobre a construção e transformação dos espaços que as recebem. O presente trabalho trata tanto sobre o estudo da festa da própria festa em si, abordando sua história e sua construção como patrimônio cultural local, através de um olhar etnográfico, analisando suas características, sua estrutura, como, por que, e quem são as pessoas que as idealizam, sempre voltando-se o olhar para a discussão e reflexão sobre os impactos, as rupturas e as continuidades dessas práticas no espaço urbano antes, durante e após sua realização.

Esta pesquisa foi desenvolvida durante o programa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos de Laurentiz, que teve como objetivo principal analisar como as Festas de Agosto de Montes Claros, enquanto manifestações culturais temporárias e cíclicas, influenciam na construção do espaço, através de aspectos tangíveis e intangíveis. Além disso, através de objetivos secundários, buscou-se compreender sobre o significado das festas populares na cidade, como intervenções temporárias no espaço urbano, capazes de produzir rastros permanentes; traçar um paralelo sobre a relação das Festas de Agosto com o contexto urbano de Montes Claros, desde sua origem até a contemporaneidade; e fazer uma leitura sobre os espaços em que atualmente acontecem as Festas, de maneira a identificar modificações motivadas e trazidas pelas mesmas, e seus impactos imediatos e a longo prazo sobre a cidade.

Foram muitas as inquietações que moveram o trabalho e foram encontradas durante

o percurso, como qual a importância das Festas de Agosto para Montes Claros atualmente? Por que possuem esse nome, ao invés de serem conhecidas como festas do Congado, como na maioria das regiões do país? Como a população vê essas manifestações? Como um momento de celebração, de expressão de uma devoção? Ou como um evento espetacular, ou mesmo um momento de sociabilização e de lazer? O que fez com que a tradição permanecesse até os dias de hoje? Como despertou-se o interesse para o seu registro? Qual a importância da Igreja do Rosário, e o que aconteceu para que a mesma fosse demolida e reerguida? Por que, apesar de ser originada no período da escravidão, a festa hoje é miscigenada, diferente de muitas outras regiões, onde é permitida a participação somente de negros? As festas tiveram alguma influência na formação de espaços na região central, e na expansão da cidade, ou de políticas culturais? Por que a festa, mesmo partindo de um princípio religioso, não tinha aceitação da Igreja católica? E por que, atualmente, apresenta tantos aspectos “profanos”? E, por fim, qual o legado que as festas deixam, após a sua efêmera presença?

Buscando responder a essas inquietações, o desenvolvimento do presente trabalho se deu através da observação e análise dos diferentes significados trazidos pelas Festas, bem como dos valores atribuídos a ela, avaliando-os através da sua estruturação espacial (dimensão física), de seus organizadores, dos festeiros, e de toda a população envolvida em sua realização. Como método de investigação, partiu-se da etnografia, caracterizada pela vivência em campo da área de estudo em questão, além de todos os anos vividos na cidade Montes Claros, como usuário regular dos espaços, e também como observador participante das Festas de Agosto. Além disso, como procedimentos, foram utilizados o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e o discurso gráfico, que foram indispensáveis para a construção de um breve histórico sobre as Festas – através de buscas em livros, trabalhos acadêmicos, jornais locais, fotografias e outras fontes documentais –, e para a leitura e interpretação do material coletado em campo e entendimento das espacializações e percursos, através de análises dos seguintes materiais:

- Fotos aéreas e mapas de apresentação do local;
- Croquis de espacialização da intervenção;
- Croquis interpretativos das categorias de análise;
- Fotografias interpretativas do local e das manifestações.

As análises presentes nesse trabalho procuraram ancorar-se nos diferentes signifi-

cados atribuídos às festas, e na influência da introdução de novos objetos, e das maneiras de festejar, possibilitando a perpetuação da tradição e da cultura popular na cidade, as diferentes formas de apropriação do espaço, e as transformações decorrentes dessas manifestações.



mínimo e mais
... toque
... não soune,
... ilicito
... suspiros
... indigios
... máxina
... a
... meus
... es
... minha
... dora,
... dias
... uasta
... o deaba

Apoio as melôdes
De mãos, abedias
Folha, esparompos
Refita sobre
Amou-me nu, toque
Após me aictoria
Um estioo suspiro
Je amimmo que
está aqui
Lâmo timido
Imposível, não amon
Ara, mínimo
que e mais.
Bel lôpo

CAPÍTULO I
A CIDADE E A FESTA

O urbano é um fenômeno complexo e multidisciplinar, impossível de ser esgotado. Através desse pensamento, Henri Lefebvre (2008) traz à reflexão a pluralidade de elementos e acontecimentos que compõem a cidade, e sobre as inúmeras maneiras e possibilidades de se estudá-la. Como parte desse universo de diferentes culturas, imagens, usos e apropriações, tem-se a festa como um elemento que sempre acompanhou a história das cidades. Objeto de diversos trabalhos, dentre as mais diferentes áreas, a festa pode ser um fator determinante na forma como se consolidam os espaços físicos da cidade e as dimensões imateriais em que habitam. Ao mesmo tempo, por outro lado, os próprios espaços existentes podem ser os determinantes, as demarcando, limitando e definindo o tipo de atividade que ali será acolhida. Ou seja, a relação entre espaço e festa é de constante troca, onde, de uma forma ou de outra, a festa estabelece uma relação e gera influência sobre as dinâmicas espaciais urbanas, ao mesmo tempo em que estas também exercem influência sobre a festa.

Quando pensamos na importância das festas populares nas relações entre corpo e cidade, podemos entendê-la como um tipo de intervenção que está sempre situada entre o resgate e a permanência das tradições de um grupo ou uma comunidade que faz do espaço um intermédio para realizar práticas que transcendem o lazer, ao simbolizar costumes, transmitir saberes e praticar fé, crenças e devoção. Num país como o Brasil, em que é notável a quantidade e a diversidade de manifestações culturais como festas populares – com destaque principalmente às do tipo religioso – ocupando os espaços urbanos, torna-se emergente a importância de uma leitura da cidade sob a ótica da cultura urbana, tendo esta como uma própria ferramenta de análise. (CASTRO, 2012). No território brasileiro, as festas populares ocupam um lugar de destaque e reconhecimento, ocupando toda a extensão do país, em um calendário que é distribuído por todo o ano. A quantidade de comemorações existentes, dos

mais diversos tipos, contribuem para a formação do lugar, constituindo parte da imagem que se tem sobre determinados locais, comunidades, bairros, e até mesmo cidades e o próprio país. Isso é possível de se observar, de uma maneira geral, quando se tem frequentemente associado o país a grandes festas populares – como o carnaval e as festas juninas – acontecendo sob as mais variadas ocasiões, sendo difícil até mesmo mensurá-las ou generalizá-las, visto que cada comemoração apresenta seus próprios aspectos regionais, uma nunca sendo igual à outra, ainda que sob uma mesma motivação. Logo, o fato é que manifestações populares sempre estiveram presentes, desde a gênese da vida em sociedade, constituindo-se enquanto práticas que antecedem a própria construção das cidades.

Tendo em vista tamanha abrangência e o tempo de sua existência, torna-se possível dar início ao entendimento de como a festa constrói vínculos – não só com a sociedade mas também com o próprio espaço em que se desenvolve –, dando abertura à compreensão de sua complexidade, que sintetiza-se em um mosaico de elementos de diferentes tempos, uma vez que seu conceito é indissociável das ideias de espaço e de transformação.

Os estudos sobre a festa são como documentos importantes da história cultural de um território. O historiador francês Roger Chartier (2002) aponta para a insurgência do conceito de história cultural na década de 60, cujo qual cede lugar para novas ferramentas de análises teóricas, em meio a exigências há muito consolidadas, que têm como princípios aspectos que consideram “as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.” (CHARTIER, 2002, p. 14). Segundo o conceito abordado pelo autor, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler. (CHARTIER, 2002, p. 16-17)

A definição de história cultural permite uma conciliação entre novas possibilidades de análise junto à história social, trazendo novas possibilidades e apoio para as pesquisas, e também legitimidade aos estudos científicos. (CHARTIER, 2002). Diante desse conceito, traz-se à tona a importância da leitura da cidade a partir de uma perspectiva cultural, através de uma interpretação das manifestações, principalmente por seu caráter descritivo e a preocupação com detalhes, e por ter uma relação de construção em meio à cidade, vinculada a questões como patrimônio e a totalidade de sua definição, que abrange não só as estruturas construídas, como também as

práticas, celebrações, rituais e modos de fazer na sociedade.

Todavia, ainda são poucos os trabalhos existentes que relacionam elementos como as festas populares – dentre outras manifestações da cultura popular – aos aspectos de transformação urbana. Como é a sociedade que lhes dá vida, as festas aparecem frequentemente associadas a pesquisas etnográficas, que possuem uma preocupação centrada na essência tradicional dessas manifestações artísticas. Nem sempre são levados em consideração os processos que impulsionam tais eventos, bem como os rebatimentos e impactos que incidem sobre os espaços que as acolhem. Apesar de seu caráter temporário de ocupação das ruas e espaços públicos da cidade, as festas deixam impressos, sobre o espaço físico e material, rastros que representam conquistas, resistências e identidades ao longo de uma história.

1.1 Intervenções temporárias: o permanente e o efêmero no contexto arquitetura e cidade

Nas abordagens sobre arquitetura e cidade, a frequência em que se estabelece, ao menos num primeiro momento, uma relação com a materialidade (seja ela sobre edificações, monumentos ou projetos de espaços públicos) é muito maior e mais visível do quando que quando se trata sobre a imaterialidade. Isso pode ser notado quando, popularmente, relaciona-se muito menos arquitetura ao que é imaterial e temporário. Entretanto, ao refletir sobre suas origens, é possível perceber que arquitetura não diz respeito somente a monumentos, como pirâmides egípcias, templos gregos, e palácios babilônicos. Tão antigos quanto estes – e de igual importância – na história também existiram estruturas e eventos temporários que foram concebidos e designados para diversas funções e usos, como para celebrações e fins religiosos. O tabernáculo dos judeus (Figura 01), por exemplo, era uma tenda montada em madeira e tecido num recinto que era utilizado para rituais religiosos, e funcionava como um local de devoção e sacrifícios no meio do deserto pelo povo judeu durante o Êxodo, e que não são menos importantes que os templos e igrejas que ficaram marcados na história da arquitetura, uma vez que é notável a influência que sua configura-



Figura 01: Tabernáculo dos judeus. Fonte: Adcolina, 2011.

ração teve sobre a tipologia dessas edificações. (BONNEMAISON; MACY, 2008). E isso não se restringe apenas às construções.

Festas populares e festivais são exemplos de manifestações que, historicamente, aparecem associados direta ou indiretamente a propostas de valorização do espaço urbano, influenciando e afetando até mesmo a própria morfologia e a construção dos lugares. Pode-se citar como exemplo a Festa dos Tabuleiros (Figuras 02 de 03), também conhecida como Festa do Espírito Santo, uma tradicional celebração religiosa portuguesa, constituída de cortejos e jogos, que acontece a cada quatro anos, ocupando as ruas do centro histórico de Tomar, em Portugal. Marcada pelas estruturas e decorações como os tapetes feitos com flores de papel, a celebração envolve desfiles e procissões que percorrem as ruas da cidade. Quando se dirige o foco para o Brasil, sob a mesma vertente, pode-se citar como exemplo a festa da Congada (Figura 04), que se constitui enquanto uma festividade popular religiosa, com raízes de matriz africana, que rememora, ritualística e performaticamente, uma África ancestral contraposta ao trauma da escravidão. Suas comemorações se estendem suas ao longo de dias, criando nas ruas das cidades uma ambiência físico e temporal carregada de significados de fé e devoção, legitimando o espaço público como sagrado para a sua realização. Esses exemplos citados de maneira breve e pouco explorada têm o intuito apenas de ilustrar que, de uma forma ou de outra, seja através das manifestações culturais ou da instalação de estruturas eventuais, arquitetura e cidade sempre estiveram relacionadas a temporalidades e espacialidades, seja pela construção de estruturas e espaços efêmeros, ou à proposta de eventos ocasionais que alteram momentaneamente o uso de um espaço e dão a ele algum significado.



Figuras 02 e 03: Festa dos Tabuleiros, na cidade de Tomar (Portugal).
Fontes: Medio Tejo, 2019 (esq.); Pinterest, 2015 (dir.).



Figuras 02 e 03: Festa da Congada, na cidade de Uberlândia (MG). Fonte: Imprensa e Mídia, 2018.

O arquiteto suíço Bernard Tschumi (1996) afirma que os estudos de arquitetura e urbanismo não se limitam somente à dimensão física, mas envolvem também os acontecimentos que estão relacionados ao modo de vida e em como as pessoas usufruem dos espaços. Segundo o autor, a “arquitetura trata tanto dos próprios espaços quanto os eventos que tomam lugar nos espaços.” (TSCHUMI, 1996, p. 13). É importante salientar aqui que a denominação “evento” é dotada de uma polissemia. Ao citar sobre eventos, o autor não está se referindo especificamente à sua modalidade enquanto comemoração ou espetáculo, mas considerando um todo de quaisquer relações e acontecimentos que se desenvolvem sob e sobre as dimensões construídas.

A perspectiva de evento enquanto um acontecimento capaz de transformar a sociedade é discutida por Michel de Certeau (1998), que trabalha com o conceito de evento enquanto circunstância, considerando-o indissociável das motivações que o fazem acontecer, capaz de transformar o coletivo de forma inesperada. Certeau ressalta a relação entre os eventos e as práticas sociais, que influem na cultura popular. Conforme afirma o historiador, “a cultura popular se formula essencialmente em ‘artes de fazer’ isto ou aquilo, ou seja, em consumos combinatórios e utilitários” (CERTEAU, 1998, p. 41), determinantes na maneira como as pessoas utilizam os espaços, e fomentadores de uma determinada prática de comportamento. De acordo com o autor, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.” (CERTEAU,

1998, p. 38). Esse comportamento ao qual se refere o autor diz respeito ao modo como os indivíduos se manifestam e em como essa “quebra de regras” se transforma numa prática e, conseqüentemente, resulta em uma transformação.

Sob a perspectiva de Certeau (2005), é possível perceber a importância das práticas de espaço na relação existente entre evento e cultura, uma vez que toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação, agindo como um intercâmbio instaurado em um grupo social. Quando se propõe a compreender o fenômeno urbano e sociedade através de uma sociologia do cotidiano, o autor direciona não somente à análise das grandes instituições, mas sim a quem produz o cotidiano – chamado por ele de “heróis anônimos” – e o que é consumido por estes, como seus valores morais e suas crenças. Logo, para o autor, o evento só ganha sentido quando associado e analisado a partir da sociedade, sua cultura, suas práticas e temporalidades.

E a cidade é composta por uma multiplicidade de temporalidades sobrepostas. Esse pensamento é um fio condutor para refletir sobre intervenções no espaço urbano e, de forma mais específica, sobre as intervenções temporárias não só como práticas características da sociedade, mas que influência geram sobre a mesma.

As intervenções temporárias podem ser entendidas como atividades inusitadas que ocorrem de maneira transitória, podendo ser ou não de caráter espontâneo, e que ocupam um lugar num determinado espaço de tempo, em diferentes escalas, desde aquelas que se aproximam mais do uso cotidiano até grandes eventos, como por exemplo, apropriações, manifestações, intervenções artísticas e arquitetônicas, festas populares, entre outros. Apesar de, em tempos presentes, se encontrarem frequentemente associadas ao consumo urbano e ao turismo, como propostas de requalificação e adaptação de espaços públicos aos modos de vida da sociedade, ou como forma de adequação das cidades aos fluxos, as intervenções no espaço urbano não se restringem apenas às transformações de ordem física, mas envolvem também as apropriações, ações e interações urbanas que proporcionam algum tipo de transformação, intencional ou não, caracterizando-se pelo desejo de interação, produção, expressão, movimentação do espaço e de suas inércias, através de acontecimentos – os quais podem ser chamados também de “eventos.” (FONTES, 2013, p. 55). Sobre isso, a arquiteta e urbanista Adriana Sansão Fontes (2013) afirma que

As intervenções temporárias podem ser consideradas atitudes intencionais que, à luz da condição efêmera, fogem dos usos cotidianos do espaço – intencionais e contestatórias – funcionam como catalisadores de relações de proximidade, tanto com o próprio espaço quanto na relação entre os

indivíduos da urbe, atuando reativamente contra esse desfavorável estado de alienação pura. Possuem um desejo de transformação do espaço, advindo de uma forma contemporânea de pensar e agir, e estimulam novas possibilidades para os usos dos espaços públicos e para os modos de vida. (FONTES, 2012, p. 1)

A autora, ao desenvolver pesquisas sobre como as intervenções temporárias podem ser propulsoras de amabilidade urbana¹, aponta a função das apropriações enquanto atuações humanas que geram um impacto sobre o espaço urbano principalmente por serem potenciais indutoras de sociabilidade entre os indivíduos.

Segundo a autora, a criação de conexões e promoção de interação social estão vinculadas à inserção de um sistema ou elemento em um espaço coletivo. “Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a esse lugar, embora compatível, permitindo sua ativação por meio de novas conexões entre as pessoas.” (FONTES, 2013, p. 32). Ou seja, havendo uma intervenção temporária, esta pode permitir uma conexão entre as pessoas diferente da usual, do cotidiano, conforme ilustrado pela autora através do diagrama (Figura 04) abaixo.

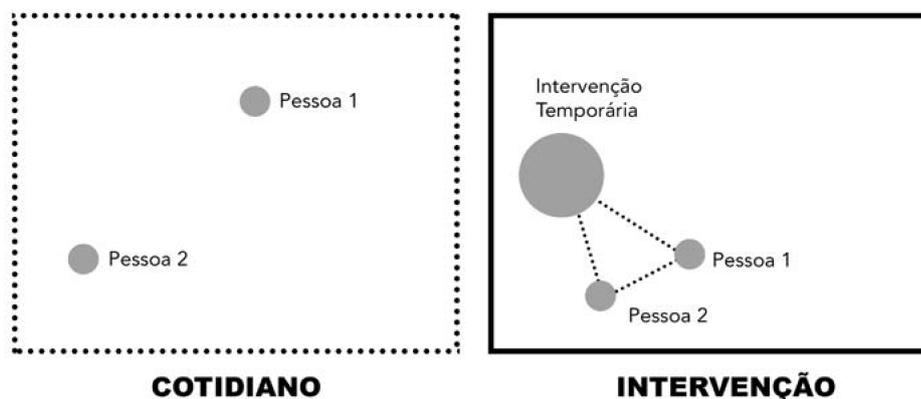


Figura 05: Diagrama que demonstra a interação entre intervenção temporária e indivíduos.
Fonte: Adriana Sansão Fontes, 2013. Adaptado pelo autor.

Sendo assim, pode-se pensar em vários exemplos de intervenções temporárias identificáveis na cidade, desde as mais sutis às mais impactantes, entre os usos cotidianos e os grandes eventos, transitando entre diferentes graus de contemporaneidade, de acordo com suas temporalidades. Através de estudos de caso que envolvem intervenções artísticas, apropriações espontâneas e, dentre outros, a autora atenta-se também para as festas locais como tipos de intervenções que representam a reconquista do espaço. (FONTES, 2013)

Antes de adentrar sobre a conceituação e especificidades das festas populares, é

¹ De acordo com o conceito trabalhado por Adriana Sansão Fontes (2013), a amabilidade urbana pode ser considerada “um atributo do espaço amável, daquele que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo por muitas vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneas” (FONTES, 2013, p. 12). Em sua pesquisa, a autora procura identificar uma relação existente entre as características físicas do lugar, as intervenções temporárias, e a sociedade.

interessante trazer de forma breve, para conhecimento, como a autora caracteriza as intervenções temporárias. De acordo com a arquiteta e urbanista, uma intervenção pode ser caracterizada a partir de oito critérios, que são: o pequeno, o particular, o subversivo, o ativo, o interativo, o participativo e o relacional. E no caso das festas locais, enquanto um dos tipos de intervenções temporárias, associam-se a esses critérios da seguinte maneira:

Tabela 01 - Caracterização das festas populares como intervenções temporárias

Pequeno	Baseadas em relações de vizinhança / pequeno raio de ação / escala local.
Particular	São específicas aos contextos / potencializam as qualidades espaciais locais.
Subversivo	Inserem novas atividades nos espaços, rompendo a linha do cotidiano.
Ativo	Movimentam os espaços a partir de novas apropriações / reconquistam o espaço público.
Interativo	Permitem maior usufruto do espaço público / valorização da vida na rua / conexão com o passante.
Participativo	São feitas pela comunidade, que se envolve com a organização das atividades.
Relacional	Reforçam os laços comunitários / possibilitam a intimidade.

Fonte: Adriana Sansão Fontes, 2013. Adaptado pelo autor.

Ao enquadrar as festas locais na caracterização das intervenções, a autora chama a atenção principalmente para os aspectos de sociabilização, subversão e de ruptura do cotidiano trazidos por essas manifestações, além da reconquista do espaço. Ao mesmo tempo em que a intervenção interage com as pessoas, a mesma faz com que estas interajam entre si, aproximando-as e, ao mesmo tempo, vitalizando os espaços e atraindo mais pessoas, originando, assim, um novo ciclo que se autoalimenta. Dessa forma, pode-se dizer que a apropriação efêmera de um determinado espaço pode ser entendida como uma experimentação de hipóteses ou como um modo flexível de uso da cidade. Esse pensamento é reafirmado por Roberta Edelweiss e Mauricio Garzon (2017), ao dizerem que

É a partir do uso da cidade que se faz possível, portanto, uma compreensão da evolução de seu significado ao longo do tempo. As possibilidades de reunião entre cidadãos é o que atribui a um contexto urbano sua identidade. E é nos espaços públicos onde esse encontro ocorre. Sendo assim, os espaços públicos têm grande responsabilidade como palco do diálogo entre cidadãos. (EDELWEISS; GARZON, 2017, p. 98)

Edelweiss e Garzon (2017) ainda evidenciam a sociedade como elemento motivador das transformações urbanas, assim como a relação existente entre intervenções tem-

porárias e o patrimônio cultural da cidade, estabelecendo uma constante e mútua troca entre si. De acordo com os autores, existe uma relação indivisível entre o meio imaterial e o meio físico, e é isso o que fomenta a construção de identidade e memórias.

A valorização da identidade local, entendida como manifestação cultural por parte da sociedade civil, apresenta-se através da apropriação do espaço público. Eventos efêmeros tomam espaço no contexto urbano e geram lugares de manifestação de cultura, preservação de memória e construção de identidade. [...] É importante ressaltar a compreensão da cidade a partir de um sistema de relações, entendendo-a através de seu contexto e em sua complexidade, e atentando para a relevância das interações entre partes, lugares, objetos construídos, culturas e técnicas. Trata-se, assim, de compreender o tecido urbano como um conjunto que abriga obras edificadas pertencentes à memória coletiva e que, isoladas ou não, por sua vez fazem parte de uma totalidade complexa que representa fatos urbanos, constituindo o seu patrimônio cultural. (EDELWEISS; GARZON, 2017, p. 99)

O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki (2019) também fala sobre o imaterial como parte integrante do material ao estabelecer uma discussão entre cultura e cidade. Para o autor, “a cidade é um receptáculo espacial, repleto de vozes, olhares e cheiros, um palco permanente de manifestações coletivas que são indissociáveis dela.” (BONDUKI, 2019, p. 7). Segundo Bonduki (2019), a cultura integra a cidade de forma ativa, como um de seus elementos construtivos, fazendo com que a mesma não seja apenas um cenário sobre o qual várias linguagens são expressadas, mas formando um eixo de duas direções que se incorporam uma à outra, gerando uma unidade complexa, multifacetada e não generalizada. Ainda de acordo com o autor, a maneira como os espaços se consolidam está diretamente relacionada às pessoas que a ocupam e suas culturas

A cidade é, ela própria, um produto cultural vivo em permanente processo de transformação. Sua implantação, sua relação com o meio físico, seu traçado, sua morfologia, sua arquitetura, seu processo de ocupação e crescimento são elementos indissociáveis da cultura dos povos que a edificam. (BONDUKI, 2019, p. 7)

Dessa maneira, torna-se mais clara a compreensão do papel e da atuação das intervenções temporárias enquanto apropriações espaciais que estão relacionadas às temporalidades e à história das cidades. Apesar de consistirem em atuações transitórias, através dos tempos imprimem rastros indeléveis, de dimensão material e imaterial, que podem ser propulsores de memória e identidade – principalmente quando se trata de festas locais – trazendo, conseqüentemente, transformação aos espaços e às suas formas de ocupação.

1.2 Os significados da festa no espaço urbano

É importante compreender a cidade a partir de um sistema de relações, entendendo-a através de seu contexto e em sua complexidade, e atentando para a relevância das interações entre partes, lugares, objetos construídos, culturas e técnicas. O enfoque dos processos urbanos contemporâneos sob a ótica cultural reveste-se de uma grande relevância na atualidade, devido à dimensão espacial dos eventos culturais que criam dinâmicas e formas efêmeras. (CASTRO, 2012)

Desde sempre, produções culturais de todos os tipos são realizadas de maneira a expressar o ambiente urbano. Festas, eventos, festivais, manifestações, procissões e desfiles trazem diferentes significações para os espaços públicos que as acolhem, e muitas destas são verdadeiras representações que possuem como cenário a cidade.

Lefebvre (2001), ao tomar a industrialização como ponto de partida para discutir a problemática urbana, aponta as questões culturais como integrantes importantes desse “motor das transformações na sociedade”. Segundo o autor, a cidade sempre foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras e pelas festas, sendo estas seu uso principal, ocupando as ruas, as praças, os edifícios e os monumentos. (LEFEBVRE, 2001)

Com a introdução da lógica do mercado e da indústria na cidade, as manifestações festivas foram sendo modificadas e “antropofagiadas” por estas lógicas. Nesse sentido, Lefebvre (2001) propõe que a cidade reencontre sua função primordial, aquela que dá sentido à vida humana, ou seja, a festa. Assim, o autor defende que a principal forma de se fazer uso da cidade, isto é, das ruas, praças, monumentos e edifícios, é a Festa. Para ele, a realidade social não se concretiza fora do espaço, e este é o elemento central da estrutura da sociedade moderna, e a Festa se espacializa na cidade e confere sentido para a vida humana.

Os aspectos utilizados para caracterizar e denominar as festas e determinar o lugar que ocupam no espaço urbano, são definições frequentemente presentes nos mais diversos estudos sobre essas celebrações, nas diversas áreas de conhecimento, principalmente nas ciências sociais e antropologia. Para tanto, diante da abordagem proposta para o presente trabalho, torna-se preciso trazer uma discussão que delimita o que se entende por festa e o que se entende por evento, bem como suas aproximações e entrelaces, tendo-se em vista que usualmente são tidos como sinônimos.

Falar sobre festas a partir de sua conceituação e suas classificações pode desaguar

numa discussão muito ampla, uma vez que os estudos sobre o tema adquiriram um caráter multidisciplinar através dos tempos, por se tratar de um assunto que envolve diversas áreas de conhecimento como as ciências sociais, a geografia, a antropologia, a história, entre outros, que exploram diferentes visões de suas múltiplas faces. Podendo ser religiosas, profanas, culinárias, folclóricas, as festas nada mais recriam, constantemente, momentos que ficaram marcados na memória coletiva, que expressam a tradição cultural de comunidades, e podem estar associadas ou não a ciclos do calendário, para comemorar os momentos históricos ou culturas importantes de uma cidade.

Émile Durkheim é considerado um dos pioneiros nos estudos da festa, trazendo algumas das mais importantes contribuições no estudo das mesmas. Definições estas que serviram como referência para os pensamentos e para as conceituações por parte de muitos outros autores, e que até hoje são utilizadas por pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto. De acordo com o sociólogo

Toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso.[...] Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é, certamente, que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública. O simples divertimento, [...] não tem um objeto sério, enquanto que, no seu conjunto, uma cerimônia ritual tem sempre uma finalidade grave. Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco. No fundo a diferença está mais na proporção desigual segundo a qual esses dois elementos estão combinados." (DURKHEIM, 1989, p. 547).

A partir de Durkheim, pode-se apreender a relação existente entre festa e rito, que é um ponto essencial para compreender o significado do que é festa, além de todas as definições que se sucedem e que abrangem o lazer, a ruptura de um estado de cotidiano, e o momento de sociabilidade. Como afirma o autor, a essência da festa parte da compreensão dos rituais religiosos, pois até mesmo as festas laicas têm características espirituais ou místicas.

A compreensão da festa enquanto rito é um fio condutor para os desdobramentos de sua conceituação e para o entendimento das suas demais características. Por exemplo, para Durkheim (1989) e para a maioria dos autores que vão abordar a temática, o divertimento pressuposto pela festa é uma fuga momentânea da mono-

tonia, da rotina e do trabalho. Contudo, a experiência do lazer foge do princípio da superficialidade pois, sem ele, a vida em sociedade não seria possível. A festa passa a ter, assim, uma função pois, ao fim de cada celebração, os indivíduos voltariam à “vida séria”. A festa, enquanto rito, reabasteceria a sociedade de “energia”, de uma disposição para continuar o cotidiano da vida do trabalho, seja pela resignação, pela efervescência gerada, pela dissolução momentânea das regras sociais. (AMARAL, 1998)

É possível observar que, apesar das peculiaridades diante das diversas conceituações, há quase sempre o fator social, o cultural, e o caráter inusitado levados em consideração, independente da área a que se propõe a análise. Para o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (1974), as festas são compreendidas como “fato social total e complexo”, que se insere numa dinâmica sociocultural, opondo-se à ordem e a sequência da vida nas comunidades, representando uma aparente ruptura do cotidiano, separando o tempo de trabalho do tempo de alegria e liberdade (MAUSS, 1974).

Essa visão de ruptura também é compartilhada pela historiadora Mary Del Priore (1994), que também chama atenção para a questão da sociabilidade trazida pela festa ao dizer que, se por um lado a festa é ruptura, por outro ela é uma notável força de integração social, de reafirmação de laços, interferindo diretamente na construção da sociabilidade. (DEL PRIORE, 1994)

A questão ritual é bastante revistada na caracterização das festas, não só em virtude da característica religiosa incorpora à sua estrutura, em sua essência, mas também pelo objetivo e a necessidade de rememoração do mito enraizado nas tradições. O símbolo assume verdadeiramente uma função, não estando relacionado somente a significar um objeto, um acontecimento, mas em celebrá-lo. Em utilizar todos os meios de expressão para transparecer, trazer à tona e lembrar de forma recorrente o valor que se atribui aos mesmos. (AMARAL, 1998). Essa relação está presente até mesmo à etimologia de celebrar, do latim *commemorare*, que significa “trazer à memória, lembrar”.

O antropólogo e sociólogo Carlos Brandão (1974) ainda identifica a questão ritualística da festa não só vinculada à memória e à celebração de algo, mas também atingindo seu potencial de acontecimento social. Segundo o autor, “a festa é um tipo de ritual e os limites do ritual podem ser alargados a todas as ações que objetivam e produzem comunicação social.” (BRANDÃO, 1974, p. 30)

O caráter simbólico, tradicional e perpetuador das festas está presente na análise sobre cultura trazida pelo antropólogo Clifford Geertz (1978), ao afirmar que esta consiste em

(...) um padrão de significados incorporados nos símbolos, o qual é transmitido historicamente, num sistema de concepções herdadas, expressas nas formas simbólicas por meio das quais os humanos comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento acerca da vida e de suas atitudes diante dela. (GEERTZ, 1978, p. 66)

É interessante observar também contrapontos colocados por alguns autores ao conceituarem a festa, e que não necessariamente anulam um ao outro, mas sim reforçam seu caráter multidisciplinar e de pluralidades. Alguns a ressaltam como propiciadora do reestabelecimento da ordem, como é trazido por Roger Caillois (1988), por exemplo, ao dizer que o momento da festa é de uma regeneração da ordem social, uma atualização do período criador. Enquanto, em contrapartida, para outros autores como Jean Duvignaud (1983), as festas representam um estado de negação à ordem, ou como diz o sociólogo francês, uma subversão criadora, e se configuram como eventos que determinam uma ruptura da vida social caracterizada pela produção de um tempo e de uma forma de vivência totalmente alternativos ao cotidiano burocratizado e normatizado pelas regras de conduta social. O autor vê, na festa, não uma tentativa de regeneração ou um modo de reafirmação da ordem social, mas uma ruptura, até mesmo uma anarquia total e reforça nela o poder subversivo, de negação.

Duvignaud (1983) também ressalta os diferentes aspectos das festas em relação à participação social ao classificá-las em dois tipos: as Festas de Participação e as Festas de Representação. Segundo o autor, nas Festas de Participação são aquelas marcadas pela participação popular, desde a sua elaboração até seu acontecimento. Os participantes possuem consciência dos símbolos e mitos ali são representados, assim como dos rituais realizados. As festas religiosas são frequentemente associadas como sendo de Participação. Quanto às Festas de Representação, levam essa denominação em virtude de uma relação estabelecida entre "atores" e "espectadores": os atores, são os que participam diretamente organização da festa e que a produzem para os espectadores, que também participam do evento, porém como meros receptores afetados, não se envolvendo diretamente com sua construção, ou seja, a população tem conhecimento dos símbolos, das cerimônias e dos "rituais", entretanto, possuem uma percepção diferente, mais passiva, quando se comparada às Festas de Participação. É mais uma relação de recepção de uma representação, do que de uma ação de participação.

Existe, entretanto, uma possibilidade de intermediação entre os dois tipos de festas estipulados por Duvignaud. E perante a classificação proposta pelo autor, é possível traçar um ponto de partida para o discernimento do que se entende por festa e por evento – apesar de, na prática, atualmente, esses tipos não serem facilmente delimitados, em aspectos e proporções na contemporaneidade, em grande parte das ocorrências.

A tendência é cada vez mais encontrar a sobreposição dos dois tipos fundidos entre si – ou ao menos a tentativa deles. Pode-se citar como exemplo as Festas Juninas, ou outras festas populares locais, que possuem uma essência de participação na organização, mas que muitas acontecem acopladas a eventos promovidos por órgãos municipais, com uma programação de shows, barraquinhas de comidas, comércio de produtos, dentre demais atividades que não necessariamente fazem parte de uma programação ritualística ou religiosa, ainda que a motivação seja a devoção a um santo. Duvignaud vê esses elementos não só incorporados às maneiras de se festejar, como também constituintes de potenciais criativos e de reinvenção. Segundo afirma o autor

(...) a finalidade do lar, do mercado, da ingestão de alimentos ou do poderio é imanente à atividade que envolve estas ações. A festa, em si, ao contrário não implica qualquer outra finalidade senão ela mesma. E mais ainda, a criatividade que faz supor não é criativa senão no âmbito das formas que reveste no curso da sua manifestação. Nesta ocasião ela sai do domínio da percepção, não obstante a sua amplitude por intermédio do reconhecimento das “dimensões ocultas” para penetrar a esfera do imaginário. (DUVIGNAUD, 1983, p. 66)

Contudo, o autor chama a atenção para como essa capacidade pode ser utilizada como meios de apropriação, e como as festas estariam, atualmente, sendo “vencidas” pelos modos de produção capitalista e pelo crescimento industrial. (DUVIGNAUD, 1983)

Essa característica intermediária, segundo Amaral (1998), reflete a evolução das festas diante da sociedade, desde a antiguidade até os dias atuais. Uma vez que “as sociedades se tornaram complexas e que as diferenças de classes e atividade econômica se manifestaram, o papel da festa se modificou: seu caráter de representação tornou-se mais evidente, pois uma classe muitas vezes se “representa” para a outra.” (AMARAL, 1998, p. 42)

O historiador Jacques Heers (1987) apresenta uma visão mais crítica sobre essa evolução, ao afirmar que esta apresenta-se não só como o reflexo de uma sociedade, mas também de intenções políticas. Possuindo, como consequência, uma exaltação

da situação e dos valores, das influências, dos privilégios e dos poderes. Ou, como afirma Castro "(...) a festa urbana se constituiria em uma metamorfose transitória de papéis sociais, consignando uma ruptura no cotidiano funcional (...)." (CASTRO, 2012, p. 40)

A discussão sobre a transformação de festas populares em eventos de "grande porte" é um ponto de conflito para muitas discussões, pois, de um lado, há quem defenda que a realização de festivais junto a festas tradicionais movimenta a economia local, promove a socialização, valoriza os produtos e artistas regionais, e incentiva o turismo; contudo, por outro lado, há quem questione a efetividade desse tipo de prática, e se elas de fato contribuem para a população e para a cidade, ou se funcionam como meros instrumentos para movimentar a economia, voltados exclusivamente para o consumo das elites, e para "espetacularizar" uma tradição.

Nestor Canclini (2003) associa os eventos provenientes de festas populares à modernidade e aos processos capitalistas. Segundo o autor, os processos de industrialização e de urbanização provocaram rupturas importantes que tiveram interferência na questão cultural. Nesse contexto, progressivamente, o próprio espaço urbano foi se transformando em arena não só das principais atividades econômicas tradicionais, como também espaço de deflagração de eventos culturais diversos. (CANCLINI, 2003)

Compreender a espetacularização da cultura urbana e das festas populares é também um interesse para Fortuna e Silva (2002) que, em suas pesquisas, procuram identificar se o espetáculo "mata" ou vitaliza a cidade, e de que maneira. De acordo com os autores, essa transição acompanha a modernização e a expansão das cidades, e também interesses políticos sob um discurso de preservação da cultura local, onde os centros urbanos ou vão tornando-se socialmente mais homogêneos e segregadores, ou sendo convertidos em lugares de visitação e cerimonial, resultando em um processo de suburbanização, que leva consigo sua possibilidade de permanente heterogeneidade.

É difícil imaginar que, se politicamente pretendida, a preservação das culturas locais e das identidades das cidades possam ser alcançadas, nos nossos dias, por intermédio de uma qualquer autarquia cultural, avessa à negociação e ao contato com outras formas de arranjos políticos e culturais. Tal decorre do fato de a cidade que conhecemos hoje, saída de transformações importantes ocorridas a era da industrialização, ser sinônimo de heterogeneidade social e cultural, de relativização de perspectivas, e de afirmação de enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais. (FORTUNA; SILVA, 2002, p. 412)

Segundo os autores, ações culturais desse tipo assumem um local estratégico na economia local e na renovação das cidades. E isso possui um impacto – até mesmo material – direto sobre o espaço urbano, pois os eventos culturais utilizam de elementos que alteram o significado do lugar e a imagem de uma cultura, muitas vezes, marginal.

O modelo moderno de cultura urbana surge, a partir do século XIX, com o intuito de atenuar as barreiras entre cultura popular e cultura de elite, tornando determinadas práticas socialmente mais “abrangentes”. Esse ponto é colocado por Fortuna e Silva (2002), ao apontarem processos de fragmentação e incoerências geradas por eventuais apropriações político culturais, permitindo que o século XX seja caracterizado como o tempo de consumação de um longo processo longo de urbanização da cultura, que traduz e consagra a plena hegemonia da cultura gerada nas cidades. Segundo os autores, “a concentração sem paralelo no espaço urbano de equipamentos, serviços e bens materiais, culturais e simbólicos é apenas um sinal dessa hegemonia cultural das cidades.” (FORTUNA; SILVA, 2002, p. 421)

O impacto urbano do surgimento do evento a partir de festas populares é avaliado por David Harvey (1993) onde, contrário à justificativa de valorização da economia local, o autor aponta que tais práticas pouco têm efeito efetivo sobre a pobreza e a criação de oportunidades, em muitas das vezes podendo gerar até mesmo um impacto negativo. Harvey chamada a atenção para o fato de que, quanto maiores proporções um evento toma, mais este se descola da autenticidade e da essência original, em direção a uma forma de promoção genérica da etnicidade, caracterizada quase sempre pelos mesmos atributos estéticos e programáticos, cujo resultado é a repetição em série de modelos bem sucedidos. Segundo o autor, “dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares tornou-se um meio de atrair capital e pessoas [do tipo certo] num período de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificado.” (HARVEY, 1993, p. 92)

Os pensamentos de Fortuna, Silva e Harvey dão um direcionamento para se pensar de uma maneira mais crítica a inserção de um evento, de caráter moderno e espetacular, sob o discurso de valorização da tradição de determinados grupos, que socialmente ocupam lugares há muito – ou ainda – marginalizados. A apropriação de símbolos da devoção, dos rituais, e do ato de celebrar, seja de um momento ou um objeto, para transformá-los em evento, pode ser um forte gerador de tensões e amplifica não só interesses políticos de uma época, mas também representa um canal de manifestação dos interesses das classes de elite. A modernização de festas populares têm um

impacto imediato e temporário sobre a economia local, o turismo e a sociabilização, que a longo prazo também se reflete sobre os espaços públicos da cidade, mas não se pode deixar que observe também são potenciais geradoras de imagem, e por trás disso tudo, existe o reflexo da sociedade sobre essas práticas que, através do evento, amplia sua participação e adesão a partir de determinado momento, em virtude de uma modernização que tem intuito de tornar alguns rituais festivos em práticas populares socialmente aceitas.

1.3 Entre o sagrado e o profano: a construção de um espaço de festa

O avanço da sociedade provocou mudanças socioculturais importantes que redimensionaram simbolicamente os sentidos de festejar, o que despertou para o estudo acerca da dinâmica do espaço festivo, levando em consideração as especificidades locais e regionais de cada povo. (CASTRO, 2012)

Mesmo diante do aspecto de modernização, as festas carregam uma essência, uma motivação que a dá vida, proveniente dos grupos que as fazem acontecer, que as preparam e organizam. A presença de um evento, como um festival, associado às mesmas, pode ter diversos significados e justificativas envolvidas, tanto sociais como políticas, mas o fato é que a celebração, a lembrança, a devoção ao símbolo ou momento, é o que de fato traz a essência de o momento festivo ser revivido periodicamente.

Michel Vovelle (1987), considera a festa um importante campo de observação, pois é o momento em que um grupo projeta simbolicamente sua representação do mundo. Segundo o autor, através dos séculos, a festa não passa a possuir uma estrutura fixa, e se modifica constantemente. Exemplo do que denomina de “estruturas obstinadas”, ou estruturas formais, que resistem através dos tempos. Alguns aspectos de dinamização das festas demonstram-se indissociáveis e já incorporados a muitas realizadas em diversas festividades. Nas festas de candomblé, por exemplo, em que se louvam os deuses (orixás) ou o “nascimento” (iniciação, conversão) de um novo adepto, sempre há preocupação com a decoração, com a comida, um bolo confeitado, lembrancinhas, consideradas características de festas profanas, ainda que a motivação da comemoração sagrada. Ou até mesmo as Festas Juninas, que têm o intuito de celebrar a imagem de São João, mas que é marcada pelas decorações temáticas, pelas comidas típicas de cada região, pelos folguedos e pelas vestimentas características, que não necessariamente provêm de uma característica religiosa. Segundo Amaral

As festas parecem oscilar mesmo entre dois pólos: a cerimônia (como forma exterior e regular de um culto) e a festividade (como demonstração de alegria e regozijo) (...). Durkheim já observava o aspecto recreativo da religião e a cerimônia religiosa é, em parte, um espetáculo (representação dramática, no caso, de um mito ou aspecto dele ou de um evento histórico). Este caráter misto poderia ser tomado com um primeiro termo da definição de festa, pois ela parece ser fundamentalmente ambiguidade: toda refere-se a um objeto sagrado ou sacralizado e tem necessidade de comportamentos profanos (...). Toda festa é ritualizada nos imperativos que permitem identificá-la, mas ultrapassa o rito por meio de invenções nos elementos livres. (AMARAL, 1998, p. 39)

Ou seja, a presença de alguns elementos ou características que não necessariamente fazem parte de uma premissa religiosa é algo que não necessariamente descaracteriza as festas, mas que as tornam parte de uma dinâmica sociocultural, moldada e remoldada de tempos em tempos, mas que ainda carrega consigo sua essência, sua motivação principal. Essa transfusão de elementos que, na estrutura atual das festividades, pode ser considerada mesmo uma troca constante, e sendo uma característica relevante quando se fala de aspectos entre o sagrado e o profano, uma vez que é uma discussão que sempre está presente quando se usa de uma motivação religiosa para trazer em cena um evento, sendo necessário compreender como isso se dá no espaço.

Muitas dessas comemorações nem sempre são delimitadas, ou contrapostas, não havendo uma separação do que é sagrado e o que é profano, o que faz parte ou não de uma programação religiosa, e o que abrange mais atividades culturais diversas. Na maioria das vezes, essa separação se dilui no espaço, e não se sabe ao certo quem é qual. Entretanto, em alguns casos, essa delimitação ainda se evidencia, de alguma maneira, e é no espaço que ela se reflete. Segundo Fontes

Apesar de o espaço da festa muitas vezes ser ocultado pelo espaço do espetáculo criado pela gestão pública - que a transforma em um evento "gerido" que cada vez mais se generaliza - é tarefa bastante difícil o total controle de sua geração espontânea. O que se nota, portanto, é a consolidação de duas tendências que desenham o panorama festivo atual: o poder público entende por festas um decálogo magro, colocando-as em um calendário e "permitindo" a sua celebração, enquanto a urbe, ao contrário, festeja muito mais, e de forma mais frequente do que a administração está disposta a tolerar exercendo sua poderosa resistência e colaborando para o reforço da coesão social. (FONTES, 2013, p. 36)

Para adentrar nessa discussão, torna-se essencial trazer a importância dos festejos religiosos na construção do espaço - principalmente no Brasil, onde a maioria das festas que atualmente ocorrem no país possui caráter religioso - de maneira a compreender que papel os mesmos tiveram sobre a consolidação do espaço, e como são encarados hoje, uma vez que adentram muitas pautas como a do patrimônio cultural,

e a das apropriações. Muitas dessas manifestações tiveram origem no século XVIII, onde a simbologia da festa justificava a crença e a devoção aos santos. Além disso, algumas possuem aspectos que extrapolam os limites da fé, uma vez que a forma tradicional de se festejar, com o passar do tempo, foi cedendo um espaço à modernidade, ao comércio e ao consumo que movimentaram o desenvolvimento urbano, indicando mudanças e transformando-as em festas religiosas e profanas, simultaneamente.

Segundo a historiadora Lea Perez (2002), as festas religiosas são as atividades urbanas mais antigas do Brasil. De acordo com dados trazidos pela autora, em meados do século XIX, haviam mais de 35 dias santos e 18 feriados civis, além de outras festas locais ou eventuais. A autora reflete que vigorava entre o povo uma religiosidade teatral, dionísica, carnavalesca, orgiástica e barroca, evidenciando um caráter híbrido da sociedade.

No Brasil, as festas populares mais expressivas no presente tiveram origem nas festas religiosas portuguesas, e a procedência dessa forma de expressão cultural está relacionada à doutrina do padroado, que sacralizava a união entre Estado e Igreja, formando um sistema único de poder e legitimação, tendo a fé católica como a religião oficial. (SANTANA, 2013, p. 47). Há muito tempo, desde a chegada dos colonizadores, as festas religiosas vêm pontuando a história do país, o que as tornou fundamentais na estruturação social e urbana. Diversas festas, sobretudo as de caráter católico, vêm ocorrendo durante todos os anos nas cidades brasileiras, cada qual apresentando certas especificidades, dependendo da comunidade onde estão inseridas no período em questão. Pode-se dizer que tal fato dá às festas um lugar privilegiado na história, tornando-as um importante aliado no estudo das cidades.

As primeiras vilas brasileiras surgiram seguindo os princípios da urbe medieval (em torno de igrejas), onde a administração dos terrenos cabia aos seus representantes, conciliados com o Estado) [...]. Todas as atividades culturais na colônia eram permeadas por expressões cristãs, pois toda a população era educada segundo os princípios da tradição religiosa católica. (SANTANA, 2013, p. 48)

No período colonial, durante as festas, todas as camadas sociais e pessoas de diferentes classes e etnias se reuniam. De vice-reis até os índios e africanos, a festa colocava em contato as diversas culturas e, ao mesmo tempo, exercitava esse modelo que, posteriormente, veio a se tornar um “típico brasileiro”, buscando uma semelhança dentro da diversidade cultural. Esse jeito brasileiro de fazer da fé uma festa se propagou por todo o território, adquirindo particularidades em toda a região, até se tornarem o modelo que conhecemos atualmente. (SANTANA, 2013)

De acordo com Brandão (1989), naquela época, as festas de devoções aos santos constituíam-se em um divertimento popular que foi impregnando-se pela mistura das diferentes culturas das raças que formaram o povo brasileiro e que, aos poucos, foi libertando-se da primitiva e intensa carga litúrgica trazida pelos portugueses. Com o passar do tempo, as transformações culturais e econômicas pelas quais a sociedade foi passando foram modificando e associando-se aos lugares, desdobrando-se em outras festas. A festa dos Magos, por exemplo, transformou-se na Folia de Reis, a Festa do Divino, em Folia do Imperador do Divino, e assim por diante. (BRANDÃO, 1989)

Segundo Tinhorão (2000), os negros foram os que mais contribuíram com as transformações dos modos de se festejar no Brasil, com uma homogênea influência cultural e religiosa, através de seus ritos que eram sempre acompanhados de muita música e dança, numa tentativa de preservar sua identidade, cultivando as suas manifestações culturais. Vale lembrar que, segundo o autor, a práticas das festividades ao ar livre não constituíam um privilégio da minoria branca de colonos, mas sobretudo, dos negros. O autor esclarece que, ao negro, era uma verdadeira “[...] oportunidade para a prática disfarçada de seus ritos religiosos.” (TINHORÃO, 2000, p. 86)

Nesse sentido, através dos tempos, além de um divertimento das diferentes classes sociais, a festa também pode ser vista como um meio de sobrevivência das manifestações tradicionais de uma comunidade, de maneira a perpetuá-las no tempo ou no espaço, ainda que houvessem que ceder aos poderes de maior influência na sociedade. Nesse sentido, Brandão (1989) afirma que

(...) emerge clara a ideia tão antiga e atual de que a festa é uma fala, uma memória e uma mensagem. O lugar simbólico onde cerimonialmente separaram-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não-festado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado. (BRANDÃO, 1989)

Ao considerar a festa como uma celebração e uma lembrança, Serra (1999) sobre a necessidade de estar associada a um tempo e ancorada a um determinado espaço para acontecer. É a partir daí que pode se caracterizar o que se considera enquanto espaço de festa. Quando se fala sobre o espaço de festa, é muito frequente associação entre o sagrado e o profano. Contudo, para a sua compreensão, é importante ressaltar as perspectivas sobre o que é o sagrado e o que é profano, uma vez tendo em mente, primeiramente, que uma definição absoluta e universal é praticamente impossível, pois o que é considerado sagrado para uma cultura ou religião, nem sempre é o que é considerado por outra, e assim também se dá quanto ao profano.

Além disso, tem-se o fato de que a maior parte das festas populares tem a rua e os espaços públicos como cenário e palco principal. Essa delimitação reforça a impossibilidade de fazer uma separação do que é sagrado e do que é profano, e para quem, uma vez que a céu aberto, não existem delimitações do que é o espaço de festa, a não ser as próprias decorações e estruturas temporárias. E muitas vezes, programação religiosa e profana se misturam nesse mesmo espaço, ocorrendo de forma simultânea, diluindo os limites dentro da própria festa.

Apesar de estarem ambientadas nos espaços públicos, existem poucos estudos relacionando festas populares ao desenvolvimento das cidades. Ao traçar-se um linear histórico, desde as cidades medievais já havia uma disposição da utilização de espaços públicos como lugares de lazer, comércio e festas, uma vez que comemorações civis e religiosas ocorriam frequentemente nas ruas desde aquela época. (SANTANA, 2009). Mas apesar disso, as festas nem sempre ocuparam a rua. No Brasil, as manifestações culturais ficaram por muito tempo vinculadas à Igreja, uma vez que, desde a época da colonização, as atividades culturais eram permeadas por expressões cristãs, pois toda a população era educada segundo os princípios da tradição religiosa católica. Segundo Mary Del Priori (1994), era no momento das festas que segmentos de sociedade, como negros e índios, aproveitavam como “brechas” para exibirem traços de suas culturas. Esses grupos, reprimidos e submetidos à opressão lusa, buscavam “transformar as comemorações religiosas [tradicionalmente portuguesas] em oportunidade para recriar seus mitos, sua musicalidade, sua dança, maneira de vestir e reproduzir suas hierarquias tribais e religiosas.” (DEL PRIORI, 1994, p 29)

Talvez uma das mais importantes contribuições seja a do arquiteto e urbanista Murillo Marx, que faz uso das festas para discutir a cidade. Quando se fala sobre a caracterização dos espaços de festa e as relações entre o sagrado e o profano, é possível traçar uma linha de pensamento através do que é proposto por Marx (2003), ao analisar os processos de laicização do espaço através dos tempos.

Em seu livro, originado da sua tese de doutorado “Nosso Chão: do sagrado ao profano”, Marx demonstra como o espaço urbano evoluiu lentamente do sagrado ao profano, e utiliza das festas religiosas para comprovar como as tradições da sociedade, tensionadas com o interesse do poder público, resultou numa laicização do espaço. O autor afirma que o espaço público no Brasil passou por uma transição do sagrado para o profano. Essa transformação partiu de espaços como a rua, onde o uso religioso se destacava, pelas festas, procissões e eventos litúrgicos, ainda que de caráter excepcional, que promoviam e potencializavam a sociabilidade, perante um cotidia-

no civil que não alcançava grandes proporções. Um lento processo de secularização resultou numa inversão de valores, e o uso mundano, atualmente, se sobressai sobre o uso religioso, cujo qual foi essencial na consolidação desses espaços. (MARX, 2003)

Marx (2003) aponta que, na formação das cidades brasileiras, os limites entre público e privado nos espaços coletivos era demarcado basicamente pelo interior das igrejas, que constituíam edificações mais notáveis, e o percurso dos eventos religiosos, que tomavam as principais ruas como local de acontecimento

O âmbito das áreas comuns, por outro lado, era bastante indefinido e referenciado sobretudo por determinados locais considerados sagrados ou a eles referidos. O alinhamento entre o chão de todos e o privado demorou a ser bem estabelecido, e os pontos focais eram quase que somente adros de igrejas e ruas privilegiadas por onde passavam as procissões. (MARX, 2003, p. 8)

Ao buscar justificativas a partir da questão colonial, Marx traz a afirmação de que as cidades brasileiras chegaram ao século XVIII com duas tradições religiosas muito bem consolidadas, que foram determinantes para as formas de festejar no Brasil. Uma delas é o aspecto formal da exteriorização religiosa e institucional, e a outra, o aspecto espontâneo da manifestação popular. O autor destaca ainda que ambas as tradições possuíam “[...] aspectos públicos, voltados para a rua, animando as áreas de uso comum nas cidades, se não lhes garantindo a maior razão de ser.” (MARX, 2003, p. 67). Essa exteriorização institucional e religiosa representa as atividades religiosas fora do espaço limitado pelo interior dos templos, e isso também inclui festividades que deixam de ocupar apenas a área das igrejas, e avançam para o espaço público, a céu aberto ou, como referenciado por Tinhorão (2000) como um “transbordamento” das festas religiosas do interior das igrejas para as ruas. Tal fato possibilitou um deslocamento da diretriz religiosa das manifestações e ritos baseados nos estímulos da fé, da devoção, e da oração e estabeleceu um contato mais próximo com aspectos profanos. (SANTANA, 2013). Pode-se considerar o espaço de festa brasileiro como um espaço dinâmico, de troca cultural, de criatividade e, ao mesmo tempo, de educação e manutenção das tradições. (DEL PRIORE, 1994).

Quando se trata da discussão sobre o espaço de festa, também é importante ter-se em mente o que se compreende por lugar e espaço, uma vez que seus conceitos aparecem constantemente associados à discussão sobre festas populares e cidade, tornando-se, portanto, importantes para a sua compreensão. Os pensamentos de autores como Milton Santos, Roberto da Matta e Michel de Certeau foram considerados essenciais para discutir essas definições.

Milton Santos (2008), em sua análise sobre o conceito de lugar, o considera “quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas.” (SANTOS, 2008, p. 218). Enquanto, por outro lado, define o espaço como

(...) algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46)

Nesse sentido, o autor evidencia a diferença existente entre lugar, enquanto relacionado à composição geográfica da cidade, naturalmente material, e o espaço, que associa sua materialidade às relações sociais, reconhecendo-se como conjunto indissociável dos sistemas de objetos e de ações, que se articulam e se influenciam simultaneamente. Ou seja, tem-se o lugar como individualizado, dotado de regras e ordens estabelecidas, enquanto o espaço é dinâmico e fruto da intervenção social, onde se refazem os valores através de processos de interação. Milton Santos (2005) diz que o lugar é a oportunidade do evento, e que este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. “É como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado.” (SANTOS, 2008, p.163)

O antropólogo Roberto Da Matta (1979) também especifica a relação do tempo com o espaço na questão das festas populares, explicando que, durante o momento da festa, ou seja, na variante do tempo, a festa estabelece uma relação diferente com o espaço, que não é a mesma do cotidiano, o que diz respeito à ruptura. Ainda segundo o autor, essa ruptura temporal também acontece na espacialidade, uma vez que o espaço também se transforma no momento da festa, dando espaço a cenários e modificações estéticas. (DA MATTA, 1979)

Michel de Certeau (1998), ao falar sobre as práticas cotidianas, diferencia lugar de espaço como conceitos que podem ser entendidos separadamente. Ele explica que há o “lugar”, que é o que delimita e é delimitado pontos fixos, territórios onde diversos elementos encontram-se distribuídos lado a lado. Segundo o autor, o lugar é uma ordem segundo a qual os elementos são distribuídos nas relações de coexistência, e o espaço é o efeito produzido pelas operações e pelo movimento. O lugar é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica numa relação de estabilidade (CERTEAU, 1998, p. 201); e há o espaço que, segundo Certeau, está associado ao tempo, de forma interligada, como aspectos que influenciam diretamente a percepção social

e urbana. De acordo com o autor, o espaço é ato, prática; inventado, organizado e produzido por possibilidades e proibições, e pelos movimentos que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente. Diferentemente do lugar, o espaço não tem uma estabilidade própria. As pessoas, com suas práticas, podem dar novas significações a ele. Segundo o autor, "a rua geometricamente definida pelo urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres." (CERTEAU, 1998, p. 202). Ou seja, para Certeau, no lugar é onde se encaixam as práticas sociais, que a partir das mesmas, o transformam em espaço, uma vez que o lugar pode ser transformado em espaço a partir de suas ocupações, apropriações e vivências. E o tempo é uma variante primordial para se discutir as festas. Segundo Maria Nazareth Ferreira (2005)

A festa deve ser vista como um conjunto de atos cerimoniais de caráter coletivo pela sua colocação dentro de um tempo delimitado, tido como "diverso" da cotidianidade. Em qualquer tipo de festa, o grupo ou a comunidade interrompe o tempo ordinário para entrar, coletivamente, na dimensão de um tempo carregado de implicação cultural e de conotação psíquica própria, diferente daquele tempo ordinário ou cotidiano. (FERREIRA, 2005, p. 27)

Assim, conforme estabelecida essa relação entre os pensamentos trazidos pelos diferentes autores, pode-se compreender os lugares propriamente ditos como as ruas, as praças e igrejas, como ausentes de significado, mas a partir do momento em que esses lugares passam a ser ocupados pelo uso social, transformam-se em espaços, nos espaços da festa, dotados de uma complexidade de significados que modificam a maneira com que as pessoas fazem uso destes.

A relação entre o sagrado e profano quando se discute sobre o espaço, torna-se uma importante aliada na compreensão das festas populares na contemporaneidade, bem como a sobreposição das celebrações religiosas junto a eventos e práticas seculares, caracterizando o próprio ato de festejar no Brasil. Ou seja, a festa apresenta essa característica de tenuidade entre seus limites, sem se delimitar fisicamente ou simbolicamente. A festa, como elucidada por Amaral (1998) em seu estudo sobre os modos de celebrar no Brasil, pode atravessar e representar vários lados que muitas vezes se opõem, sem representar com exclusividade um deles, mas sendo estruturada por todos.

Assim, ela é religiosa e profana, crítica e debochada, conservadora e vanguardista, divertida e devocional, esbanjamento e concentração, fruição e modo de ação social; ela ainda é o reviver do passado e projeção de utopias, afirmação da identidade particular de um grupo e inserção na sociedade global; expressão de alegria e de indignação (AMARAL, 1998, p. 272-73).

Pode-se constatar, a partir das práticas festivas e demais manifestações culturais, que muitas vezes a distinção entre sagrado e profano no espaço urbano é imprecisa, uma vez que, na prática, o sagrado e o profano encontram-se intimamente relacionados. A ambiguidade, a incerteza e a imprecisão constituem, justamente, algumas das características fundamentais do elemento humano que transparecem na observação das festas populares religiosas, e da identidade que a mesmas ajudam a construir.

1.4 A festa como patrimônio cultural: uma relação entre história e valores

A cidade pode ser compreendida como uma materialização de uma cultura em um determinado tempo e espaço. É possível observar, nas cidades brasileiras, um processo acelerado de transformações de ordem física e, principalmente, de manifestações culturais que são afetadas por esses processos, passando por constante modernização, de diversos aspectos, de maneira a se adequarem a essas novas dinâmicas urbanas e sociais, cujo objetivo primeiro é favorecer o turismo, e fazer do patrimônio cultural um atrativo econômico. (SANTANA, 2009)

Na maioria das vezes, esse objetivo não está explícito em discursos por parte de quem possui maior interesse nos frutos que essas mudanças podem gerar, mas implica diretamente, ainda que de maneira subentendida, na motivação que fomenta o discurso acerca de preservação do patrimônio, identidade e memória coletiva.

Tratando de festas populares, em específico, o interesse existente também compartilha dos mesmos objetivos de quando se trata de um patrimônio edificado. A problemática da modernização e da transformação das festas populares é tema entre as questões propostas na discussão sobre o patrimônio cultural da cidade, onde também são relacionados vários aspectos à preservação de bens materiais e imateriais em virtude de uma lógica do mercado, do turismo e do capital.

A partir do século XX, discussões sobre preservação, memória e identidade passaram a ser objeto de várias pesquisas na história, sociologia e antropologia, com o intuito de tentar compreender as chamadas “ações governamentais” sob a discussão da necessidade de preservação do patrimônio e da cultura. O resgate cultural e, não obstante, sua valorização, transformaram-se em uma fórmula indispensável para construção de propostas e ações dos representantes do poder público, visando um resgate à vida na cidade e sua redescoberta para seus habitantes. Segundo Arantes (1998), essas ações visam “[...] uma valorização do homem, do resgate da sua identidade, buscando reativas tradições locais e incentivando o reconhecimento de suas diferenças imateriais”. Baseado nessas discussões, pode ser notado um processo

acelerado de transformações não só de ordem física, mas também em manifestações culturais em cidades brasileiras, que são modificadas e modernizadas para se adequarem a uma nova dinâmica nacional, que tem no turismo o seu objetivo principal e no patrimônio cultural o maior atrativo.

Desde a evolução e ampliação do conceito de patrimônio cultural², que passa a abranger novos valores, novos instrumentos e novos objetos, também surgiram novas interpretações e avaliações sobre o que, por que e para quem preservar. No Brasil, as diferentes categorias de patrimônio e sua preservação passam a ser regulamentadas a partir do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, trazendo uma mudança de consideração do que era tido como patrimônio, deixando de ser algo voltado apenas a bens materiais, como as obras de arte representativas, móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos, e passa a considerar também o registro de bens imateriais, como as manifestações culturais, práticas do cotidiano, técnicas e modos de fazer, como parte integrante da cultura da sociedade.

É importante ressaltar também, que uma vez expandido esse conceito, novos estudos começaram a surgir, ressaltando a importância de não dissociação da cultura material e imaterial. Segundo Ortiz (1994), a cultura tem em vista que as práticas humanas inscrevem seus significados de diferentes formas na materialidade, desde uma estrutura arquitetônica, que pode ter muito a dizer sobre um modo de vida de seus habitantes, até práticas ou atividades do cotidiano, que inscrevem sentidos no espaço aberto, construindo lugares e territórios reconhecíveis. (ORTIZ, 1994). Desse modo, a cultura tem sempre como perspectiva que as práticas humanas inscrevem, em objetos concretos, diversos significados através dos tempos, de várias formas, sendo, portanto, geradora de identidade e memória. Esse pensamento também é colocado pelo antropólogo e filósofo francês Lévi-Strauss, quando afirma que “(...) cada testemunho material não é mais portanto considerado isoladamente, mas em seu contexto e na compreensão das múltiplas relações que mantém de modo recíproco com seu ambiente físico - cultural e natural - e não-físico.” (LÉVI-STRAUSS, 2006, p. 80)

A constatação de que a cultura não reside apenas no objeto, no suporte físico, abre

2 O conceito de patrimônio cultural, no Brasil, foi ampliado a partir da Constituição de 1988. No seu artigo 216, o patrimônio cultural é definido como: “(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)” (BRASIL, 2000, p. 33)

espaço para a compreensão de que o estudo da mesma não se restringe apenas à produção intelectual, uma vez que, diante de novos objetos, também surgem novas maneiras de se estudá-los, meios estes que transcendem a produção bibliográfica, técnica e científica. Junto à preocupação com a preservação desse patrimônio, de maneira a consolidar as manifestações nacionais com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, também surge uma necessidade de tomar como método, junto aos acontecimentos sociais, novos meios de pesquisa, ressaltando a importância também da pesquisa de campo e da história oral. Essa necessidade é trazida, dentre outros autores, por Roger Chartier (1990), ao trazer o conceito de história cultural como uma alternativa, de maneira a "(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler." (CHARTIER, 1990, p. 17)

A credibilidade de fontes documentais, como a oral, que conduziram o interesse dos pesquisadores para outras áreas da pesquisa, e permitiu a conciliação de novos domínios de investigação, tendo as fontes bibliográficas como suporte, possibilitando um maior aprofundamento no estudo das permanências e modificações geradas e sentidas pelas manifestações populares, como fruto das interpelações entre pessoas, grupos, naturezas e crenças, bem como de suas apropriações.

A consideração da história cultural como fonte e ferramenta de estudo traz uma credibilidade que foge àquela restrita somente à produção de intelectuais, ou de quem detém a informação, sendo também responsável por produzi-la. Segundo Paul Connerton (1999), "o controle da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder. De tal modo que o armazenamento permitido pelas atuais tecnologias da informação e, em consequência, a organização da memória coletiva através da utilização de máquinas de processamento de dados, por exemplo, não é apenas uma questão técnica, mas antes uma questão que se relaciona diretamente com a da legitimação, sendo o controle e a propriedade da informação um problema político decisivo." (CONNERTON, 1999, p. 2)

A festa popular, enquanto celebração ritualística e manifestações culturais, é um dos mais importantes meios pelos quais a memória dos grupos³ é transmitida e conservada, de tempos em tempos, tendo a cidade como plano suporte, onde irão se refletir, através de rastros, vestígios da história de construção e transformação social e urbana. É a partir da memória social que "práticas de tipo não inscrito são transmitidas na tradição e como tradição" (CONNERTON, 1999, p. 5). Segundo o autor, não é so-

³ O termo grupo é utilizado num sentido flexível de seu significado, de maneira a incluir comunidades, pequenas sociedades, até as territorialmente extensas.

mente através de documentos e livros que estão contidas as informações necessárias para se produzir memória coletiva, uma vez que a própria

(...) atividade de reconstrução histórica, quer seja sistematicamente reprimida, quer floresça expansivamente, leva à produção de histórias escritas, formais. Existe, contudo, um fenômeno mais informal processualmente e mais difundido culturalmente do que a atividade de produzir histórias deste tipo. A produção de histórias narrativas, contadas mais ou menos informalmente, revela-se como uma atividade básica para a caracterização das ações humanas, é um traço comum a toda a memória comunal. (CONNERTON, 1999, p. 19)

Sendo assim, é importante trazer o olhar não só de quem produz pesquisa e história sobre as festas, mas de quem também parte a iniciativa, pois são grupos ou indivíduos que, ano após ano, revivem a tradição e trazem consigo uma carga geracional de valor inestimável. As manifestações de memória e identidade partem de uma perspectiva individual, antes de tornar-se uma coletiva. É a partir das lembranças, dos sentimentos, e dos valores de cada um, que se constrói a memória social de um todo, um mosaico de diferentes representações e valores.

Segundo Connerton (1999), essa perspectiva é importante pois, os indivíduos da sociedade, uma vez pertencentes a “segmentos sociais diferentes, cada qual com um passado diferente, terão memórias diferentes, ligadas aos diferentes pontos mentais de referência característicos do grupo em questão”. Ou seja, em resumo, “a ideia de uma memória individual, separada em absoluto da memória social, é uma abstração quase destituída de sentido” (CONNERTON, 1999, p. 42), pois além de costurar a história escrita com a história vivida, traz o reconhecimento de sujeitos históricos que agem e criam a festa, e desempenham um papel de “agentes de sua própria cultura” (SANTANA, 2009), colocando-a em pauta quanto à discussão sobre valores, gestos e crenças, em função de sua herança cultural, além de reafirmar que é através das imagens do passado que se dá o processo de legitimação de uma ordem social do presente.

As práticas construídas em sociedade, enquanto indissociável das dimensões físicas em que se inserem, estabelecem uma relação com a arquitetura e as formas urbanas, e com aspectos intangíveis como memória e identidade, trazendo novos valores a serem considerados quando se discute sobre preservação. Essa mudança no olhar sobre a valorização e a preservação está relacionada à transição do conceito de “bens culturais na cidade” para o de “a cidade como bem cultural” (MAGNANI, 2018), cujo qual tem como ponto de partida o pensamento de Ulpiano Bezerra de Meneses, ao considerar o patrimônio cultural como fato social. Conforme afirmado

por Bezerra de Menezes, o patrimônio é, antes de mais nada, um fato social: ou seja, em suma, os valores culturais não são criados pelo poder público, e sim pela sociedade. (MENESES, 2012). Seu argumento se constrói sob a perspectiva da cidade como um artefato, e este, uma representação, dotado de sentido e inteligibilidade – feita, fabricada, porém não num nível abstrato, e sim no interior de um campo de forças, o que supõe relações, trocas, conflitos entre os atores sociais nos planos econômico, político, cultural. (MAGNANI, 2018)

Dessa maneira, Ulpiano de Menezes (2012) retrata que a definição do valor cultural de um bem (e seus componentes cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos) não deve ser definido pelo poder público, e sim pela sociedade.⁴

E dentre esses valores tem-se o valor afetivo, ao qual se direcionará um foco para tratar sobre o objeto desse estudo. A importância do valor afetivo encontra-se difundida e consolidada em nosso país enquanto um dos parâmetros a serem observados no que diz respeito à elaboração e implementação das políticas públicas de preservação nas diversas instâncias (tanto federal, quanto estadual ou municipal) (OLENDER, 2016). Olender (2016) considera o valor afetivo como o principal indicador social da relevância histórico cultural de um bem para a sua comunidade. De acordo com o autor, “o valor afetivo encontra-se, portanto, incorporado e, mesmo, ressaltado, entre os que devem ser levados em conta quando da eleição daqueles bens que mereçam a proteção em alguma das esferas do poder público (federal, estadual e municipal). (OLENDER, 2016, p. 322) Segundo Ulpiano, o valor afetivo está diretamente relacionado à memória social e à identidade de um grupo ou de uma cidade

Não diz respeito propriamente a valores históricos, já que se trata de identidade e projeção de uma autoimagem. (...) são afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens. Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou de identidade, o domínio é dos valores afetivos. (MENESES, 2012, p. 36)

No que diz respeito à memória social, esta não deve se confundir com a história enquanto registro e processo cognitivo, uma vez que não se trata de uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas de uma seleção das representações dos mesmos, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade. (OLENDER, 2017, p. 323). Quanto à identidade cultural, que também possui relação e desempenha papel importante dentro do campo dos valores afetivos, Stuart Hall disserta sobre seu desdobramento na pós modernidade,

4 Segundo Ulpiano (2012), os elementos integrantes de uma totalidade (o valor) não devem ser considerados fatos isolados pois coexistem entre si, gerando combinações e sobreposição, apesar de, eventualmente, um aspecto se sobressair dentre os demais – o chamado de valor dominante.

diante de sua concepção social e coletiva, e sobre sua contribuição quanto à atribuição de valores a objetos e lugares

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, pra usar melhor uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2015, p. 11)

Diante disso, pode-se afirmar que a memória social e a identidade cultural também estão em sinergia junto aos espaços físico e construído através da imaterialidade, na atribuição de valores e na definição de elementos, práticas e conjuntos considerados como patrimônio cultural. E é também a partir da memória e da identidade que é possível identificar alguns traços e elementos os quais seriam considerados aspectos históricos, arquitetônicos e sociais que permitem consolidar a festa, através dos tempos, como uma referência afetiva para a população.

Olender (2016) considera o valor afetivo como o principal indicador social da relevância histórico cultural de um bem para a sua comunidade. De acordo com o autor, “o valor afetivo encontra-se, portanto, incorporado e, mesmo, ressaltado, entre os que devem ser levados em conta quando da eleição daqueles bens que mereçam a proteção em alguma das esferas do poder público (federal, estadual e municipal). (OLENDER, 2016, p. 322)

Para todo efeito, a questão da festa enquanto ritual, celebração, elemento transformador social e gerador de memória e identidade, de uma maneira perpendicular, se encontram com a discussão da sua consideração como patrimônio cultural e histórico da sociedade. Norberto Luiz Guarinello (2001) elucida que “a festa é, num sentido amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e nos espaços sociais.” (GUARINELLO, 2001). As diversas sociedades apresentam diferentes maneiras de produzir e preservar cultura e, conseqüentemente, várias formas de construir e se relacionar com a cidade. E dentro de cada contexto, é preciso analisar como as transformações e os processos de mercantilização e espetacularização dos festejos se especializam sobre as diferentes realidades, levando em consideração as próprias manifestações e as suas interrelações com a memória e o patrimônio cultural.



CAPÍTULO II
AS FESTAS DE AGOSTO DE
MONTES CLAROS (MG)

Em continuidade à discussão apresentada anteriormente, o presente capítulo vem apresentar o objeto de estudo dessa pesquisa, as “*Festas de Agosto*” da cidade de Montes Claros (MG), à luz da condição de festas populares enquanto intervenções no espaço urbano, de maneira a abordar não só aspectos históricos de sua construção, mas também com destaque para a forma como se operacionalizam atualmente na cidade.

As Festas de Agosto constituem uma importante celebração popular, de caráter religioso, e que existe em Montes Claros antes mesmo que esta fosse consolidada enquanto cidade, nos processos de sua fundação. Essas festividades tiveram origem ainda no período da escravidão e, há mais de 180 anos, representam uma dentre as várias manifestações do Congado em Minas Gerais, preenchendo anualmente as ruas com cores, fitas e danças, e rompendo com o ritmo cotidiano da cidade. Ainda que, atualmente, seja possível se perceber traços e influências de modernidade incorporados às Festas, cujos quais foram sendo impregnados e acumulados à sua estrutura através dos tempos, os festejos possuem fortes raízes em suas tradições de origem, sendo este um de seus aspectos mais significativos e que os levam a ser reconhecidos não só como a maior e principal festa da cidade, mas que também reafirma seu valor histórico perante a sociedade como patrimônio cultural de Montes Claros, cujo qual se consolidou nos dias de hoje como um símbolo vivo de resistência.

Junto à tradicional celebração, é promovido pelo poder público municipal, há cerca de 40 anos, o “*Festival Folclórico*”, um evento instituído paralelamente às Festas de Agosto, e que traz consigo uma vasta programação de shows e apresentações artísticas regionais, juntamente a uma programação com barraquinhas, exposições, e comércio dos mais variados produtos artesanais locais. O Festival leva, anualmente,

milhares de pessoas às ruas do centro da cidade, e gera movimentação e sociabilização atípicas ao cotidiano de transitoriedades da região do centro da cidade.

Através da pesquisa documental e bibliográfica, tornou-se possível levantar e traçar alguns dos principais aspectos históricos das Festas – suas características mais marcantes, sua estruturação, que envolve desde os grupos constituintes (Catopês, Marujos e Caboclinhos) até eventuais agentes, bem como suas práticas – com o desenvolvimento do contexto urbano de Montes Claros, possibilitando, dessa maneira, uma compreensão de como a festa foi sendo construída e moldada com o passar dos anos, e como esta, paralelamente, foi se adaptando às dinâmicas da cidade, da sociedade e dos espaços onde esteve inserida, até sua consolidação na contemporaneidade, na forma como se operacionaliza atualmente na cidade.

Num primeiro momento, é feita uma breve contextualização sobre o Congado e uma apresentação da cidade de Montes Claros, tecendo um paralelo com a expressão da tradição congadeira na região. Logo após, são apresentadas as Festas de Agosto, recorte desse estudo, trazendo um histórico que envolve seus principais aspectos e sua estruturação, abordando-se também o Festival Folclórico, de maneira a compreender como se dá a modernidade expressada através do evento em meio às práticas tradicionais realizadas nas festividades.

2.1 O Congado em Minas Gerais

Constituindo-se como uma manifestação cultural religiosa, considerada afro-brasileira e parte do folclore nacional, o Congado vai além das práticas de devoção e de celebração, consolidado através dos tempos como uma das principais práticas populares que se fazem presentes no espaço urbano desde a formação do povo brasileiro. Presente em diversos estados do Brasil, os rituais consistem em uma expressão de matriz africana, que utiliza do canto, da dança, e de performances de dramatização para contar histórias não só sobre espiritualidades étnicas do catolicismo popular, mas de perpetuação e de resistência que vêm desde a época da escravidão. Conforme conceituado por Luiz Ricardo Queiroz (2005), os festejos do Congado – bem como outras manifestações da cultura brasileira que apresentam elementos originados a partir da influência africana – têm características oriundas das expressões culturais dos negros trazidos de diferentes regiões da África para o trabalho escravo no Brasil. “Assim, elementos da cultura negra foram incorporados, (re)adaptados, (re)construídos e modificados pelo contato com outras características culturais presentes no país.” (QUEIROZ, 2005, p. 29). Segundo o historiador Jeremias Brasileiro

(2001), grande estudioso do Congado em Minas Gerais,

o Congado é um culto aos ancestrais de hierarquia superior, realizado por nações diversas, possuidoras de antepassados comuns e que através das danças, de percussões africanizadas, de cantorias antes venerativas somente ao Rei Congo e depois cristianizada por influências jesuíticas, mimetizou-se ou paralelizou-se dentro da fé brasileira. (BRASILEIRO, 2001, p. 17)

São diversos estudos que discutem sobre as origens do Congado no Brasil, muitos deles buscando o entendimento das características das manifestações e desde quando esses festejos no país. Através de uma consulta em diferentes bibliografias, pode-se notar que muitos estudos visam apresentar aspectos históricos sobre esses festejos. Entretanto, através dos mesmos, é também possível notar que não existe um consenso sobre os elementos caracterizadores dessas expressões culturais no Brasil, principalmente no que se refere à sua origem e à sua construção identitária.

Em seus estudos sobre o Congado, Queiroz (2005) identifica duas vertentes de pensamento nas discussões existentes sobre a origem desses rituais. De acordo com o autor, de um lado, existe a ideia de que as manifestações surgiram de tradições tribais africanas; enquanto, por outro lado, há quem defenda que as tradições são consideradas de origem européia, visto que as práticas religiosas presentes na manifestação são relacionadas ao catolicismo, devido ao processo de colonização pelos portugueses e suas práticas de catequização impostas aos negros. Segundo o autor,

No âmbito dessas preocupações se encontra historicamente a busca de uma definição sobre a origem do Congado. Nas visões distintas sobre a consolidação desse festejo no Brasil, percebe-se, entre os estudiosos que enfocaram o tema, a necessidade de se estabelecer uma compreensão, tanto de expressões que seriam específicas de manifestações "puras" da nossa cultura nacional, quanto de elementos que teriam sido trazidos de fora e incorporados às caracterizações populares culturais do Brasil. (QUEIROZ, 2005, p. 31)

Ainda que não exista um consenso, pode-se dizer que, independente da denominação de origem, o Congado se consolidou na contemporaneidade como uma expressão afro brasileira, uma vez que os valores da matriz africana, ainda enraizados nas tradições, somados aos aspectos religiosos do catolicismo popular e às culturas de cada região do país, desenvolveram maneiras autênticas de se festejar, uma vez que é impossível – e nem se deve – sintetizar ou tratar de maneira simplista a riqueza e a pluralidade presente nessas manifestações. O aspecto de devoção característico das festividades pode ser identificado como uma expressão da religiosidade negra que vem resistindo, através dos tempos, a constantes processos de imposição cultural, presentes desde o sistema escravista brasileiro, pela reinterpretação e reelaboração de valores alheios à concepção de mundo dos negros. (LUCAS, 2000)



Figura 06: Festa do Congado em Ouro Preto (MG). Fonte: ouropreto.com.br, 2019.



Figura 07: Festa do Rosário em Timóteo (MG). Fonte: Diário Popular, 2019.

As festas do Congado constituem-se como festejos que possuem o espaço urbano como um dos elementos fundamentais para a realização de seus rituais de performance e devoção, ocupando o espaço a céu aberto, e preenchendo ruas e praças com decorações, por onde desfilam os ternos, e onde são realizados os cortejos – chamados de Reinados ou Reisados⁵

Efetivando-se a partir de performances rituais no interior de igrejas e da realização de cortejos públicos em devoção a Nossa Senhora do Rosário e a santos negros, como São Benedito e Santa Efigênia, os festejos de Congado elaboram e comunicam narrativas que informam e atualizam memórias sobre as diásporas africanas pelo mundo e as histórias de contatos culturais entre distintos povos no território brasileiro. Nesse sentido, é possível afirmar que **as festas de Congado instituem um espaço cerimonial que representa, re-representa e examina a configuração de lugares e tempos.** (SOUSA, 2016, p. 40, grifo nosso)

Segundo Brandão (1976), a ocupação das ruas pela festa é uma marca herdada desde o período colonial, de busca constante de cristianizar o africano, mas sem integrá-lo inteiramente ao espaço da igreja, que era do branco. O autor afirma que “criou-se, então, em sua intenção, um catolicismo particular, com confrarias para eles e festas que lhe eram peculiares.” (BRANDÃO, 1976, p. 81). No entanto, a Igreja se impôs de maneira contrária a muitas das práticas das comemorações em suas origens e que eram realizadas pelos negros, proibindo as danças, repudiando as eleições dos reis e das rainhas (estas ainda presentes na manifestação congadeira de muitas regiões). Ainda assim, com todas as dificuldades impostas pela Igreja, acredita-se que “o costume já estava bastante enraizado para desaparecer; expulsos do templo mantiveram-se nas ruas, o que continua até os dias de hoje.” (BASTIDE, 1974, p. 172). Logo, a forma como as práticas do Congado se dão atualmente é resultado de décadas de mudanças na conduta da festa, a fim de adaptá-las para serem socialmente aceitas, desde sua concepção, pelas reações impostas pelo catolicismo, pelo poder público, e pela própria sociedade por meio destes. Adaptações estas que influenciam até as formas de se vestir dos integrantes dos grupos que hoje realizam as festas, frente aos preconceitos e estereótipos atribuídos historicamente aos negros, e como os mesmos reagiram para manter existentes as atividades culturais envolvidas nos festejos (como, por exemplo, permitindo a participação de novos grupos sociais). Tais transformações configuram uma doação da própria festa à cidade; tudo, combinado em distintas proporções, para fazer com que os negros obtivessem reconhecimento de suas tradições e permissão para fazer a festa. (KINN, 2006)

Uma das grandes dificuldades em se estudar sobre o Congado – e um dos motivos

5 Os reinados ou reisados são os cortejos performáticos que acontecem durante os festejos, e recebem esse nome por serem uma representação que remete à coroação de um rei do Congo.

de ser considerado uma manifestação tão rica e complexa – é o fato de que hoje em dia, cada região apresenta uma forma diferente de realizar suas práticas, sendo praticamente impossível de se encontrar uma que seja completamente igual à outra. Apesar de representarem e constituírem expressões de um mesmo universo, as manifestações do Congado possuem diferentes características regionais, que envolvem tanto datas de celebração, dias de duração dos festejos, santos homenageados rituais realizados, variações nas letras das músicas, dentre outras especificidades. É mais comum encontrar a festa realizada em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e com uma ocorrência mais frequente entre os meses de agosto e outubro. (QUEIROZ, 2003)

Em Minas Gerais, o Congado é uma das mais fortes e importantes manifestações, e legítima expressão da cultura afro-brasileira, mesclando tradições africanas com elementos de bailados e representações populares luso-espanholas, e incluindo também indígenas. Segundo Queiroz (2002), a manifestação é “caracterizada, na sua performance, por danças dramáticas ou folguedos acompanhados de expressões musicais, ricas em variações sonoras, ritmos e melodias, que apresentam particularidades de acordo com o grupo e a região.” (QUEIROZ, 2002, p. 130)

Geralmente, o Congado em Minas Gerais possui sete divisões, chamadas “guardas” ou “ternos” — termos que variam de acordo com a região onde acontece o festejo. São eles: o Candombe, o Congo, o Moçambique, o Vilão, os Catopês, os Marujos, e os Caboclinhos (QUEIROZ, 2003). Apesar de tidos como sinônimos, os termos “guardas” e “ternos” são tratados de forma diferente por alguns autores, onde as guardas referem-se às divisões supracitadas, enquanto ternos correspondem aos grupos pertencentes a cada divisão, ou seja, são as subdivisões. Em muitas regiões, esses termos podem se apresentar com sentido invertido.

Apesar das divergências e particularidades de cada região, essa estrutura e a organização tradicional dos festejos ainda se encontram presentes e enraizadas em diversas manifestações, em diversos lugares por todo o estado, dentre os quais pode-se citar como exemplo a que ocorre cidade de Montes Claros (MG), onde anualmente os ternos de congado saem às ruas como forma de expressão de uma tradição que acontece há mais de 180 anos. Antes de falar das práticas, é preciso contextualizar a cidade e como nela as manifestações culturais se fazem presentes.

2.2 A cidade de Montes Claros (MG): uma breve contextualização

Montes Claros é uma cidade que está localizada no norte de Minas Gerais, a 418 km



Figura 08: Localização da cidade de Montes Claros, MG.
 Fonte: Google Maps, 2019, adaptado pelo autor.

da capital Belo Horizonte, com acesso pela BR-040, para Brasília, até o entroncamento com a BR-135, sendo comumente citada como importante eixo rodoviário, ligando as regiões nordeste ao centro sul do país (Figura 08). O município é considerado polo regional e principal centro urbano da região do norte de Minas, e a 5ª maior cidade do estado, com 404.804 habitantes (IBGE, estimativa 2018).

Desde sua origem até a contemporaneidade, as festas vêm acompanhando a história da cidade, e estas são um exemplo de como os processos de formação, desenvolvimento e modernização da cidade podem ser compreendidos sob a ótica da cultura urbana. Montes Claros sempre teve suas festas populares ligadas aos cultos religiosos católicos, mas possuía modos de celebrar e festejar diferentes dos atuais. (MALVEIRA, 2010). Desde quando ainda era conhecida como Arraial das Formigas (1768-1831) e Vila Montes Claros de Formigas (1831-1857)⁶, antes mesmo de ser cidade, já abrigava uma mistura de diversas culturas e, principalmente, de festas populares (Figura 04), as quais eram caracterizadas por um contexto mais rural, apresentando-se como grandes momentos de socialização e vivência religiosa. (COSTA, 1997)

Desde antigamente, haviam celebrações populares religiosas por todo o ano: em janeiro, haviam os Reis Magos; em maio, as Coroações a Nossa Senhora, procissões e serestas; em junho, Fogueiras; em dezembro, presépios e Pastorinhas. Com o predomínio da população rural sobre a urbana, a cidade ia tornando-se ponto de referência para essas festividades (em sua maioria religiosas, como as Congadas, a Dança de

6 A elevação de Arraial das Formigas pra Vila de Montes Claros e Formigas acontece em 13 de outubro de 1831 (Decreto de 13/10/1831), considerada a emancipação política e administrativa), contudo, só é efetivada em 16 de outubro de 1832. Em 03 de julho de 1857, a vila é elevada à categoria de cidade, nomeada como Montes Claros (pela Lei Provincial n.º 802, de 03/07/1857).



Figura 09: Registro de um dia de festa na antiga Vila das Formigas.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, 2019.

São Gonçalo e a Festa do Divino), bem como para o comércio e a vida política. As festividades e práticas dos negros, possivelmente proibidas ou ignoradas pela Igreja e autoridades locais, ganharam espaço certamente pela identificação da população de negros e descendentes que colaram sua tradição à realidade. Em 1857, Montes Claros (até então, vila), é elevada à categoria de cidade. Segundo Costa (1997), desde sua formação, a cidade caracterizava-se como um “entrepasto”, desempenhando funções de centro comercial, religioso e político. Contudo, já no século XIX, a cidade torna-se ponto de intersecção de relações funcionais de outras espécies. Com o passar dos anos, a vida urbana ia se tornando cada vez mais mediada por “conexões sistêmicas não configuráveis” e “as aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade (COSTA, 1997), dando um outro olhar sobre essas manifestações culturais no espaço urbano, e trazendo modernização junto a uma onda desenvolvimentista na cidade.

Dentro de Minas Gerais, pela sua história, Montes Claros passou a ser conhecida e se tornou uma referência como “cidade da arte e da cultura”, não só pelos espaços culturais que a integram, como o Museu Regional do Norte de Minas, o Centro Cultural Hermes de Paula e o Armazém Montes Claros (antigo Armazém de Cargas da Rede Ferroviária), com também pela série de eventos e manifestações culturais populares que integram o calendário de festas da cidade ao longo do ano, como a Folia de Reis, a Festa do Pequi, as Festas de Agosto e o Festival Folclórico, sendo estas consideradas atualmente as maiores e mais importantes festividades do município. Segundo Luciana Canan,

(...) faz parte do contexto da cidade não apenas a paisagem natural e edificada, as manifestações culturais também são produtos da sociedade. Neste sentido, Montes Claros destaca-se por suas tradições do folclore, festas re-

ligiosas e música, fato que a faz garantir o título como “cidade da arte e da cultura”. Dentre as mais tradicionais estão as festas de agosto que enchem as ruas da cidade de alegria e constituem a maior manifestação cultural tradicional e popular do município. (CANAN, p. 109)

O sentimento de religiosidade manifestado através da cultura popular sempre foi algo presente no município. Durante vários intervalos no calendário, igrejas e ruas da cidade são tomadas por fiéis que demonstram fervor em suas devoções. Em seu livro “Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes”, o escritor e historiador Hermes de Paula citava, por exemplo, a Folia de Reis, em janeiro, onde presépios eram armados e o dia era considerado santo e celebrado com missa. No mesmo mês, São Sebastião era lembrado com novena de terços, bênçãos e levantamento de mastro e no encerramento também havia missa e procissão. Durante as novenas, no meio dia, haviam repiques de sinos e queimas de fogos. (PAULA, 1957). Algumas manifestações religiosas que não mais são realizadas constam na obra. Em fevereiro, por exemplo, havia a purificação da Nossa Senhora das Candeias, onde ocorriam missas com bênçãos de velas, estas destinadas a abrandar tempestades e evitar aflições, dentre outras manifestações religiosas que costumavam seguir pelo ano afora, como as em devoção a Nossa Senhora das Graças, São Geraldo, São Judas e Santo Antônio.

E dentre as celebrações existentes, as festividades e práticas dos negros, outrora proibidas de serem realizadas em templos católicos ou ignoradas e condenadas pela Igreja e autoridades locais, foram ganhando espaço. As festas em louvor aos Santos Negros, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, aconteciam sob supervisão da Igreja e, atualmente, compõem o Congado em Montes Claros, que representa a união dessas festas, junto à Festa do Divino Espírito Santo, em um único período do ano: o mês de agosto.

2.3 As Festas de Agosto e o Festival Folclórico: estrutura, organização e programação

Dentre as diversas e significativas festas populares, destacam-se em Montes Claros os grupos de Congado (apesar de o termo “Congado” não ser conhecido e utilizado popularmente na manifestação na cidade) que, entre meados do mês de agosto – mais precisamente entre os dias 15 e 20, aproximadamente – desfilam pelas ruas visitando casas e igrejas, devotando sua fé e suas crenças no poder divino. São as populares Festas de Agosto, as maiores e mais conhecidas manifestações culturais do município, e também a de maior engajamento comunitário.

Existente há 181 anos, as *Festas de Agosto* (Figuras 10, 11 e 12) (ou “Festa dos



Figura 10: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG). Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 11: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG), durante o Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 12: As Festas de Agosto de Montes Claros (MG), durante o Reinado de São Benedito.
Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 13: Festival Folclórico de Montes Claros (MG). Fonte: acervo do autor, 2019.

Catopês”⁷, como é popularmente conhecida) são celebrações de cunho religioso, e constituem parte expressiva e significativa do catolicismo popular da cidade de Montes Claros (MG), onde são homenageadas as divindades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo (Figura 05). As festividades fazem parte do calendário oficial de festas populares da cidade, e ocorre anualmente em meados da segunda semana do mês de agosto.

Como parte do cenário do Congado nacional e norte mineiro, as Festas de Agosto de Montes Claros consistem numa manifestação cultural originada ainda no período de escravidão. Na época, as festas surgiram como um ato de resistência, e eram uma brecha de oportunidade para as práticas religiosas entre os negros, em devoção aos seus santos. (COSTA, 2015)

As Festas de Agosto atualmente levam esse nome, no plural, mas nem sempre foi assim. Essa denominação é devida a ser resultado de uma junção de três festas distintas: A Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Festa do Divino, que ocorria no período de Pentecostes, e a Festa de São Benedito, que acontecia no mês de setembro ou outubro. Estas duas últimas foram aglutinadas à Festa de Nossa Senhora do Rosário, que, tradicionalmente, era realizada no mês de agosto e, por isso, popularmente, a festa também é conhecida como Festa dos Catopês, em referência a como são chamados os integrantes dos ternos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

Uma vez composta por três comemorações, a organização da festa se constitui em três guardas: os Catopês, os Marujos e os Caboclinhos que, juntos, homenageiam as três divindades – Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, respectivamente, uma em cada dia de festejo – por meio de cortejos, performances, levantamento de mastros, missas e bênçãos, parte de uma programação religiosa formal – cuja estrutura será apresentada mais adiante.

Apesar de originada de uma tradição religiosa popular, na contemporaneidade as Festas também se expandem para práticas seculares, uma vez que, paralelamente à programação religiosa, é promovido pela Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, o chamado *Festival Folclórico* (Figura 13) que, existente há 41 anos, dispõe de uma programação que envolve shows musicais, apresentações de grupos de dança, oficinas, exposições, contação de histórias, entre outras atividades que são durante os dias de duração das festividades. Parte da programação religiosa, apresentada pelos ternos de Congado acontece pela manhã e outra

7 Devido à concentração das duas festas (de São Benedito e do Divino Espírito Santo) junto à de Nossa Senhora do Rosário, que acontecia em agosto.

parte acontece durante a noite, enquanto o festival acontece somente durante à noite. Contudo, o formato apresentado à população como o de duas festas em uma, com diferentes programações e caracterizações. População, turistas, estudiosos e artistas de várias partes da região (pode-se até mesmo dizer que de vários cantos do país), reúnem-se para assistir e prestigiar às práticas que vão desde procissões, reinados, missas, até shows, feiras de comidas típicas, artesanato e outras atividades que extrapolam e sobrepõem o cotidiano de Montes Claros durante uma semana do mês de agosto, e que apesar de ocorrerem de forma cíclica – em apenas uma vez ao ano – vão deixando rastros permanentes através dos tempos, consolidando um legado de identidade e memória para a cidade e seus moradores.

Como forma de compreender a estrutura das Festas de Agosto e do Festival Folclórico, e a forma como estes se dão na contemporaneidade, foi realizada uma revisão bibliográfica, dentre livros, textos, artigos, dissertações e teses, bem como uma pesquisa em documentos como jornais, revistas, fotografias e pastas, com o intuito de elucidar, de forma breve, uma trajetória linear das festividades através dos seus anos de existência, desde os primeiros registros até um levantamento atual de sua realização, através da pesquisa de campo, identificando e compreendendo os principais acontecimentos que contribuíram para a consolidação das festas em tempos atuais, bem como descrever sua composição e organização, de maneira a compreender quem são os grupos que compõem e realizam as celebrações, e quais os agentes e instituições envolvidas no apoio e promoção de ambas as manifestações.

2.3.1) Estrutura e organização

Em Montes Claros, o Congado é representado através das Festas de Agosto por três guardas: Catopês, Marujos e Caboclinhos. Guardas que, atualmente, se subdividem em três ternos de Catopês, dois ternos de Marujos e um grupo de Caboclinhos. Os grupos representam as três raças que formaram o povo brasileiro: os negros, os brancos e os índios, respectivamente. Os Catopês representam a origem africana; os Marujos, a origem europeia, encenando os marinheiros portugueses e os descobridores; e os Caboclinhos, representando a reminiscência indígena.

Durante cinco dias consecutivos (geralmente na segunda semana do mês de agosto), as três guardas saem às ruas do centro da cidade para realizar os rituais tradicionais da manifestação, considerada como a programação religiosa, que envolve principalmente os levantamentos de mastro, as missas e os cortejos (chamados de Reinados

e Império⁸). No dia dos cortejos, os ternos organizam-se para se apresentarem em duas colunas, começando pelos mais altos e seguindo por ordem decrescente até os menores. O chefe do grupo lidera, dançando e comandando os cantos entre as duas colunas e à frente há também dois porta bandeiras à paisana. (Figura 17)

Os ternos de catopês é que são os responsáveis pela organização e acompanhamento dos Reinados e Império, para os quais sorteiam-se pessoas da comunidade, quase sempre crianças, que se candidatam previamente, para saírem às ruas de rei, rainha, príncipes e princesas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e imperador e imperatriz do Divino Espírito Santo. Os cortejos são os momentos onde os grupos ocupam o espaço urbano e realizam os desfiles e coroações, até a chegada na Igreja do Rosário, onde acontecem as missas. Detalhes sobre a caracterização dos grupos e sobre a programação religiosa das festas são apresentados a seguir:

a) Catopês

O grupo dos Catopês (também conhecido como Zumbi ou Congado em outras regiões) constitui o principal símbolo das Festas de Agosto. Representa o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, e é caracterizado pela cor azul. As vestimentas utilizadas pelos membros são compostas por camisa, cuja cor varia de acordo com a divindade celebrada no dia de festejo⁹ (Figuras 14, 15 e 16), e calça branca. O elemento principal é um capacete de penas de pavão e fitas coloridas, que se tornou símbolo da



Figuras 14, 15 e 16: Catopês e as variações de cores em suas vestimentas, de acordo com a divindade celebrada. Fonte: acervo do autor, 2019.

8 Em Montes Claros, chamam-se reinados os cortejos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O cortejo ao Divino Espírito Santo é denominado de império. Na prática, ambas as práticas não possuem uma diferenciação.

9 Cada divindade celebrada é representada por uma cor, que também está presente na bandeira do santo que é levantada em cada um dos dias de festa. A vestimenta dos catopês varia de acordo com essas cores, sendo azul a cor que representa o Reinado de Nossa Senhora do Rosário; rosa a que representa o Reinado de São Benedito; e vermelho a que representa o Império do Divino Espírito Santo.

figura dos dançantes. Além das vestimentas, os Catopês utilizam instrumentos de percussão, são fabricados e produzidos pelos próprios integrantes, como uma forma de saber que faz parte da tradição e é passada de geração em geração.

Atualmente, são três os ternos de Catopês em Montes Claros:

O “1º Grupo de Catopês de Nossa Senhora do Rosário”, com cerca de 80 integrantes. Seu representante é João Pimenta dos Santos, conhecido como “Mestre Zanza”¹⁰ (Figura 21), atualmente com 88 anos de idade, e à frente do terno há 72 anos.

O “2º Grupo de Catopês de Nossa Senhora do Rosário”, com cerca de 60 integrantes, que foi chefiado por João Batista Farias, o falecido “Mestre João Farias” (Figura 22), até 2018. João Farias era carroceiro, e morreu aos 74 anos de idade. Esteve à frente do grupo de catopês por 46 anos, tendo participado dos cortejos desde criança, aos 8 anos. O cargo deixado por ele foi assumido pelo seu neto, Yuri Farias.

E o terceiro, o “Grupo de Catopês de São Benedito”, com cerca de 50 integrantes, chefiado durante muitos anos por José Expedito Cardoso do Nascimento, o “Mestre Zé Expedito” (Figura 23), que faleceu em 2016, aos 72 anos de idade, tendo dedicado mais de 64 anos à realização das Festas. Atualmente, o grupo é liderado por seus filhos Wanderley (Mestre) e Vera Lúcia (Contra-Mestra).



Figura 17: Catopês durante o Reinado de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: acervo do autor, 2019.

10 Mestre Zanza é conhecido por ser o catopê mais antigo e ainda vivo em Montes Claros, e carrega a tradição de coordenar as Festas de uma herança hereditária. Desde pequeno, aos quatro anos de idade, Zanza já participava dos cortejos, sendo considerado “catopê de colo”. Aos dezesseis anos, passou a chefiar o primeiro grupo de catopês, função esta recebida do pai João Pacífico Pimenta Santos que, por sua vez, a recebeu de seu avô Pacífico Pimenta. Atualmente, com 88 anos de idade, Zanza carrega uma infinidade de memórias sobre a existência das festas, e sobre como a mesma foi construindo-se e moldando-se junto à história da cidade.



Figura 18: Banda militar carregando a imagem do santo devotado durante o cortejo. Fonte: acervo do autor, 2019.

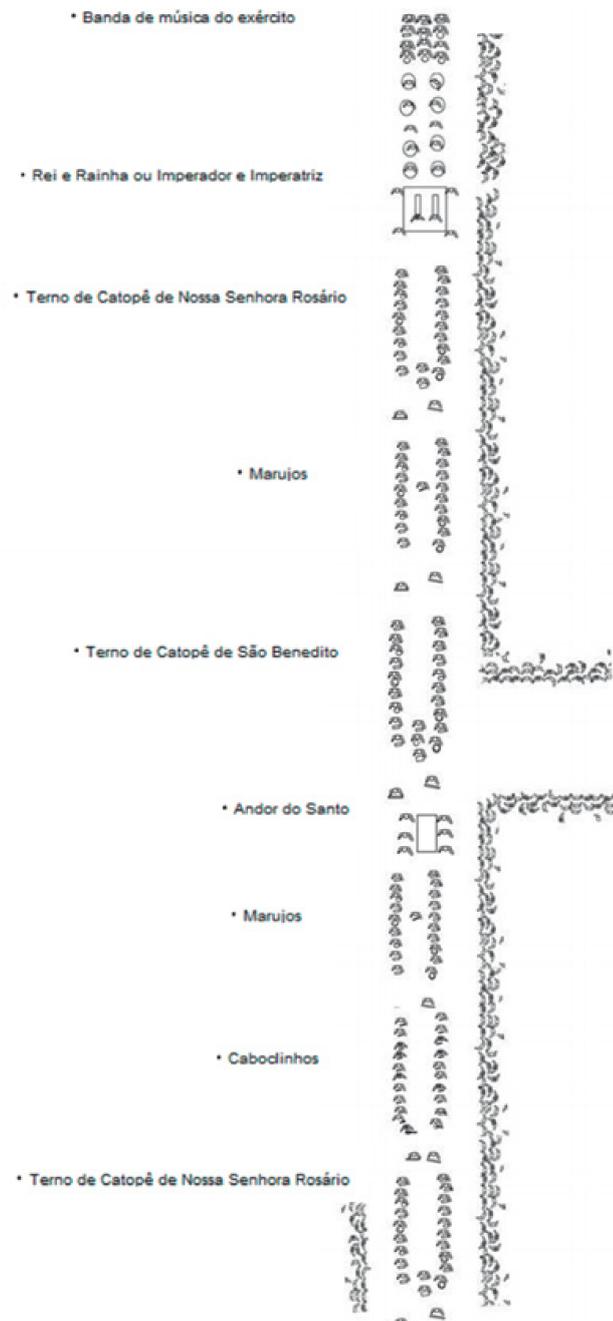


Figura 17: Estrutura e formação dos cortejos. Fonte: Luiz Ricardo Queiroz, 2005.



Figura 20: Estrutura dos cortejos em duas filas.
Fonte: acervo do autor, 2019.

b) Marujos

Os Marujos (ou Marujada) representam a origem européia, e encenam os colonizadores portugueses e os princípios cristãos da religião católica. Assim como nos ternos de Catopês, o capitão do grupo de marujos fica à frente, conduzindo o cortejo. O grupo é a teatralização da epopeia da “Nau Catarineta”¹¹, e são devotos do Divino Espírito Santo (Figuras 27 e 28).

De Marujos, há dois grupos:

A 1ª Marujada, atualmente chefiada por Mestre Tim (Figura 24), que assumiu após o falecimento de seu pai, Mestre Nenzinho. O grupo é caracterizado por utilizar vestimentas vermelhas e azuis, e chapéus das mesmas cores, além de instrumentos como violões e cavaquinhos, além de pandeiros e alguns instrumentos de percussão.

A 2ª Marujada, comandada por Mestre Tone Cachoeira (Figura 25), que assumiu após o falecimento do seu antecessor, Mestre Miguel Araújo. Aqui, o grupo é caracterizado por utilizar vestimentas semelhantes às tradicionais de marujos, com roupas brancas e boinas, e utilizam os mesmos instrumentos que o primeiro grupo.

¹¹ Nau Catarineta é um poema anônimo, ligado à tradição oral, inspirado na viagem da nau Santo António, desde o porto de Olinda, no Brasil, até o porto de Lisboa, em 1565. O poema narra a viagem dos tripulantes portugueses durante a travessia marítima, e a intervenção divina que leva esse navio a seu destino.

c) Caboclinhos

Os Caboclinhos (também conhecidos como “Caboclos ou “Caboclada”) representam os povos indígenas, e também representam o Império do Divino Espírito Santo, sendo caracterizados pela cor vermelha (Figuras 29 e 30). É composto majoritariamente por crianças e adolescentes, que se vestem tanto com camisas e calças vermelhas, como também com penas que fazem referência às vestimentas dos índios.

Atualmente, há somente um grupo de Caboclinhos, que conta com aproximadamente 50 a 60 integrantes, dentre eles violeiros, caciquinhos, caciquinhas e porta-bandeiras. O grupo é comandado por uma chefe, a Cacicona Socorro (Figura 26), e por um contra mestre, seu irmão, Waldir Leal.



Figura 21: Mestre Zanza.
Fonte: Revista Exclusive, 2015.

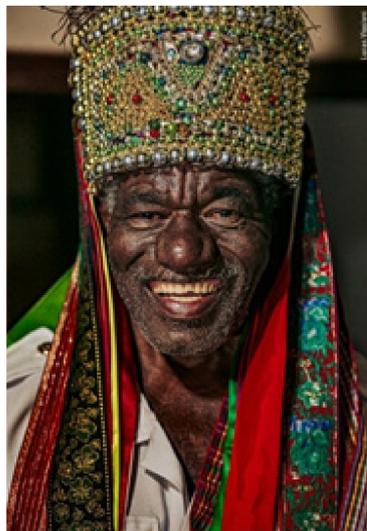


Figura 22: Mestre João Farias.
Fonte: Agosto Vivo, 2020.



Figura 23: Mestre Zé Expedito.
Fonte: Agosto Vivo, 2020.



Figura 24: Mestre Tim.
Fonte: Agosto Vivo, 2020.

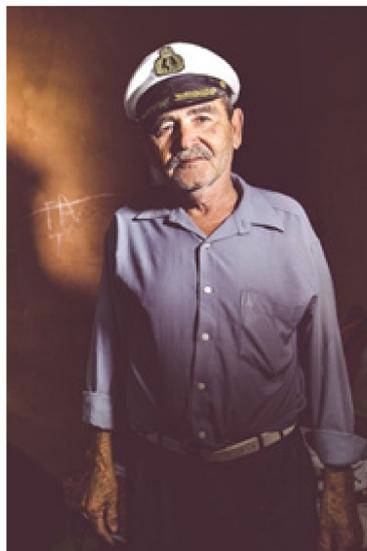


Figura 25: Mestre Tone Cachoeira.
Fonte: Agosto Vivo, 2020.



Figura 26: Cacicona Socorro.
Fonte: Agosto Vivo, 2020.



Figura 27: 1º Grupo de Marujos, caracterizado pelas vestimentas em vermelho e azul.
Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 28: 2º Grupo da Marujada, caracterizado pelas vestimentas brancas.
Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 29: Grupo dos Caboclinhos representando o Império do Divino Espírito Santo.
Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 30: Grupo dos Caboclinhos representando o Império do Divino Espírito Santo.
Fonte: acervo do autor, 2019.

d) Festeiros e Mordomos

Uma vez descritos os grupos constituintes e seus participantes, é importante destacar também outras participações da comunidade que, mesmo não incluídos no cortejo, são parte constituinte dos rituais e da tradição, bem como da organização, reforçando o engajamento comunitário característico da festa.

Há os Mordomos, que são pessoas sorteadas da comunidade e que demonstram interesse para tal, para guardar as bandeiras dos santos homenageados de um dia pro outro em suas próprias casas, onde recebem as visitas dos ternos para buscá-las antes do levantamento de mastro, sendo os responsáveis por essa cerimônia. A busca das bandeiras é feita durante os dias de cortejo, onde, antes do início da programação, os ternos vão até as casas dos Mordomos buscar as bandeiras, e as conduzem até a Igreja do Rosário, onde são hasteadas.

Há também os Festeiros, que são famílias e pessoas participantes e adeptos das festas. Os Festeiros são responsáveis pela organização e realização dos reinados e do império, e ajudam com na confecção de roupas dos reis, rainhas, príncipes, princesas, imperador e imperatriz, bem como através de outros tipos de apoio aos ternos.

Quem representa e coordena as Festas de Agosto anualmente é a Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos¹², cuja administração é centrada no presidente, João Pimenta dos Santos, o "Mestre Zanza", juntamente com o seu filho Júnior Pimenta, o "Mestre Zanza Júnior." Na tabela abaixo (Tabela 02), encontra-se uma visão geral das guardas e ternos que representam as Festas de Agosto:

Tabela 02: Guardas e ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos em Montes Claros (MG)

GUARDAS	CATOPÊS	MARUJOS	CABOCLINHOS
TERNOS	1º GRUPO DE CATOPÊS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	1º MARUJADA	GRUPO DE CABOCLINHOS
	2º GRUPO DE CATOPÊS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	2º MARUJADA	
	GRUPO DE CATOPÊS DE SÃO BENEDITO		

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

¹² A Associação é responsável pela própria realização das Festas, e recebe apoio da Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura de Montes com um auxílio financeiro anual, e com ônibus cedidos para que os grupos possam se locomover, quando necessário, durante os festejos. Sua sede atualmente está localizada na Rua Humaitá, nº 126, com Santa Efigênia, no Bairro Morrinhos.

2.3.2 Origem e principais aspectos históricos

Existem muitos fragmentos registrados sobre a história das Festas de Agosto, a maioria deles contidos em recortes catalogados de jornais e revistas, mas também nas canções entoadas pelos ternos sobre a tão aguardada chegada do mês de agosto em Montes Claros. A principal fonte de informação sobre as Festas está na oralidade, motivo pela qual a tradição e a cultura popular se perpetuaram por tantos anos, sendo transmitida através das gerações.

O primeiro registro oficial que se sabe sobre a manifestação é datado em 1839. Trata-se um documento encaminhado à Câmara Municipal da cidade, em nome do morador Marcelino Alves, fazendo “um pedido de licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo que pretendia fazer nesta freguesia”. Também há registro de realização de “desfile de catopês e cavalcadas” para a comemoração da coroação do imperador dom Pedro II em 1841. Apesar de esses serem os primeiros registros oficiais, segundo Costa (2015), existem outros indícios de que as tradições folclóricas já existissem antes disso na cidade. De acordo com o autor, “em 1817, quando percorreu Minas Gerais, o naturalista francês Auguste Saint-Helaire faz referência a uma festa religiosa a Nossa Senhora na região de Montes Claros, antigo Arraial das Formigas. Tudo indica que foi uma alusão ao cortejo da Festa de Nossa Senhora do Rosário”. De acordo com Jânio Marques Dias (2015), estas podem ser consideradas

as primeiras manifestações da religiosidade popular de Montes Claros, então descrita na obra “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, escrita por Augusto de Saint – Hilaire, primeiros anos do século XIX. Ao chegar na Vila de Formigas, atual Montes Claros, ele assistiu uma manifestação religiosa muito significativa para o entendimento das festividades a Nossa Senhora do Rosário (DIAS, 2015, p. 107).

Nessa época, as Festas de Agosto ainda não possuíam esse nome, pois ainda eram comemorações separadas por diferentes datas, por isso não constam nos registros sob essa denominação, e sim como celebrações separadas. Segundo Malveira (2011), em seus primórdios, as festas em homenagem aos santos negros não eram uma prática bem aceita pela sociedade e pela Igreja durante os seus primeiros anos de sua existência.

Há aproximadamente 150 anos, a antiga vila celebrava e festejava as Festas de Agosto diferentemente da configuração atual. As primeiras festividades eram realizadas pelos negros que tinham suas práticas proibidas ou ignoradas pela Igreja e autoridades locais. [...] Mas ao longo dos séculos estas festas, ganharam o gosto da população. Possivelmente esta identificação e aceitação se justificam porque grande parte da população da cidade era de negros e descendentes mesmo subjugados que souberam transmitir seu le-

gado sincretizado aos elementos da religiosidade e das condições impostas pelo poder oficial. Depois de um tempo, as festas dos congadeiros para seus santos se enraizaram na sociedade e, por essa razão, acabaram obtendo a autorização oficial para acontecer, mas também tiveram, por outro lado, que aceitar a supervisão da Igreja. (MALVEIRA, 2011, p. 52)

Em 1857, a Vila de Formigas é elevada à categoria de cidade e passa, então, a ser Montes Claros. A partir da segunda década do século XX, com o passar do tempo, as festas vão ganhando espaço dentro da sociedade, e deixando de ser simplesmente uma manifestação dos negros, e se transformando em um evento da sociedade local, envolvendo pessoas das diversas classes, inclusive da elite. As Festas ganham ainda mais importância ao serem relacionadas com o desenvolvimento da cidade, pois pode-se dizer que ambas evoluíram juntas, uma vez que os primeiros indícios sobre os festejos e seu primeiro registro oficial, são da época que Montes Claros ainda nem era cidade. Ou seja, a festa sofreu mudanças em virtude do desenvolvimento urbano e da modernização, precisando passar por várias adaptações para serem aceitas e poderem acontecer. E essas transformações não são só de ordem física, como as mudanças de local de celebração e de trajetos dos cortejos durante todo o tempo de sua existência, mas mudanças vindas de decisões das gestões administrativas, nas permissões e supervisões impostas pela Igreja católica, e pela própria sociedade, que possuía uma visão estereotipada sobre as práticas e sobre os negros que participavam dos festejos, principalmente por serem consideradas práticas exclusiva de escravos, na época. Segundo Malveira (2011),

Depois de um tempo as festas dos congadeiros para seus santos se enraizaram na sociedade e, por essa razão, acabaram obtendo a autorização oficial para acontecer, mas também tiveram, por outro lado, que aceitar a supervisão da Igreja (...). Mantidas posteriormente pelas famílias importantes da cidade, as festas nos últimos tempos têm contado também com o apoio do poder público que começou a perceber a importância deste espaço. (MALVEIRA, 2011, p. 53)

Dentre as intervenções da Igreja sobre os festejos na época, uma das principais e mais determinantes foi a decisão de juntar as festas de devoção aos santos negros em uma única cerimônia. Através da criação da diocese de Montes Claros, o primeiro bispo da cidade, Dom João Antônio Pimenta, uniu no calendário litúrgico as três festas distintas: a festa do Divino Espírito Santo, (realizada no período de Pentecoste, nos meses de junho), e a festa de São Benedito (realizada entre os meses de setembro e outubro), foram unidas à comemoração de Nossa Senhora do Rosário, que já acontecia no mês de agosto. Por esse motivo, os festeiros de Nossa Senhora do Rosário são considerados as principais figuras da comemoração, que ainda é referida por muitos até hoje como “festa dos catopês”. A justificativa da decisão da Diocese na época

era a de, através da junção de três festas em uma, fortalecer a tradição. Segundo o historiador Jânio Marques Dias,

Ao unificar a religiosidade local, estabelecendo o período de festas, o Bispo, Dom João Antônio Pimenta evita disputas e cria argumentos para regular e celebrar Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo em um único acontecimento que congrega os rituais de devoção, estabelecendo o que chamamos na atualidade de "Festas de Agosto". (DIAS, 2015, p. 117)

Pode-se perceber que, na sua origem, a Igreja Católica procurou controlar a realização das festas. Os dançantes não podiam adentrar os templos para realizar seus rituais de danças e músicas, que até então eram condenados e considerados como profanos, ou até mesmo vistos como práticas de bêbados e andarilhos. Com o passar dos tempos, conforme foi ganhando popularidade e maior adesão da sociedade, a Igreja foi permitindo as práticas dos ternos, porém sob supervisão e mediante permissão. Ainda assim, zelosa pelas diretrizes romanas diante dos possíveis desvirtuamentos doutrinários, em 1930, a Igreja deixa de participar das comemorações, ganhando a adesão de muitos partícipes propensos a acatar as orientações eclesiásticas oficiais. Porém, a imprensa regional, em 1937, por meio do jornal montesclarenses *Gazeta do Norte*, pediu aos padres que não deixassem as Festas de Agosto.

Um som profundo, unisono, soturno expressando bem a alma simples do sertanejo semicivilizado... Faz Penna!!! Este anno não houve cavallhada e deslocaram um dia de festejos. As bombas foram poucas, foguetes quase nenhum. O lamento rural não compareceu. Não houve propaganda. O "civilizado" se rebella contra esta cousa de dançantes e cavalleiros de dançantes e cavalleiros phantasiados. Isto depõe contra Montes Claros, dizem com empáfia. O clero por sua vez recebe o <cobre> do rei, da rainha, dos juizes, etc e condenna a <palhaçada>. Agora vejamos o que podem estes homens fazer mais do que fazem? Onde receberam elles cultura instrucción e educação artistica para se exhibirem melhor em palcos e scenarios diferentes? Que dia o poder publico auxiliou esta gente e lhes aperfeicou o gosto? O clero também porque não protege a festa? Ella não é profana e dá a igreja alguma renda. Não, não acabem com a <Festa de Agosto> . Ela é a única festa popular de montes claros. Dancem catopés, teçam cipó caboclinhos, naveguem marujos, corram cavalleiros! A diversão não é privilegio de uma só classe – aquella que detêm o dinheiro. O povo, o operário, o trabalhador rural e urbanos precisam se expandir, necessitam descarregar a libido ao menos nessas reuniões cujo móvel é o culto do catholicismo onde reina a paz e a amizade. Onde não se vê a faca de ponta, a garrucha nem a pinga. Onde por alguns momentos se esquecem a rudeza brutal da natureza do sertão... Um contato directo destes com o meio mais civilizado afim de que não amorteça (como acontece com o homem isolado) o espirito de solidariedade humana, de cortezia, de arte de educação. É dever como se faz nos centros civilizados, é dever dos poderes públicos incentivar as festas populares subvencioná-las até... busquemos o exemplo disto em São Paulo, São Salvador e se quisermos na Europa. Deixem a Festa de Agosto com sua parcella de funcção social auxiliem-na, porque além do povo, muita gente boa e civilizada gosta dela (*Jornal Gazeta do Norte*, 21/08/1937).



Figura 31: Terno de Catopês de Nossa Senhora do Rosário, fotografia de 1973. Fonte: Secretaria de Cultura de Montes Claros, 2020.



Figura 32: Grupo de Marujos, fotografia sem data. Fonte: Secretaria de Cultura de Montes Claros, 2020.



Figura 33: Grupo de Caboclinhos, fotografia da década de 30.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros, 2019.



Figura 34: Cortejo ao Divino Espírito Santo, fotografia sem data.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

Pressionada pela crítica de parte da população da cidade e da imprensa, nos anos subsequentes, a Igreja retomou a participação nos festejos, dessa vez com maior apoio, junto a outras esferas culturais autonomizadas influentes no espaço público. Esse fato demonstra que os festejos e celebrações dos negros, nem sempre acolhidos pela Igreja Católica e pelos poderes locais, paulatinamente foram conquistando espaço na sociedade, mas que consistiu num período longo de aceitação.

Com a dinamização e avanço do desenvolvimento urbano de Montes Claros, o poder tradicional¹³ inseriu uma nova dinâmica, em certa medida, inaugurada pela própria ação política e interesses econômicos da época. (BRITO, 2014). Nesse processo é que se deu a construção da Capela do Rosário (Figura 35), e também sua posterior demolição, envolvendo a participação da Igreja, da elite; representada por pessoas importantes da cidade, assim como do poder administrativo. Existem divergências sobre a data exata da construção da Capela do Rosário, mas de acordo com arquivos históricos da Arquidiocese de Montes Claros, sua edificação se deu em 1839, e sua demolição por volta de 1960. A construção da Capela do Rosário havia sido uma demanda dos ternos de Catopês, por um local onde pudessem, além de ter um local próprio para realizar suas missas e bênçãos, se reunir, conversar e organizar os próximos encontros. Sua demolição se deu durante um processo de modernização da cidade, cuja qual passava por uma onda desenvolvimentista. (CANAN, 2014). Um jornal datado em março de 1960 traz informações sobre o processo de destruição da capela, associando-o à “modernidade”. A reportagem destaca a Igreja como “um problema”, pois se encontrava localizada no centro da cidade, dificultando o trânsito de automóveis. A Capela do Rosário estava sendo vista pela administração como um obstáculo que deveria ser solucionado, pois se localizava numa das principais avenidas da cidade, a rua Camilo Prates. O templo foi demolido para construir no local outro mais moderno (Figura 36), num terreno deslocado a poucos metros de distância da posição original, e a fim de receber também um novo partido arquitetônico.

Como pouco se sabe sobre a origem exata da construção da capela do Rosário, é pautado um comentário reproduzido do texto de Fabiano Lopes de Paula (2006) “Uma igreja na encruzilhada”, em entrevista de Virgínia de Abreu de Paula, filha do historiador Hermes de Paula, sobre o acontecimento. De acordo com o relato trazido pelo autor

A prefeitura decidiu que a capela anterior estava no meio da rua. Não havia problema. Não atrapalhava o trânsito, mas acharam que sim. Então resolveram demoli-la. Foi um sofrimento intenso para todos nós. E os Catopês

13 O chamado poder tradicional era um setor administrativo vinculado à Igreja Católica, conforme constatado na pesquisa de Brito (2015)



Figura 35: Antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, demolida na década de 60.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, 2019.



Figura 36: Atual Igreja do Rosário, localizada na Praça Portugal, centro de Montes Claros.
Fonte: acervo do autor 2019.

disseram que não mais sairiam nas Festas de Agosto. Nem os Marujos e nem os Caboclinhos. Então não haveria mais a festa. Desesperado, meu pai tomou a decisão de construir outra, quase no mesmo lugar. Sem entrar na rua. Teria de ser pequena para caber no espaço que tinha. Teve de convencer a prefeitura que seria possível e obteve o consentimento para a nova construção. O arquiteto Mércio Guimarães ficou por conta do projeto, optando por construí-la em formato de barca homenageando a marujada, atendendo a um pedido de papai. (...) Foram os Catopês que a construíram com suas mãos. Só por este motivo já merece todo nosso respeito. E assim a festa foi salva e vem acontecendo até hoje. (PAULA, 2006, p. 36)

Logo, diante dessa nova demanda, era construída pelos próprios integrantes dos ternos de Congado um novo templo, contando com doações de materiais e seu próprio suor. Nesse contexto, enquanto a cidade passava por um processo de modernização, ao mesmo tempo em que as Festas foram ganhando aderência junto à sociedade, foi proposto pela Câmara Municipal e a Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros o “Festival Folclórico”, tornando-se desde então parte do calendário das festas populares sob a justificativa de fortalecimento das manifestações e uma preocupação de “preservação da tradição e perpetuação dos costumes populares, mas sem desmerecê-los ou descaracterizá-los.”

O prefeito à frente da gestão do município naquela época, Luis Tadeu Leite, regulamentou, através do Decreto nº 649, de 10 de março de 1983, a realização do Festival Folclórico de Montes Claros. Ao instituir a proposta, o então prefeito justifica que, além do sentido festivo, religioso, artístico e social, e além do processo social de anseios e crenças de uma comunidade, deveria haver uma programação das Festas que agregasse toda a comunidade, escolas e entidades com fins socioculturais, resultando numa inclusão no calendário turístico do município.

Art. 1º - A regulamentação do Festival Folclórico de Montes Claros, que será organizada e dirigida pela Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, através da divisão de Cultura, com a finalidade precípua de sensibilizar a Comunidade Montesclarensense para a importância do folclore na determinação da entidade cultural de um povo e ao mesmo tempo, contribuir para a preservação deste, que vem sendo ameaçado pela estandarização de corrente da sociedade de consumo e as mensagens uniformizantes dos meios de comunicação (DECRETO, nº 649, 1983, p.1).

Diante disso, instituiu-se uma programação cultural, tendo por objetivo despertar na população urbana o interesse pelas manifestações tradicionais da cultura.

Art. 8º - Mobilizar e incentivar as professoras de 1º grau, a uma exploração objetiva da unidade “Folclore”, utilizando os acontecimentos em função de tempo e espaço.

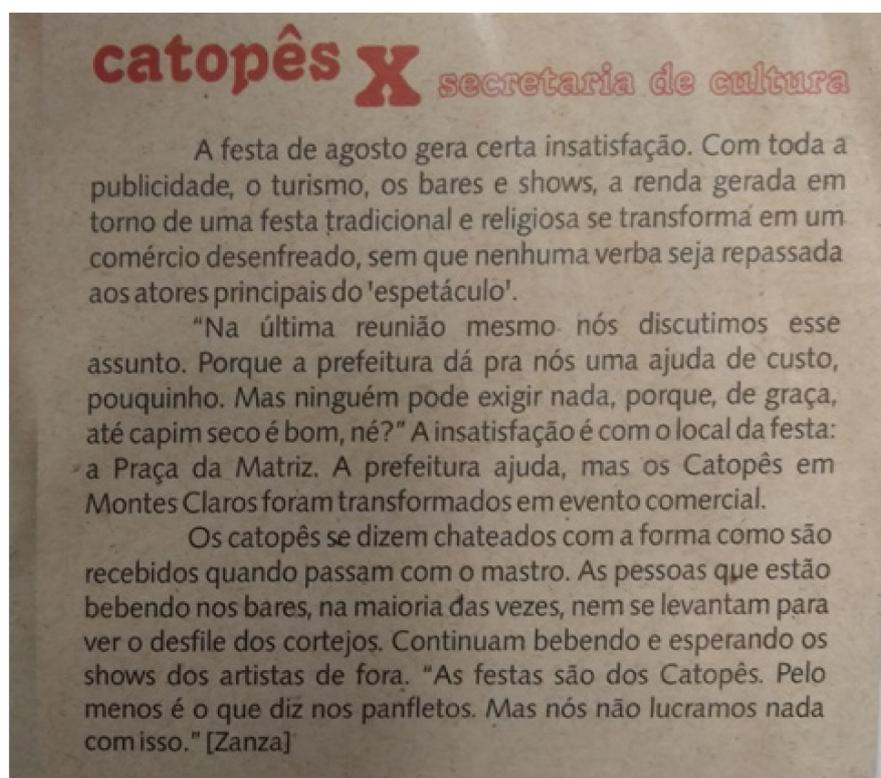
Art. 9º - Reviver as manifestações tradicionais junto à população migrante do eixo rural.



Figura 37: Momento de realização da programação religiosa das Festas de Agosto junto ao Festival Folclórico, na Praça da Matriz. Sem data. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.



Figura 38: Momento de realização da programação religiosa das Festas de Agosto junto ao Festival Folclórico, na Praça da Matriz. Sem data. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.



Figuras 39 e 40: Recortes de manchetes de jornais locais, onde é possível perceber tensões existentes entre a programação das Festas de Agosto e Festival Folclórico.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

Art. 10º - Promover e estimular as tendências locais e o uso artesanal.

Art. 11º - Propiciar condições e organizar a apresentação de todos os grupos folclóricos em todas as suas manifestações. (DECRETO, nº 649, 1983, p.2-3).

Não há registros que constam sobre um consenso ou um diálogo com os grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos sobre a realização do Festival a partir das Festas de Agosto. Entretanto, é possível observar indícios de que não só a sobrevivência da Festa, mas também o interesse em sua manutenção pelo poder público através de incentivos, esteve condicionada à existência do Festival. Posteriormente à regulamentação da realização do Festival Folclórico, o então prefeito Luiz Tadeu Leite criou a subvenção as Festas de Agosto através do Projeto de Lei nº 2.274 de 09 de Agosto de 1995, autorizando um repasse de recursos financeiros à Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos. Dessa maneira, pode-se dizer que as Festas de Agosto só passaram a ter um investimento – através de incentivo financeiro para os grupos que realizam a festa – após a proposta de surgimento do festival.

Desde a proposta do Festival Folclórico, os ternos e seus integrantes enfrentaram várias dificuldades para a realização de suas celebrações. O evento não só tomou proporções maiores e atraiu um número de novos adeptos, mas condicionou a realização das Festas conforme as suas necessidades, e não conforme as necessidades dos ternos. Dentro desse processo, houveram muitas mudanças de lugar para acontecimento das Festas, uma vez que ano após ano o Festival crescia, e um lugar a princípio destinado a seu acontecimento já não comportava mais a quantidade de pessoas, o que abriu um espaço para a expansão do comércio informal dentro da própria festa, que veio a tornar-se uma oportunidade para o comércio. A própria demolição da Igreja do Rosário fez com que a prefeitura tentasse unir as duas festas num mesmo local. (Figuras 37 e 38)

As constantes tentativas de junção espacial das duas festas resultava na transformação do espaço festivo um verdadeiro espaço de disputa, pois por muito tempo houve a tentativa de manter-se a programação religiosa junto à programação profana, ocorrendo simultaneamente, mas ocasionaram-se muitos conflitos, gerando insatisfação por parte dos ternos, que reivindicavam um local para a realização das suas práticas de devoção junto à Igreja do Rosário, que havia sido demolida e reconstruída.

Um fragmento de jornal encontrado nos catálogos do arquivo municipal, sem data, traz uma entrevista com o Mestre Zanza, representando uma insatisfação dos ternos em relação à “publicidade, o turismo, os bares e shows, a renda gerada em torno de uma festa tradicional e religiosa” que, segundo ele, “se transforma em um comércio

desenfreado, sem que nenhuma verba seja repassada aos atores principais do 'espetáculo'."

A partir desse trecho, é possível perceber uma problemática gerada em torno da sobreposição das festas religiosas com o evento. Além disso, a partir da criação do Festival, outras transformações mais sutis pelas quais as Festas passaram demonstram algumas outras imposições pelas quais os grupos festeiros passaram, também como parte de inclusão e aceitação em meio à sociedade, como a modernização dos trajes e alguns instrumentos utilizados. As Festas de Agosto foram crescendo na cidade cercadas por uma série de mecanismos de controle, vindos de todos os lados. Ou seja, apenas se autorizados por prévia licença das autoridades municipal e religiosa, e desde que não viessem a perturbar a ordem e o sossego público, os Catopês, Marujos e Caboclinhos poderiam sair com seus ternos pelas ruas. O processo de negociação para se conseguir a autorização para a Festa ainda se faz presente e tem se repetido ano após ano, porém de formas diferentes, mas ainda envolvendo diversas lideranças – da igreja, do poder local e da própria sociedade.

Atualmente, as Festas de Agosto e o Festival Folclórico de Montes Claros são eventos reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, e parte integrante do calendário oficial de festas da cidade, recebendo apoio e divulgação da Secretaria Municipal de Cultura. Ambos os eventos, apesar de distintos entre suas programações, acontecem simultaneamente, e movimentam grande parte da população para prestigiar e participar das atividades realizadas.

2.3.3 A programação religiosa e a programação profana

As Festas de Agosto são formadas, então, por dois momentos. O primeiro diz respeito à programação religiosa, envolvendo os cortejos, levantamentos de mastro e missas, e que ocorre durante o período da manhã e à noite; e, simultaneamente à programação religiosa, acontece o Festival Folclórico, que diz respeito à programação de barraquinhas, shows e outras atividades promovidas pelo poder público juntamente à Secretaria Municipal de Cultura, porém acontecendo somente durante à noite. As Festas de Agosto existem há 182 anos, enquanto Festival Folclórico acontece há 42 anos. Ambas as programações têm início na quarta-feira à noite, com a abertura oficial. A programação religiosa inicia-se com a chegada da bandeira de Nossa Senhora do Rosário, e seu levantamento no mastro que se encontra no cruzeiro ao lado da Igreja do Rosário, na Praça Portugal, no centro da cidade. Ali é considerado o principal ponto de concentração das Festas, onde também são realizadas as chegadas dos

cortejos, a missas com os ternos, e onde os mesmos recebem as bênçãos nos dias seguintes aos levantamentos de mastro. Já o Festival Folclórico atualmente acontece na Praça Doutor Chaves, também conhecida como Praça da Matriz, junto à Igreja da Matriz, a alguns metros de onde acontece a programação religiosa. A programação do festival se modifica a cada ano, de acordo com as apresentações.

A seguir, será apresentada a programação das Festas de Agosto e do Festival Folclórico, de maneira a trazer uma compreensão sobre as suas estruturas atuais e como acontecem na contemporaneidade. Os dados foram obtidos através de levantamento em campo no ano de 2019, durante a 181ª edição das Festas de Agosto, e 41º Festival Folclórico.

Ensaaios

O que se vê nas ruas durante o meio do mês de agosto é apenas uma parte do que realmente faz parte da tradição e dos rituais dos ternos de Congado em Montes Claros. Quando se termina uma festa, já se começa a preparação e a organização dos acontecimentos do próximo ano. Os ensaios têm início meses antes das Festas, no mês de maio, e acontecem em diferentes regiões da cidade, de acordo com a localização dos integrantes dos grupos, que cedem as próprias casas para que aconteçam as reuniões preparativas, geralmente sendo a casa dos mestres. Após esse período, já no mês de julho, iniciam-se as visitas, onde os ternos vão até as casas dos mordomos, portadores das bandeiras dos santos, estas sobre a proteção de uma família que a manteve em seus cuidados durante todo o ano. Esse ritual é realizado diariamente durante os dias de acontecimento da festa, bem como as demais partes da cerimônia, como os levantamentos de mastro e as missas. A festa, atualmente, é de livre participação de toda a comunidade, sendo necessário apenas informar o interesse em participar dos cortejos à Associação.

Visitas às casas dos mordomos

A cada ano a Festa tem três mordomos: o de Nossa Senhora do Rosário, o de São Benedito e o do Divino Espírito Santo. No período de realização dos rituais, os grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos vão até a casa dessas pessoas buscar a bandeira e conduzi-la até a Igreja do Rosário. Como parte da tradição, todos os grupos vão até a residência do mordomo, onde sempre chegam dançando e cantando e, em posição de reverência, se organizam para realizar a entrada na residência e retirada da bandeira.

Os grupos chegam um a um e recriam o Santo por ordem de chegada. Ao longe,

o som dos tambores e das violas anuncia a aproximação dos grupos, e as famílias respondem os sons festivos com salvas de foguetes. Ao saírem da casa, cuja qual a bandeira esteve por um ano, os ternos iniciam suas reverências e ritos de purificação do espaço, uma vez que as ruas por onde passa o cortejo têm de ser purificadas, limpas das impurezas mundanas. Todos os ternos iniciam um ritual musicalizado e ritmado, usam o corpo e o som de tambores, violas e bandeiras, buscam a sacralização do espaço comum, preparando dessa forma a rua cotidiana para a passagem da divindade.

Aos passos pelas ruas e ao chegar a casa os sons, os contos e as danças purificam o espaço e torna o lugar cotidiano, comum, em lugar sagrado, santo. (...) O ritual praticado nas visitas das bandeiras é o mesmo para todas, com o término dessas visitas os ternos de dançantes visitam as famílias responsáveis pelos “comes e bebes” são os mordomos da festa com a responsabilidade de alimentar os grupos durante as festividades. Cada mordomo indica dois membros da família para serem os reis e rainhas das festas devocionais em sua maioria são indicadas crianças para essa missão. Apenas o mordomo do divino indica uma imperatriz e um imperador, os demais mordomos, o mordomo de São Benedito e o mordomo de Nossa Senhora do Rosário indicam reis e rainhas. Têm-se assim os reinados de Nossa Senhora e São Benedito e o Império do Divino Espírito Santo. Os grupos chegam à casa dos mordomos com muita animação, as famílias enfeitam as casas com as cores dos santos que eles representam, as crianças são colocadas sentadas em lugar de destaque no centro do local onde os grupos se revezam para render homenagens ao rei e rainha, imperadores e imperatrizes. (DIAS, 2015, p. 104, grifo nosso).

O atendimento ao pedido para ser mordomo pode levar anos, pois existem muitas famílias interessadas em serem guardiãs das bandeiras, devido à existência de uma crença que a casa fica protegida durante todo o ano. Assim, o espaço de convívio familiar acaba se tornando sagrado, como se a própria divindade, simbolizada na bandeira, estivesse morando na casa durante todo o ano.

O que muda em cada dia de festa é a localização da casa do mordomo, a hierarquia de quem retira a bandeira, e o grupo que a levantará no mastro. O grupo responsável pelas práticas é sempre aquele devoto à divindade em questão celebrada no dia de festejo. Todo ano, três novos mordomos são sorteados.

Levantamentos de mastro

O levantamento do mastro é uma expressão de devoção e uma homenagem ao santo festejado em cada dia, sendo também o anúncio da realização festiva para o santo no dia seguinte. Após a retirada da bandeira, os grupos saem da residência, cantando e dançando, e dão início à procissão para leva-la até a Igreja do Rosário, onde será hasteada no mastro.

Chegando à Igreja, o terno responsável pelo levantamento do mastro naquele dia a ergue, em homenagem ao santo devotado. Assim, na quarta-feira à noite, primeiro dia dos festejos, busca-se a bandeira de Nossa Senhora do Rosário na casa do mordomo, leva-se essa bandeira em cortejo pelas ruas até a igreja do Rosário e concretizam-se as comemorações religiosas do dia com o levantamento do mastro. Essa parte do ritual anuncia que na quinta-feira pela manhã se comemorará o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, e a missa em homenagem à santa. Nos dias seguintes, sexta-feira e sábado, o ritual se desenvolve da mesma forma, celebrando, respectivamente, São Benedito e o Divino Espírito Santo.

É importante ressaltar que o ato de levantar a bandeira no mastro representa, além de um anúncio do início das festividades do dia seguinte, uma sacralização do espaço, assim como o ato de reverência e respeito ao entrar na casa do mordomo também precisa ser respeitado. O local onde se encontra a bandeira é tido como sagrado, o que também fica claro durante as procissões, uma vez que estas representam uma purificação do espaço da rua, por onde a bandeira do santo passa. Conforme afirma Costa (2012), os mastros possuem um significado simbólico que remontam os momentos de segregação vividos pelos negros, pois quando estes não podiam entrar na igreja o louvor à santa era realizado em torno da fogueira e do mastro. Eles simbolizam para a população devota que a cidade está em louvação, tempo marcado pela excepcionalidade.

Reinados, império e missas

No dia seguinte (quinta-feira), pela manhã, dá-se início ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário, atualmente saindo em frente do Automóvel Clube, na Praça Dr. João Alves, no centro da cidade. O trajeto realizado pelos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos vai em direção à Igreja do Rosário, na Praça Portugal, onde é realizada a missa em devoção à santa. À noite do mesmo dia, ocorre o levantamento em mastro da bandeira de São Benedito, e assim sucessivamente acontecem o Reinado de São Benedito e o Império do Divino Espírito Santo, seguindo o mesmo percurso, na sexta-feira e no sábado.

No último dia de festa, no domingo, é realizado, pela manhã, o “Encontro dos Ternos de Congado”, na Associação dos Catopês, localizada no Bairro Morrinhos. E à tarde, acontece a procissão de encerramento, que percorre algumas das principais ruas do centro da cidade em direção à Igreja do Rosário, onde é realizada uma missa, encerrando-se assim os festejos religiosos.

Pessoas da família dos festeiros, a grande massa popular, e uma banda de música acompanham o trajeto que se destina até a Igreja do Rosário. Os Catopês saem à frente, cantando e dançando, seguidos pelos cortejos, até a entrada da igreja, onde assistem à missa e onde acontece o sorteio para o próximo ano. Ao sair da igreja, os catopês não dão as costas para o altar. Saem em conjunto, sempre de frente e cantando. Durante a volta da igreja estão também os marujos e os caboclinhos, acompanhando-os sempre em silêncio, respeitosamente.

A seguir, é apresentada a programação dos reinados e cortejos realizados no ano de 2019 (Tabela 03), durante a 180ª edição das Festas de Agosto.

Conforme apresentado na tabela acima, no ano de 2019, as Festas tiveram início após a abertura oficial no dia 17/08 (quarta-feira), em frente à Igreja do Rosário, localizada na Praça Portugal, com o levantamento do mastro de Nossa Senhora do Rosário, às 21h; na quinta-feira (18/08), às 10h, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário saiu da Praça Dr. João Alves (Automóvel Clube), percorrendo ruas do centro da

Tabela 03: Programação da 180ª edição das Festas de Agosto de Montes Claros

Programação das 180ª Festas de Agosto (2019)	
Quarta-feira (14/08)	18h30 – Abertura oficial 19h – Saída do Mastro de N. Sra. do Rosário. Local: Av. Cula Mangabeira, 403, Vila Santa Maria. Destino: Praça Portugal. 21h – Levantamento do Mastro de N. Sra. do Rosário. Local: Praça Portugal.
Quinta-feira (15/08)	10h – Reinado de Nossa Senhora do Rosário (cortejo). Saída: Praça Dr. João Alves. Destino: Praça Portugal 19h – Saída do Mastro de São Benedito. Local: Rua Humaitá, 126, Bairro Morrinhos (Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos). Destino: Praça Portugal. 21h – Levantamento do Mastro de São Benedito. Local: Praça Portugal.
Sexta-feira (16/08)	10h – Reinado de São Benedito (cortejo). Saída: Praça Dr. João Alves. Destino: Praça Portugal 19h – Saída do Mastro de N. Sra. do Rosário. Local: Rua Botumirim, 123, Bairro Monte Alegre. Destino: Praça Portugal 21h – Levantamento do Mastro do Divino Espírito Santo. Local: Praça Portugal.
Sábado (17/08)	10h – Império do Divino Espírito Santo (cortejo). Saída: Praça Dr. João Alves. Destino: Praça Portugal.
Domingo (18/08)	10h – Encontro Mineiro de Ternos de Congado. Local: Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos 16h – Procissão de encerramento (todos os grupos). Saída: Centro Cultural Hermes de Paula, Praça Dr. Chaves, 32 – Centro. Destino: Igreja do Rosário, Praça Portugal. 18h – Missa de encerramento. Local: Praça Portugal.

Figuras 35: Atual Igreja do Rosário, localizada na Praça Portugal, centro de Montes Claros.
Fonte: acervo do autor 2019.

cidade, até a Igreja do Rosário, onde aconteceu a missa em homenagem à santa. À noite, aconteceu o levantamento do mastro de São Benedito e; na sexta feira (19/08), o Reinado de São Benedito. Na sexta feira à noite, o levantamento do mastro do Divino Espírito Santo, e no sábado (20/08), o Império do Divino Espírito Santo. No domingo (21/08) pela manhã, a partir das 10h00, na sede da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, aconteceu o tradicional “Encontro Mineiro de Ternos de Congado” e, à tarde, às 15:30h, a Procissão de Encerramento das Festas de Agosto, com os seis grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, os dois Reinados e o Império, além dos grupos de Congado convidados (Figuras 41 e 42). Segundo balanço divulgado pela Prefeitura Municipal, em 2019, a 180ª edição das Festas de Agosto e o 41º Festival Folclórico de Montes Claros contaram com a participação de cerca de 120 mil pessoas, durante os cinco dias de festa (PMMC, 2019).

É importante ressaltar que esses dados consistem no resultado de levantamento em campo realizado no ano de 2019, uma vez que, no ano de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) – que impossibilitou quaisquer tipos de aglomeração, de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) – pela primeira vez em sua história, as Festas de Agosto não aconteceram, bem como também se impossibilitou a realização do Festival Folclórico. Através de iniciativa popular, que contou com financiamento coletivo, foi realizado, de maneira remota, o “Festival Agosto Vivo”, uma programação cultural transmitida via internet e que envolveu os ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, com transmissão de missas e procissões isoladas, bem como atividades culturais que normalmente são promovidas pelo festival, como shows e mesas de debate, transmitidas ao vivo. O Festival Agosto Vivo não teve apoio do poder público, e contou com a arrecadação popular de verba e cestas básicas para as famílias dos integrantes dos grupos que realizam anualmente as Festas.

Ainda que tenha ocorrido de forma remota, o Festival Agosto Vivo não foi considerado como uma realização das Festas de Agosto, uma vez que, de acordo com os próprios integrantes dos grupos, a tradição é algo que deve ser respeitado e que envolve rituais que constituem a essência das práticas de devoção e de celebração. Uma vez que não aconteceram, por motivos de força maior, é então considerado que as Festas de Agosto foram impossibilitadas nesse ano.

A programação do Festival Folclórico

Já a programação do Festival Folclórico (Figuras 43 e 44), ao contrário da programação religiosa, é flexível e suas atividades são definidas anualmente. Por muito tempo,

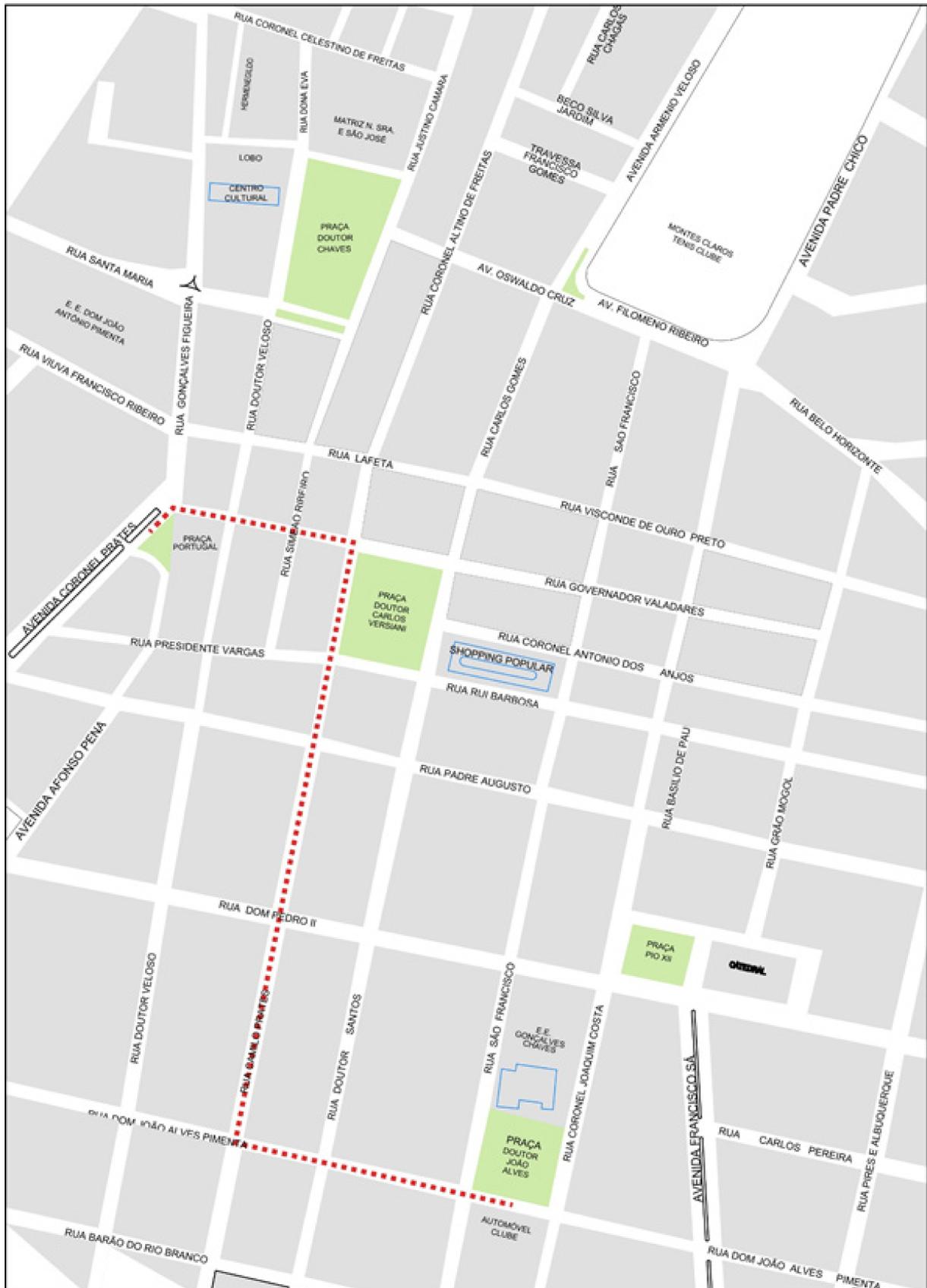


Figura 41: Percurso feito pelos ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos durante os cortejos, saindo da Praça Dr. João Alves, em direção à Igreja do Rosário, na Praça Portugal.
 Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

a inserção do Festival foi defendida como um evento “à parte das festas religiosas”, que “possuía como objetivo a valorização e a divulgação do folclore regional, cujo qual incluía também as Festas de Agosto” e que “os horários não eram coincidentes, que uma festa em nada atrapalhava a outra”. Entretanto, a inserção do Festival dentro da programação das Festas de Agosto é considerada, por um lado, um apenas um aspecto de tentativa de modernização dos festejos, como parte das transformações que as Festas de Agosto vem passando através dos tempos mas, ao mesmo tempo, se mostra como uma tentativa de apropriação e intervenção por parte do poder público, em práticas que são consideradas tradicionais, através de um evento que possui um alto poder de atração em meio à comunidade, em virtude do potencial turístico e das atividades comerciais e de lazer.

Em nenhum momento, a programação do festival é interrompida para que possam ser prestigiados, por exemplo, a chegada das bandeiras e os levantamentos de mastros, momentos essenciais para os rituais dos ternos. Pelo contrário, as programações acontecendo de forma simultânea dividem a população e criam uma disputa entre dois momentos onde, por um lado, tem-se uma programação moderna e de carácter de espetáculo, com estruturas e palcos elevados, com jogos de iluminação e decoração, onde são comercializados comidas e bebidas; enquanto os ternos ocupam o nível da rua e, em muitos momentos – onde, por exemplo, era solicitado pela prefeitura que os ternos desfilassem também onde acontece o festival – os grupos lutavam para conseguir espaço para transitar em meio à massa de pessoas que estavam ali para prestigiar a programação musical, ou para comer e beber, sendo considerados como inconvenientes, ou ocupando um espaço inapropriado para a ocasião.

Segundo Mônica Moreira e Jane Silva (2019), a apropriação das Festas de Agosto pelo poder público pode ser compreendida como uma ação do Estado que descharacteriza uma laicidade que é garantida constitucionalmente, criando uma outra atmosfera para a programação religiosa através da coexistência de duas festas, uma de cunho devocional, pautada na fé e devoção aos santos padroeiros, e a outra uma evento espetacularizado, que visa o lucro de comerciantes e dos cofres públicos. (MOREIRA; SILVA. 2019)

A presença de um evento espetacularizado junto às festas religiosas representa, até hoje, constantes conflitos públicos, juntamente ao questionamento de uma ideia equivocada de liberdade religiosa, a qual, em sua essência, é colocada “em xeque”. Por muito tempo tentou-se unir as duas programações em uma só, tentando sediá-las num mesmo espaço. Já foi determinado, durante um tempo, tanto que o Festival Folclórico acontecesse nas imediações da Igreja do Rosário e da Praça Portugal,

como bem como, por um tempo, já foi determinado pela prefeitura que as manifestações religiosas acontecessem na Praça da Matriz (onde atualmente acontece o Festival Folclórico).

Entretanto, ambas as tentativas foram frustradas, pois o evento próximo à Igreja do Rosário não comportava a quantidade de pessoas, além de toda a estrutura que o festival demandava; e o acontecimento da programação religiosa em outro lugar que não fosse a Igreja do Rosário, perderia totalmente o seu sentido, uma vez que a Igreja representa o símbolo da fé, da identidade e da memória materializados, desempenhando um plano de suporte material para que o imaterial se manifeste através



Figura 43: Show durante o 41º Festival Folclórico, em agosto de 2019.
Fonte: PMMC, 2019.



Figura 44: Ocupação da Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz) durante o Festival Folclórico.
Fonte: PMMC, 2019.

das práticas ritualísticas – vê-se que as mesmas, pelo mesmo motivo, também foram ameaçadas de não mais acontecer mediante a demolição da capela, na época.

O espaço urbano sacralizado é um dos aspectos que condicionam e legitimam a realização e a perpetuação das práticas ancestrais e manutenção da religiosidade popular através da festa, sem os quais as mesmas perderiam o seu sentido. Ano após ano, os grupos assumem compromissos de fé e sustentação para não deixar morrer a tradição e os costumes – como sempre os fizeram, mesmo diante das proibições e questões relacionadas à fé, à administração pública e à sociedade civil. Logo, a existência de um espaço sagrado, de rememoração e de rito, que se dá tanto pelo espaço edificado como pelo espaço público, é algo que transcende as relações materiais e as dimensões físicas, tornando-se uma base consistente para compreender as diferenças entre o espaço do evento e o espaço da festa, como ambos modificam de diferentes formas, temporariamente e permanentemente, seus respectivos limites, e os reflexos de suas sobreposições (ou as tentativas das mesmas) sobre as dimensões em que se inserem.

2.4 As Festas de Agosto como patrimônio cultural: entre a tradição, a modernização e a cultura local

Quando se fala sobre tradição, refere-se a práticas de culturas do passado que se repetem no presente, sejam elas usos, costumes ou comportamentos. Muitos autores que possuem um olhar mais “radical”, encaram a modernização de elementos de uma tradição como uma “deturpação da verdadeira cultura local”, imposta pela indústria cultural para destruir aquilo que o povo deveria cultivar e transmitir de geração para geração. No caso das Festas de Agosto de Montes Claros, muitas transformações podem ser evidenciadas, quando se comparadas com o modo como as celebrações aconteciam antigamente. Os festejos não possuíam tanta formalidade e rigor de organização, as roupas e adereços utilizados antigamente eram bem mais simples do que as vistas hoje em dia, a participação popular se tornou mais abrangente e miscigenada, e a própria cidade e suas dinâmicas não são mais as mesmas, no intervalo de quase dois séculos em que as manifestações ocupam seu espaço. Sem contar a transformação de três festas em uma só, e as constantes mudanças de locais, que foram grandes modificações decisivas para compreender a maneira que as Festas de Agosto acontecem hoje

Poderiam essas, dentre outras modificações, serem encaradas como uma descaracterização da tradição e uma deturpação da cultura popular que se construiu através dos tempos? Ou, como colocado pelo antropólogo Hermano Vianna, “seria então necessário ‘preservar’ o verdadeiro tradicional,

indefeso diante da avalanche dessas novas tradições bastardas, que não podem de maneira alguma serem consideradas verdadeiramente tradicionais?" (VIANNA, 2005, p. 3)

Quando se trata da cultura imaterial, é importante lembrar da sua associação, antes de tudo, à humanidade e à sociedade, fazendo da mesma um processo dinâmico, que está em constante movimentação. Ainda que representem uma rememoração, uma de revitalização do passado, tais ações não permanecem intactas no tempo, pois assim como a sociedade, a cultura também é dinâmica, ou seja, os sistemas culturais – mesmo os mais tradicionais – estão em contínuo processo de modificação. Segundo Leonardo Castriota (2003) “não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo.” (CASTRIOTA, 2003. p. 22). E as festas populares, enquanto processos históricos que são constructos sociais de cada passagem histórica, revelam diferentes tradições culturais ao longo do tempo, portanto, “os eventos festivos não devem ser pensados como se fossem algo fechado, intacto e enclausurado que se alimenta por si mesmo e se repete como idêntico, sucessivamente, ao longo do tempo.” (CASTRO JUNIOR, 2014, p. 26)

No caso não só da inserção de um evento como o Festival Folclórico, apropriando-se de um espaço e tornando-o evidentemente marcado por um forte viés econômico, onde a modernidade é constantemente expressada através ambiente festivo construído pelo evento, mas também das próprias modificações estruturais das Festas de Agosto, demonstram que as festividades foram afetadas pela modernização através dos tempo, mas ainda mantêm muito das suas raízes, e de sua origem de tradição religiosa. É importante observar através desse exemplo que, quando se fala da modernização nas práticas festivas, não necessariamente implica-se em uma perda de essência. E no caso das Festas de Agosto, a tradição é vivenciada a partir das ressignificações trazidas por ela, e que se refletem através do rito e do espaço urbano. As Festas de Agosto são prova de que a crença popular ainda se faz sentir por quem as fazem acontecer, e por quem as prestigia, mesmo diante de tantas interferências, que surgem na mesma proporção que se findaram muitas manifestações religiosas por todo o país. Pode-se dizer que, por um lado, atualmente as celebrações têm uma visibilidade perante as políticas públicas que permitiram que a população de Montes Claros percebesse a importância da manutenção e da perpetuação das práticas trazidas por elas, e o lócus criado pela presença das mesmas na cidade, durante a época da sua realização.

No decorrer de toda a sua existência, as Festas de Agosto foram incorporando vários elementos, de várias procedências. Quando se parte do princípio que cada festa possui sua regionalidade, não existe um consenso para caracterizá-las, e nem se deve generalizá-las. O que se pode fazer é analisar cada caso, de acordo com a própria história da região, pois uma festa nunca é igual à outra, e toda manifestação absorve e sofre influências de gestões e decisões, e vão se moldando e adquirindo características próprias, o que não as tornam mais ou menos autênticas que outras. Sobre esse fenômeno, Vianna (2005) afirma que é impossível criar uma relação estanque sobre a diversidade de culturas que estão sobrepostas dentro de uma única manifestação, e que apesar de cada uma apresentar sua particularidade, isso não as torna mais ou menos originais do que outras. Elementos que podiam ser combinados de formas diferentes, em momentos diferentes, com funções diferentes. De acordo com o autor,

(...) as brincadeiras estão em permanente transformação, confusão. E certamente não estão isoladas, num mundo fora da mídia ou das intrigas políticas que marcam o cotidiano de cada secretaria municipal de cultura e de outros órgãos públicos, ou ONGs, ou empresas privadas que propagandeiam “patrocinar ou apoiar a cultura e a tradição”. Muitas vezes os brincantes usam essas intrigas, e manipulam o discurso da preservação, em seus benefícios. (VIANNA, 2005, p. 309)

Diante disso, a partir do pensamento de Vianna (2005), pode-se compreender também sobre a necessidade de se compreender e pesquisar sobre a história dessas manifestações, pois muitas delas passam por inúmeras modificações, das mais sutis às mais significativas, para serem vistas e socialmente reconhecidas e aceitas. Houveram vários processos incorporados à história das Festas de Agosto até que as mesmas se consolidassem como tradições na cidade contemporânea. E isso possui um impacto direto sobre o levantamento de dados pois, uma vez que as festas não possuíam o reconhecimento e a relevância que possuem atualmente, não havia uma preocupação em seu registro e em sua salvaguarda, tampouco na manutenção e preservação de suas práticas e símbolos, sendo parte desse processo de longo prazo.

Em 2008, foi dado início ao processo de registro das Congadas de Minas como patrimônio cultural brasileiro. Segundo um levantamento feito pelo IPHAN, somente no estado de Minas Gerais, 701 festas do Rosário são realizadas atualmente, nomeadas também como congadas, congos, reinados e congados. O processo iniciado pelo IPHAN, que inclui também a cidade de Montes Claros como local de uma das reuniões realizadas, tem como finalidade a inscrição dessas festas em um dos seus livros de registros que se ocupam dos saberes, dos lugares, das celebrações ou das formas de expressão. E, concluído o processo, as Congadas de Minas passarão a ser



Figura 45: Terno de Catopês durante cortejo. Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 46: Integrantes dos grupos de Catopês durante a cerimônia de chegada da bandeira. Fonte: acervo do autor, 2019.

consideradas como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Atualmente, as Festas de Agosto são reconhecidas como patrimônio imaterial da cidade de Montes Claros, e as práticas realizadas pelos grupos constam registradas no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da cidade (IPAC¹⁴, esfera municipal), tendo sua inserção realizada no ano de 2010. No município, atualmente, cabe à Secretaria de Cultura a responsabilidade da elaboração de ações para defesa, preservação e promoção do patrimônio histórico, em articulação com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Montes Claros (COMPAC), atendo-se às diretrizes impostas na Lei de Proteção do Patrimônio Histórico do Município e demais instrumentos normativos que disponham sobre o assunto. Segundo Canan (2014),

Montes Claros dentro dos seus anos de história possui um vasto patrimônio cultural, composto não apenas de conjuntos edificados, mas também de objetos litúrgicos, acervos, sítios naturais, festas e costumes. Tais elementos contribuem para o conhecimento da sociedade a cada época vivenciada, uma vez que o processo de ocupação do espaço é contínuo e que o patrimônio cultural é um reflexo da expressão coletiva. Com relação a arquitetura, ela é uma construção inseparável da vida civil e da sociedade, surgindo com as primeiras formas urbanas e “constitui um fato permanente, universal e necessário, pois é ela que dá forma concreta à sociedade.” (ROSSI, 1995, apud CANAN, 2014, p. 109)

Sendo assim, as Festas de Agosto, além da tradição enquanto manifestação da cultura popular, também apresentam outras aproximações com o diálogo de preservação do patrimônio imaterial por meio de seus valores afetivos para a comunidade, abrangendo aspectos históricos, sociais e arquitetônicos, uma vez que, ao longo de seu acontecimento, as comemorações ocupam as ruas e os espaços públicos, atraindo atividades inusitadas para o lugar e, conseqüentemente, deixando um legado de memória e identidade para a cidade através de suas referências simbólicas nas dimensões materiais e imateriais, de forma entrelaçada. Essas referências, sob a ótica da manifestação cultural, se estabelecem a partir de diferentes processos que constituem e vão se moldando em dimensões identitárias e geradoras de memória, tendo como perspectivas a época, o lugar e o momento em que ocorrem. (QUEIROZ, 2005).

O reconhecimento das Festas enquanto patrimônio também vai ao encontro com a importância da visibilidade dos grupos responsáveis por sua realização no âmbito urbano, e com o significado das celebrações como um movimento de resistência através dos tempos. De acordo com Martins (1997), a transmigração de escravos

14 Através do Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) é feito o conhecimento, levantamento, fichamento, arquivamento e disponibilização para fins de pesquisa bens de interesse de preservação, materiais e imateriais, com a elaboração das fichas de inventário do Município de Montes Claros, conforme padrão estabelecido pelo IEPHA/MG. Além disso, a ação serve para formalizar os incentivos e investimentos da Prefeitura Municipal destinados ao patrimônio cultural.

africanos para as Américas, e especificamente para o Brasil, não apagou, nos povos de origem africana, os signos culturais, textuais e toda a complexidade simbólica que traziam em sua cultura. Assim, as manifestações do Congado surgem da permanência de aspectos característicos desses rituais, adaptados aos cultos católicos aos santos da religião, predominante no Brasil na época em que aqui chegaram os negros trazidos da África. Segundo Malveira,

No contexto cultural de Minas Gerais temos a presença dos negros com as suas práticas e saberes que compõem o imaginário das festas populares, revivendo diferentes níveis de liberdade e alteridade. Os negros vindos da África e seus descendentes chegaram a Minas Gerais de diferentes formas. A desagregação e separação comprovada nessa cultura não apagaram os rastros relacionados à sua significação, pelo contrário, revelaram um contexto cada vez mais inconsciente, a resistência em oposição a um discurso que tenta apagar ou generalizar as manifestações. (MALVEIRA, 2010, p. 3)

Com todas as interferências que, ainda assim, as levaram ao seu reconhecimento, e o ensejo do poder público em tomar espaço em meio às celebrações, demonstra que as Festas de Agosto possuem um poder de articulação política, que veio a tornar-se um potencial para trazer investimentos, como um mecanismo de troca pela sua existência, ou ainda, conforme afirma Jeremias Brasileiro, “a festa cumpre as funções de espaço de poder, do ritual, de jogo, de riso e das “liberdades”, entre aspas, pois, segundo o autor, é latente a existência de “emaranhados ideológicos na tentativa de dar visibilidade aos agentes históricos responsáveis pela manutenção da cultura.” (BRASILEIRO, 2001, p. 18). Segundo Santos (2016)

O fato de os congadeiros estarem imbuídos desses sentimentos de resistência e luta foi crucial e serviu de ponto de partida para o início das primeiras ações de mobilização com vistas a salvaguardar as festividades que acontecem no estado de Minas Gerais, em torno da devoção dos negros a Virgem do Rosário. (SANTOS, 2016, p. 255)

As Festas de Agosto reproduzem na fé também uma organização social herdada desde os tempos da colônia. O próprio cortejo, cujo reinado reproduz essa hierarquização, traz de volta cenários de origem europeia, como a festa do Divino com os catopés, marujos e caboclinhos. O desfile pela cidade não só faz parte dos rituais, como também é um forte elemento de resistência e de manutenção das tradições, não deixando que as celebrações se distanciem do centro urbano, assim como a manutenção das Festas na área da Igreja do Rosário onde, desde 1839, se realizam.

Em tempos atuais, as Festas de Agosto constituem uma representação do município, pois são as comemorações onde muitos se identificam e se reconhecem, sejam estes integrantes, dançantes ou adeptos que vêm de longe para prestigiá-las. E ter a festa do Congado como a maior e mais conhecida festa da cidade, é hoje um reconheci-

mento que é fruto de luta e resistência em virtude do poder das crenças de um povo. Em Montes Claros, os ternos saem em campanha de peregrinação e fé, sob sol ou chuva, durante os dias de celebração aos seus santos. Quem os vê durante alguns dias do mês de agosto, sequer imagina pelo que passam até chegar ao apogeu, que são os dias em que os festejos se mostram a céu aberto. As práticas da cultura popular são modos de vida, que se expressam por diferentes segmentos. Quem mantém a cultura popular são pessoas que a têm como essencial para sua própria existência, e não para o mundo externo, para entretenimento da sociedade. Logo, é evidente que existe uma realidade muito discrepante dentro de uma mesma manifestação. Considerar os agentes da cultura popular (que geralmente são negros, pessoas com baixa renda, trabalhadores informais) como benfeitores para a sociedade, é fechar os olhos para as relações de poder existentes na cidade, principalmente em virtude de uma tradição apropriada para se tornar um grande evento.



CAPÍTULO III

AS FESTAS DE AGOSTO E A RELAÇÃO CONSTRUÍDA COM O ESPAÇO

A partir de uma leitura histórica e cultural da cidade, é possível perceber a coexistência de manifestações que, apesar de compartilharem de uma mesma ocasião, ocupam diferentes espaços, de diferentes formas, causando rebatimentos diferentes sobre os espaços, que são apropriados e reapropriados para diferentes usos e funções. Através de uma sobreposição de diferentes ritmos, em diferentes tempos, um determinado espaço vai moldando suas características, para diferentes finalidades, revelando aspectos de versatilidade e elasticidade. As características evidenciadas no urbano constituem reflexos das relações estabelecidas pela sociedade no espaço em que se inserem a cada momento histórico, e a aparência das cidades é fruto da sociedade, onde tudo é efêmero e mutável, em constante processo de construção e reconstrução (SOARES, 1995). Dessa maneira, pode-se afirmar que um mesmo espaço da cidade, usualmente direcionado a um determinado uso, é passível de diferentes apropriações, por diferentes grupos sociais, na realização de práticas ao longo de um período (seja este durante um dia, uma semana, um mês ou um ano), e nesse mesmo espaço-tempo permite-se a sobreposição de diferentes usos, como por exemplo, o do trabalho, o do comércio e o do lazer. (SALGUEIRO, 2003)

Através dessas afirmações, surgem também algumas questões. Se os espaços são reflexos também da sociedade, e essa se identifica e produz memória através das dimensões materiais, através de que elementos um espaço é capaz de transmitir memória? Como se transmite e se conserva a memória dos grupos? Segundo Salgueiro (2003), um dos mais importantes meios se dá através da própria paisagem urbana onde, segundo o autor, “tem impressa tempos passados”, e onde “as marcas do território são memórias de outros tempos e outras espacialidades.” (SALGUEIRO, 2003, p. 99)

Muitas das experiências vividas – incluindo as vivências subjetivas dos indivíduos e grupos sociais – ocorrem em um contexto onde podem ser consideradas indissoci-

áveis, e não devem ser vistas como independentes da materialidade. Em cada lugar convivem uma dimensão objetiva e outra subjetiva. Ambas, juntamente, constituem o vivido na cidade. A dimensão imaterial, no entanto, é aquela que dá o componente conotativo que acaba sendo, igualmente, parte inseparável da dimensão concreta. (ALMEIDA, 2010)

Segundo Mary Weinstein (2009), toda expressão cultural, reconhecida formal ou informalmente como patrimônio imaterial, ou intangível, ocorre em um determinado espaço que é parte do que é visto

Não há como, portanto, separar as duas vertentes de existência em um só ambiente construído no espaço e no tempo. O determinado espaço físico é como a locação para a manifestação de cultura feita e renovada por quem sabe representar, mostrar, refletir, atuar, dançar, ou tem aquele determinado costume identificado como um fazer especial, característico de um grupo de pessoas. Existe aí um desenho único na ocupação do tempo e do espaço. (WEINSTEIN, 2009, p. 5-6)

Determinados elementos, sejam de ordem natural ou cultural, quando associados às relações de cotidiano dos indivíduos ou grupos sociais, podem definir um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. Nestas circunstâncias, as relações cotidianas e o conseqüente entendimento acerca dos lugares e de seus símbolos, podem trazer um olhar e, logo, um significado diferente sobre aquele espaço, uma vez recortado afetivamente. "Nesse contexto, o lugar passa a ter seu interesse ampliado como referência da identidade e ao mesmo tempo adquire um valor simbólico." (COSTA, 2008, p. 155)

Como colocado por Levi Strauss (2006), ao discutir esses valores sob a perspectiva do patrimônio cultural, a noção sobre o que se considera por bem cultural não limita-se somente à materialidade, tampouco à monumentalidade de um objeto, mas volta-se para a ideia de um conjunto cultural, que envolve tanto o espaço quanto a ação, uma vez que, através de sua complexidade e em sua totalidade, "traduzem no espaço as organizações sociais, os modos de vida, as crenças, os saberes e as representações das diferentes culturas passadas e presentes no mundo."

Essa relação também se faz presente nas festas, enquanto manifestações populares e intervenções no espaço urbano. Uma análise elaborada por Mikhail Bakhtin (2008), numa relação entre festa e cidade, exprime essa potencial característica cultural e transformadora das festas, numa tentativa de tentar transmitir sua essência e sua relação marcada com a humanidade

As festividades (qualquer que seja seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las

como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimem sempre uma concepção do mundo (...). A sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. (BAKHTIN, 2008, p. 7-8)

Festa e cidade estão numa relação de constante troca. Um encontra suporte no outro e estão ligados de forma intrínseca, numa relação de simbiose construída por laços de memória e afetividade. As expressões da cultura popular só podem ser entendidas se considerados os contextos sociais em que são produzidas, e o meio físico e o contexto social, onde se inserem os grupos sociais, não devem ser abordados como meros cenários, mas como elementos constituintes e estruturais de análise.

Dessa maneira, através da presença da festa, essa relação é refletida nas ruas e demais espaços públicos da cidade, e é o que se pretende analisar a respeito das Festas de Agosto de Montes Claros (MG) no presente capítulo, encarando-a como uma intervenção que, apesar de intermitente, é capaz de estabelecer relações permanentes com o espaço.

Partindo de um princípio iconográfico¹⁵, tendo como base a leitura sobre a espacialização de das festas populares como intervenções no espaço urbano, as informações apresentadas a seguir partem de uma observação sobre as características da cidade em estado de cotidiano – em específico, dos espaços que recebem a manifestação –, onde são observados aspectos como morfologia, arquitetura, plano suporte, domínios e percursos; e sobre como esses espaços são apropriados pelas festas, possibilitando diferentes cenários sobre os mesmos aspectos analisados, e estabelecendo balanços sobre uma mesma dimensão, em dois diferentes estados.

As análises estão centradas nos aspectos do espaço na contemporaneidade, sendo estes o núcleo central e histórico da cidade de Montes Claros, e nos aspectos das intervenções, as Festas de Agosto de Montes Claros e o Festival Folclórico, através da observação da maneira em que se operacionalizam atualmente. Apesar do foco estar direcionado aos aspectos contemporâneos, a discussão é embasada e permeada, em diversos momentos, por aspectos históricos da cidade de Montes Claros, bem como das festas, de maneira a estabelecer uma discussão e elucidar uma possível relação entre a festa e o espaço urbano, a construção do espaço de festa, e suas transformações temporárias e permanentes.

15 A leitura iconográfica tem como referência o trabalho da arquiteta e urbanista Adriana Sansão Fontes (2013) que, em seu livro "Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes", que propõe análises sobre os diferentes tipos de intervenções temporárias na cidade, dentre eles a festa local.

A partir dessas análises, espera-se traçar um olhar sobre as transformações temporárias motivadas pela festa e também pelo evento, a fim de compreender seus respectivos papéis, e como os diferentes tipos de intervenção modificam os espaços, revelando novos significados e possibilidades, de tal maneira a serem utilizadas como mecanismos para se pensar sua importância tanto para a história como para a contemporaneidade nos estudos da cidade.

Além disso, a partir das análises, espera-se identificar como o espaço reage às manifestações, analisando como o espaço se comporta frente à presença da festa e do evento, tanto separadamente, como quando se tenta fazer uma junção, e quais as transformações motivadas pelos mesmos. Tais análises partem do princípio de que, segundo Fontes (2013), as temporalidades da sociedade possuem uma concretude, ou seja, tomam forma nos espaços físicos da cidade. Sendo assim, uma intervenção, ainda que de caráter temporário, tem a virtude de deixar marcas no espaço onde atua, produzindo, além de transformações de caráter transitório, transformações de caráter duradouro.

As análises são categorizadas em três partes, cada uma delas abrangendo cinco aspectos, e referem-se a duas instâncias, sendo estas o espaço e a festa:

Na primeira parte, serão analisadas as características dos suportes físicos apropriados pela festa, de maneira a compreender quais as especificidades dos espaços coletivos que a acolhem.

Na segunda parte, em continuação, será avaliado como a festa transforma fisicamente os espaços de forma temporária, de maneira a compreender de que forma o espaço é apropriado, como é espacial e esteticamente a festa, e como ou se ela modifica a forma, os usos ou os domínios do espaço existente.

Na terceira parte, será feito um balanço entre as duas primeiras partes, avaliando como a festa modifica os espaços da cidade de forma temporária e também permanente, levando em consideração aspectos tangíveis e intangíveis, identificando assim o legado deixado pela festa, o que permanece após a sua efêmera presença.

Como ponto de partida para a análise do material coletado em campo através, decidiu-se definir alguns termos para designar determinados recortes dentro da área de estudo. A necessidade surgiu pela quantidade de informações possíveis que poderiam ser observadas, e por serem abordados os dois momentos festivos, da festa e do evento, simultaneamente. Ao acompanhar as Festas, é possível observar, dentro

de sua própria estrutura de organização, diferentes tipos de ocupação momentânea do espaço dos dias de festa que, ora se dá de forma mais passageira, como é o caso dos percursos dos cortejos, que possuem uma linearidade, seguem uma direção estabelecida, e ora se dão de forma mais duradoura, como é o caso do festival, que é característico de uma aglomeração, uma concentração de pessoas transitando e circulando por esse mesmo espaço, em várias direções. Além disso, para a própria delimitação da dimensão física a ser analisada – no caso, onde as festas ocorrem, bem como sua área de abrangência e amplitude – torna-se impossível tratar os espaços como sendo uma única grande área, sem subdivisões, uma vez que possuem características históricas, morfológicas, arquitetônicas e de usos diferentes entre si, ainda que estejam inseridas num mesmo bairro ou num mesmo núcleo, que é o centro da cidade. Em virtude dessas especificidades, optou-se por tratar os diferentes espaços pelos seus diferentes momentos de ocupação (um como sendo o espaço onde acontece a programação religiosa, e outro onde acontece a programação profana), e ambos inseridos em um recorte maior, que corresponde à área total de abrangência da festa.

Diante dessa necessidade, definem-se a seguir:

- **ÁREA DA FESTA:** Corresponde às dimensões físicas que contemplam as Festas de Agosto e o Festival Folclórico em sua totalidade – a grosso modo, sua área total –, envolvendo as áreas e pontos de concentração existentes nos percursos, e os espaços delimitados para o acontecimento tanto da programação religiosa quanto do evento do festival. Em geral, é a área de abrangência da festa projetada no centro da cidade, onde ocorre.

- **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:** Correspondem a polígonos inseridos dentro da área da festa, que dizem respeito à localização dos espaços que são ocupados durante a realização das festividades. A área de concentração é uma característica mais específica do festival, devido à sua espacialização através da concentração de um grande número de pessoas em uma área delimitada pelas estruturas físicas temporárias, como os palcos e as barraquinhas. O próprio festival é, em si, considerado uma área de concentração.

- **PONTOS DE CONCENTRAÇÃO:** é uma característica específica dos trajetos da festa. Durante os percursos dos cortejos, são formados pontos (ou paradas) de concentração para apresentação e performance. Os pontos de concentração estão centrados em praças localizadas no decorrer dos trajetos, e possuem o intuito de gerar uma

maior visibilidade e um maior nível de atração de pessoas, trazendo mais espectadores e participantes para acompanharem e prestigiarem a programação das festas.

- **TRAJETOS:** são os caminhos percorridos durante as festas. O trajeto é uma característica mais específica da programação religiosa, pela sua espacialização linear através dos cortejos.

3.1 Análise das características do espaço e da intervenção

3.1.1 Aspectos gerais sobre a festa e o bairro

As Festas de Agosto de Montes Claros acontecem há mais de 180 anos, e possuem um forte vínculo não só em suas próprias raízes e tradições, mas também com o espaço em que se desenvolveu. Conforme apresentado no capítulo anterior, a estrutura das Festas de Agosto se divide em dois momentos: uma programação religiosa, e uma programação profana (o Festival Folclórico). Ambas as festividades acontecem durante a mesma semana, nos mesmos dias.

É possível observar que as celebrações ocupam as ruas da cidade desde o berço da sua formação – muito provavelmente as tradições nasceram antes mesmo de sua documentação –, e vem acompanhando a transformação e a evolução urbana como parte integrante de sua história. Além disso, a área onde acontecem as festividades acontece é a região associada à origem da cidade, o núcleo gênese de Montes Claros.

Atualmente, as Festas de Agosto acontecem no centro da cidade, o núcleo urbano de Montes Claros, também conhecido como “Centro Antigo”, por ser o local relacionado à gênese da cidade, cuja qual deu-se início a partir da formação do antigo Arraial das Formigas (1768). Já o Festival Folclórico, atualmente, acontece na Praça Doutor Chaves (também conhecida como “Praça da Matriz”, devido à presença da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, a “Igreja da Matriz”, presente no local).

Local onde se encontra a maior concentração do comércio e de serviços na cidade, atualmente, o centro da cidade de Montes Claros é marcado pelo grande fluxo de pessoas, e pelo caráter de transitoriedade e alta movimentação. Existe uma grande valorização dessa região, em razão da instalação de novos serviços – principalmente aqueles ligados ao setor do comércio, afastando a comunidade e pequenos negócios

de características tradicionais. (CANAN, 2014). De certo modo, isto deu origem a um espaço complexo, marcado pela presença de instituições tanto públicas quanto privadas, apropriado por um setor social claramente dominante, uma vez que “os diferentes agentes interferem neste espaço em busca da manifestação de seus interesses dentro de seu território”, (CANAN, 2014, p. 68), demonstrando uma falta de equilíbrio entre as diversas forças que nele atuam.

Desde sua origem, o espaço urbano montesclareense foi sendo modelado em função dos desejos dos grandes proprietários de terras que, associados e articulados ao poder político, militar, e à Igreja, utilizavam-se do espaço em seus benefícios e de forma que atendesse às suas necessidades, exercendo influência e controle sobre os principais serviços urbanos. Devido ao seu caráter de formação espontâneo e não planejado, a cidade se estendia sobre ruas em sua maioria tortuosas, algumas sem calçamento, e permeada por casas de baixo gabarito e pequeno porte. Conforme foi se modernizando, as estreitas vias, outrora destinadas à circulação de pedestres, foram dando lugar a ruas mais largas feitas, que passaram a ser separados por fluxos específicos, e foram cedendo lugar aos veículos e automóveis, adequando-se às suas novas demandas.

A industrialização ocorreu tardiamente na cidade que, iniciando-se na década de 1970, e devido aos incentivos da SUDENE, atraiu um grande número de indústrias para a região. Essa implantação industrial trouxe uma explosão demográfica e um grande crescimento urbano, gerando um novo modelo de cidade e um novo estilo de vida alterando cada vez mais, também, a sua paisagem. Com isso, partir da segunda metade do século XX, o centro histórico de Montes Claros foi modificando seu caráter, onde muitas das construções antigas iam sendo substituídas por novos estilos arquitetônicos, e o bairro tornando-se cada vez mais uma área comercial, como é atualmente.

A região do centro também é conhecida por ser uma área que abriga não só a maior parte do patrimônio cultural edificado e tombado da cidade (Figura 47), mas como uma região que é palco das mais conhecidas e importantes manifestações culturais populares da região – dentre elas as Festas de Agosto – possuindo um forte caráter cultural impregnado em sua existência.

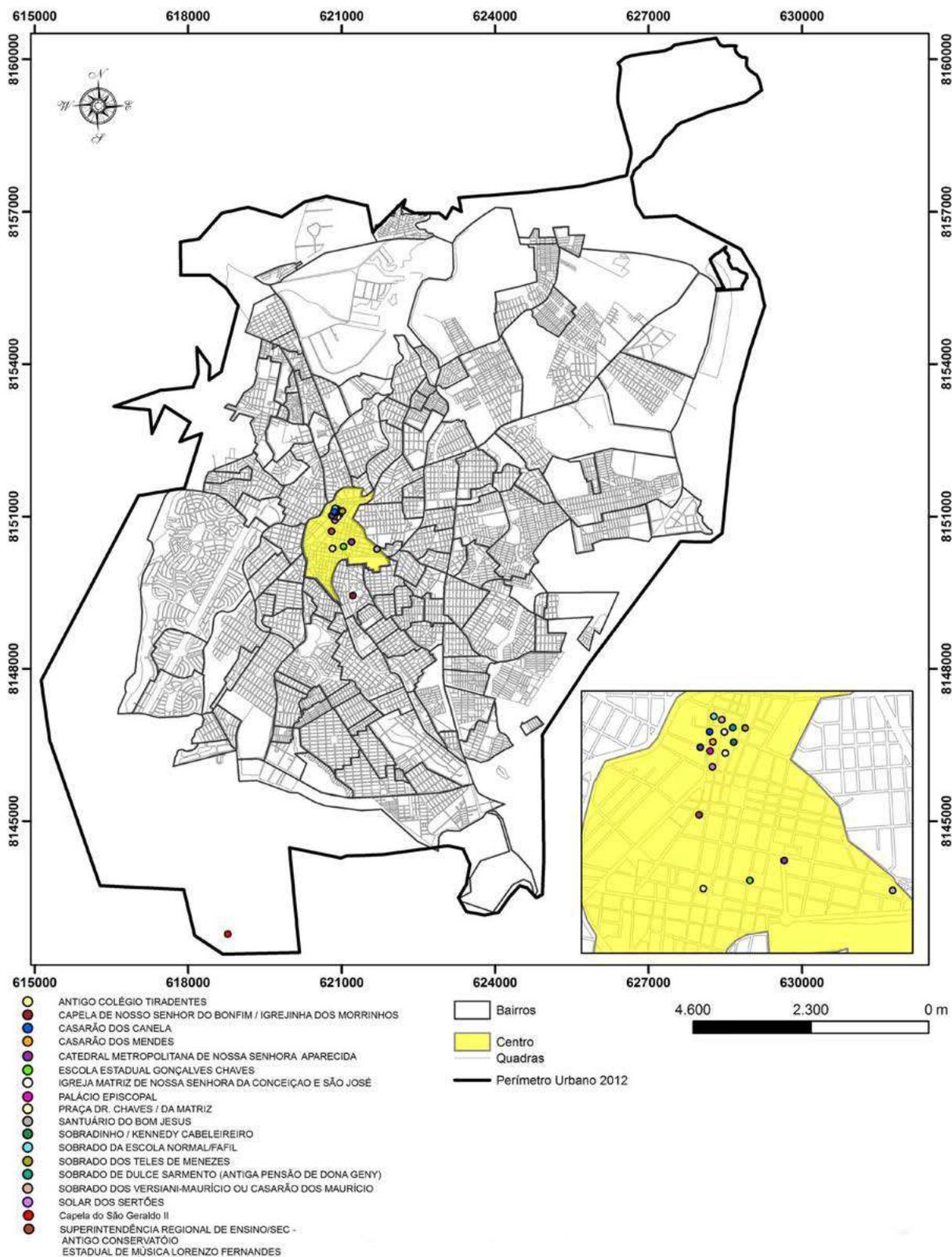


Figura 47: Localização do centro da cidade de Montes Claros (MG) e distribuição de bens tombados. Fonte: PMMG, 2015.



Figura 48: Definição da área da festa, bem como suas áreas e pontos de concentração e trajetos. Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2020.

3.1.2 Análises das características espaciais

O perímetro da área da festa (Figura 48) e, conseqüentemente, onde estão centradas as análises que se seguem, compreende a Praça Doutor João Alves, que compreende também o Automóvel Clube, localizado à sua frente, e onde se tem o primeiro ponto de concentração das Festas, onde se reúnem os integrantes dos ternos para dar início aos cortejos. A delimitação da área compreende as ruas dos percursos dos cortejos – a Rua Dom João Pimenta, seguindo pela Rua Camilo Prates, e abrangendo a Praça Doutor Carlos, relativa a outro ponto de concentração da festa. O trajeto de delimitação segue pela Rua Governador Valadares, contemplando a Praça Portugal e a Igreja do Rosário, e seguindo pelas Rua Gonçalves Figueira e parte da Rua Santa Maria, que correspondem a uma ligação entre a área de concentração do Festival Folclórico e a Igreja do Rosário. Os limites envolvem ainda a Rua Doutor Veloso, onde está localizada a Praça Doutor Chaves e a Igreja da Matriz, e onde acontece o festival, que se estende até as Ruas Dona Eva, Coronel Celestino e Justino Câmara e, por fim, passando pelas Ruas Filomeno Ribeiro, Doutor Santos e parte da Rua Dom Pedro II, encerrando o polígono.

Morfologia

No traçado urbano da área da festa, pode ser observada uma transição de uma malha irregular para uma malha regular, onde é possível observar diferentes tamanhos e configurações de quadras nas áreas de percurso dos cortejos e nas áreas de concentração (Figura 50). Essa diferenciação se justifica pelo fato de a área que diz respeito à festa corresponder a diferentes camadas de formação da cidade de Montes Claros. Um estudo a ser publicado pelo historiador Régis Martins (2020), no qual é levantada uma hipótese sobre a formação e evolução da cidade de Montes Claros entre 1760-1950, relaciona o Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves¹⁶, núcleo histórico onde acontece o Festival Folclórico, como o núcleo gênese do município, correspondente ao antigo Arraial das Formigas (Figura 49).

Através da imagem, é possível perceber que na região do núcleo histórico, o formato das quadras e o traçado das ruas é mais irregular, evidenciando o que teria sido um processo de urbanização de maneira espontânea; enquanto nas áreas de percurso da festa, é possível observar uma malha mais regular de quadras e vias.

Na região central e do núcleo histórico, é consideravelmente mais expressiva a ati-

16 Tombado pelo Decreto nº 1761 de 28 de setembro de 1999, o núcleo é ricamente composto casarões e sobrados edificadas na época de origem do município, e é o principal referencial histórico edificado para a população da cidade.

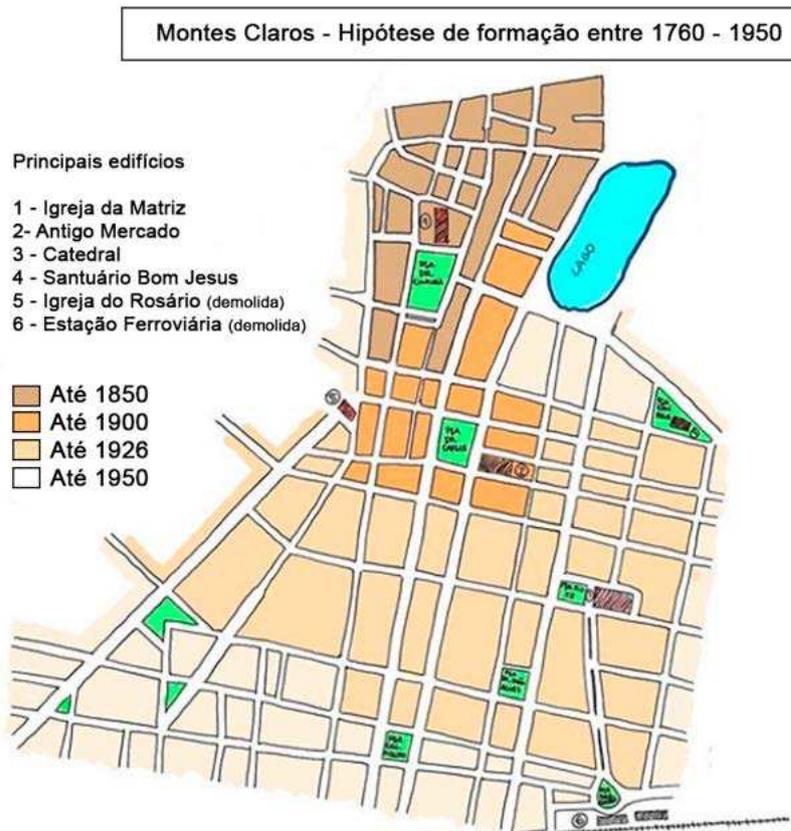


Figura 49: Croqui sobre hipótese de formação da cidade de Montes Claros entre 1760 a 1950. Na imagem, é possível identificar o que teria sido o antigo Arraial das Formigas, onde hoje se encontra localizado o atual Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves.
 Fonte: Régis Martins, 2020.



Figura 50: Traçado das quadras na região central de Montes Claros.
 Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2020.

vidade comercial (Figura 51), incentivando a ocupação das quadras por edificações que ocupam todo o terreno, com pouco afastamento frontal ou entre as divisas, e apresentam uma conformidade de massa heterogênea, devido aos diferentes gabaritos das edificações (Figura 53). Segundo Canan

A atividade comercial, predominante no local, estimula a ocupação periférica do quarteirão, tornando inexpressiva a existência de recuos frontais e criando algumas áreas livres no interior das quadras. Os afastamentos laterais também são pouco incidentes, resultando em construções limítrofes umas das outras. Há no local, a permanência de algumas residências, além de edificações de uso institucional, comercial e de serviços, observa-se também construções de uso misto, formadas na sua maioria por um pavimento térreo comercial e demais pavimentos de uso residencial ou de serviços. (CANAN, 2014, p. 117)

As dimensões das ruas são predominantemente pequenas, sendo estas distribuídas ao redor da Praça Doutor Chaves, onde estão dispostas edificações de destaque como a Igreja da Matriz, o Centro Cultural Hermes de Paula, o Palácio Episcopal, e alguns casarões históricos, algumas delas descritas mais à frente. Essa configuração está relacionada ao modelo de origem de muitas cidades, onde as casas das famílias nobres eram dispostas ao redor das praças e igrejas que estavam localizadas ali. É o que também afirma Canan (2014)

Assim, a formação da cidade de Montes Claros se assemelha à formação tradicional das cidades brasileiras, onde as famílias de maior poder aquisitivo construíam suas moradias, sobrados e casarões, nos arredores da igreja na praça principal. Com o crescimento do comércio e o desenvolvimento econômico, a cidade passou a apresentar-se sob uma nova estrutura, foram abertas novas ruas com a igreja ocupando uma posição de destaque na praça, constituindo-se o Largo da Matriz, mas ainda sem diretrizes de planejamento. (CANAN, 2014, p. 72)



Figura 51: Predominância de edificações de uso comercial próximo ao Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves, no calçadão da Rua Simeão Ribeiro. Fonte: acervo do autor, 2020.

Nesse sentido, constata-se a urbanização de Montes Claros de uma maneira muito espontânea, tanto em traçado como em arquitetura, e de acordo com os interesses dos grandes proprietários de terra e de famílias de maior poder aquisitivo. As ruas e as edificações foram estendendo-se para o espaço público e moldando os espaços livres conforme iam se desenvolvendo, até resultar em seu caráter heterogêneo atual. As casas que pertenceram a essas famílias, hoje compõem o Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves, uma área tombada pela lei municipal, composta pela Praça Doutor Chaves, a Igreja da Matriz, e diversas edificações históricas.

Arquitetura e paisagem urbana

O tecido de edificações presentes na área da festa, principalmente nas áreas dos trajetos, é bastante heterogêneo, pois se trata de uma área que atravessa o centro da cidade, uma região marcada fortemente por edificações de caráter comercial, e onde, ainda que existam edificações históricas que possuem em sua arquitetura elementos que remetam a algum estilo arquitetônico, estas muitas vezes estão cobertas por placas comerciais, ou encontram-se de alguma maneira descaracterizadas. (Figura 52)



Figura 52: Rua Doutor Santos, centro da cidade, um dos trajetos por onde passam os percursos das Festas de Agosto. Em estado de cotidiano, é possível observar a preferência ao automóvel, a existência de conflitos de travessia, e o aspecto heterogêneo causado pelo escalonamento de gabaritos e placas comerciais que cobrem as fachadas. Fonte: acervo do autor, 2020.

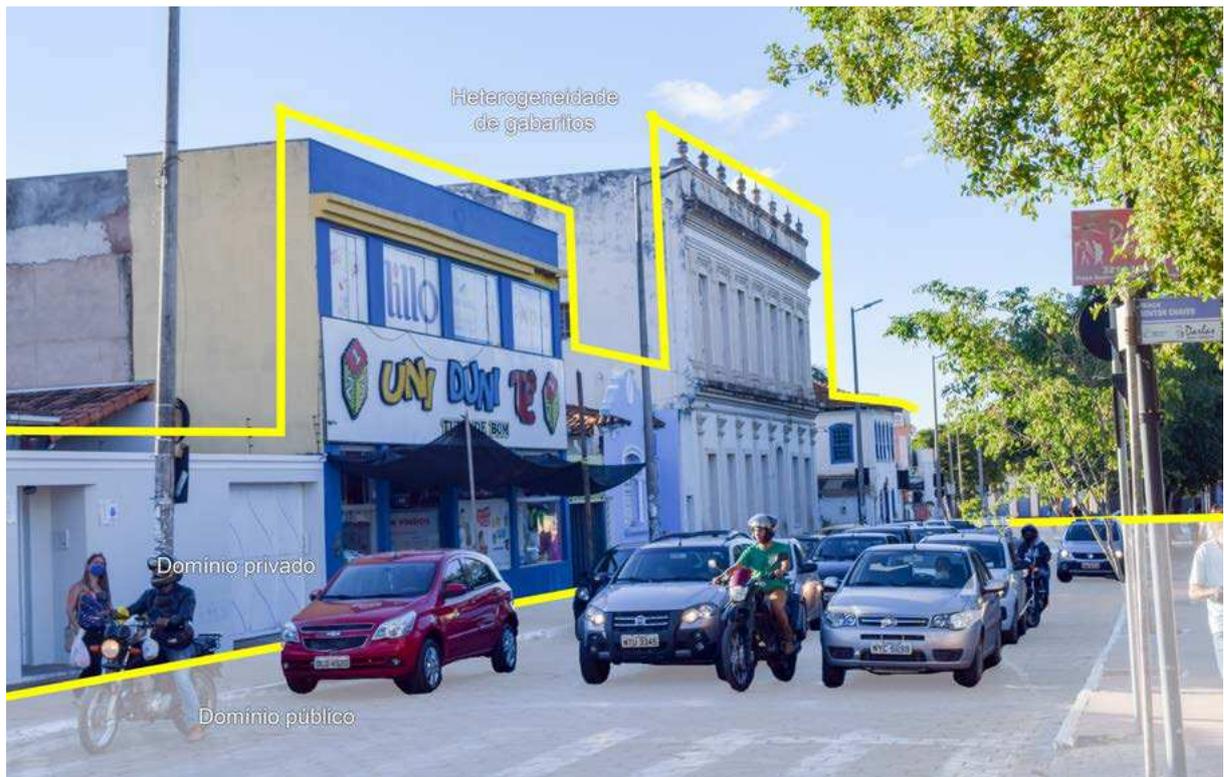


Figura 53: Rua Doutor Veloso, uma das vias que circulam a Praça Doutor Chaves, onde acontece o Festival Folclórico. Em estado de cotidiano, a via é de prioridade para automóveis. É possível notar também a diferença de gabaritos, e os limites entre privado e público. Fonte: acervo do autor, 2020.

Uma região mais passível de análise arquitetônica é a área de concentração da festa referente ao Festival Folclórico, que está localizada no **Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves** (Figura 56). Os sobrados compõem o acervo arquitetônico do Núcleo Histórico de Montes Claros, que reflete como era o modo de vida dos habitantes da cidade no período colonial.

De uma maneira geral, no centro da cidade, o caráter das edificações presentes é multifuncional, havendo usos residenciais, comerciais, serviços e institucionais. Outra característica marcante são as edificações históricas e alguns casarões antigos, sendo o gabarito dessas edificações também bastante heterogêneo, não havendo áreas com maior uniformidade. (Figura 53).

À primeira vista, o conjunto é marcado pela presença da Igreja da Matriz (Figuras 55 e 57), que configura uma forte hierarquia em uma posição de destaque em relação às demais edificações presentes. Contudo, outras edificações também configuram destaque no conjunto, como:

- o **Palácio Episcopal** (Figura 62), construído em 1914, com o intuito de servir como sede do bispado de Montes Claros, e que atualmente funciona como sede administrativa da arquidiocese, com características do neoclássico (Figura);

- o **Sobrado dos Canela** (Figura 58), uma residência construída em 1930, que apresenta características do estilo neocolonial;
- o **Solar dos Oliveira** (Figura 59, ou atualmente conhecido como Solar dos Serções, casarão construído em 1856, e que se destaca por seu formato em “L” em dois pavimentos;
- o **Casarão da Fafil** (Figura 64), construído em 1886, no estilo colonial, para residência e comércio - e mais tarde utilizado como sede escolar, e que hoje abriga o Museu Regional do Norte de Minas;
- o **Sobrado dos Mendes/Maurício** (Figura 63), construído entre 1815 e 1817, e com elementos do estilo colonial. Atualmente, abriga a loja Flor do Pequi.
- o **Sobrado dos Versiane/Maurício**, construído em em 1812, e que também apresenta elementos referentes ao estilo colonial. Atualmente, é onde funciona a Secretaria Municipal de Cultura;
- O **Sobrado nº 114** (Figura 62), construído em 1852, apresenta traços do estilo colonial, e hoje sedia o Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.
- O **Sobrado nº 93** (Figura 63), construído em 1885, guardando características do estilo colonial.



Figura 54: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça Portugal, em Montes Claros (MG).
Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 55: A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, a Igreja da Matriz, na Praça Doutor Chaves. Fonte: acervo do autor, 2020.

A lei municipal de tombamento de 1999 abrange esses imóveis históricos, juntamente com a Praça Doutor Chaves, e muitos deles já passaram por reformas e processos de restauração. A principal edificação na área da festa, localizada no ponto de concentração final dos percursos, é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 56), na Praça Portugal, onde os ternos de catopés, marujos e caboclinhos realizam as missas e bênçãos, e onde ocorrem os levantamentos de mastro que dão início às celebrações, após a antiga capela ter sido demolida.

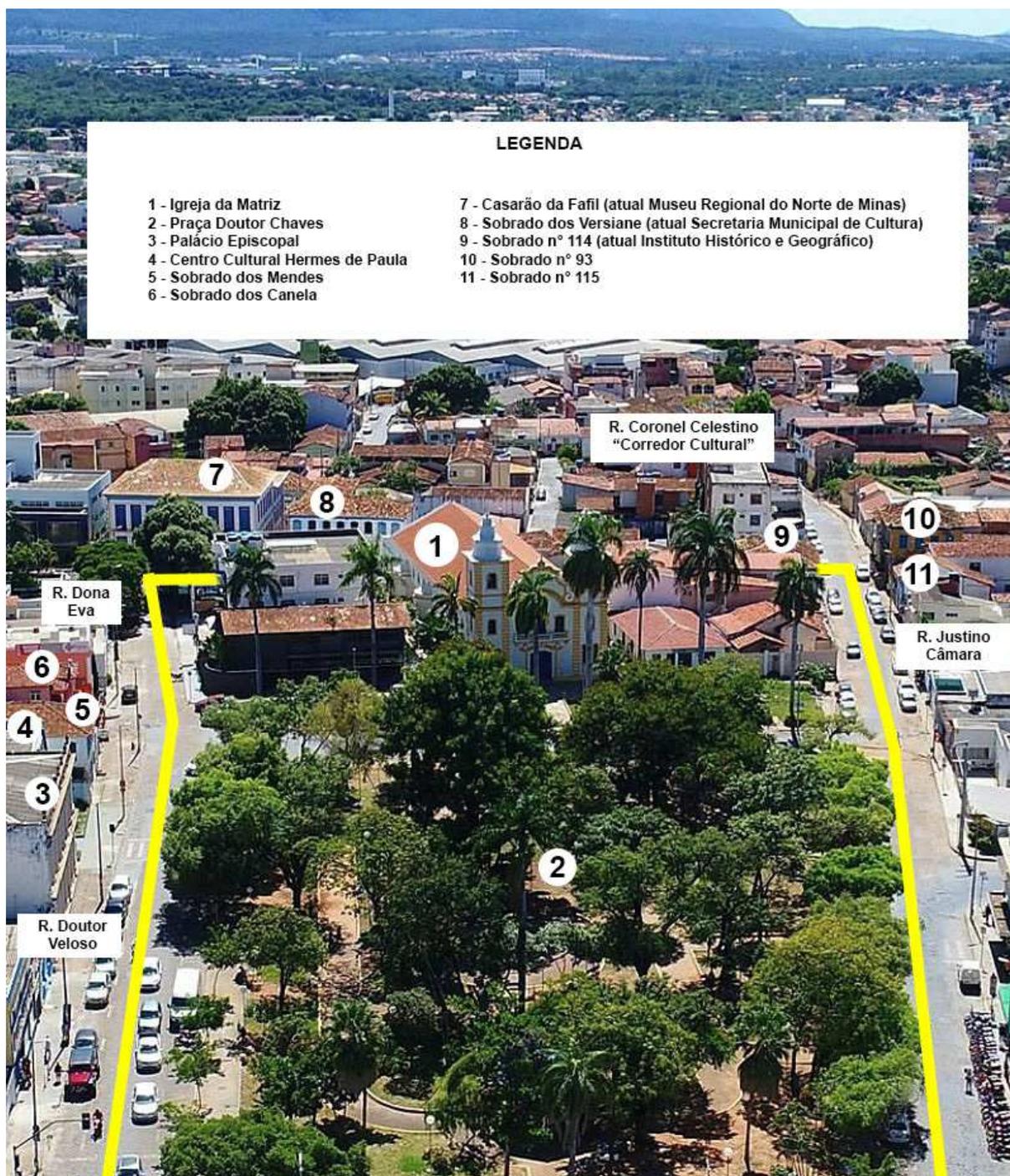


Figura 56: Conjunto Urbanístico da Praça Doutor Chaves.
Fonte: Drone Moc, 2019, adaptado pelo autor.



Figura 57: Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, ou "Igreja da Matriz". Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 58: Sobrado dos Canela. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 59: Solar dos Oliveira, ou "Solar dos Sertões". Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 60: Sobrado nº 114. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 61: Sobrado nº 93. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 62: Palácio Episcopal. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 63: Sobrado dos Mendes/Maurício. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 64: Casarão da Fafil. Fonte: acervo do autor, 2020.

Plano suporte

A área da festa possui um plano viário composto por vias principais e algumas locais (estas localizadas na área de concentração da festa, na Praça Doutor Chaves), sendo vias de baixa velocidade e único sentido, e que dá preferência a automóveis. (Figura 65). O fluxo de veículos é mais intenso nos contornos na área de trajetos da festa, que é composta majoritariamente por vias principais.

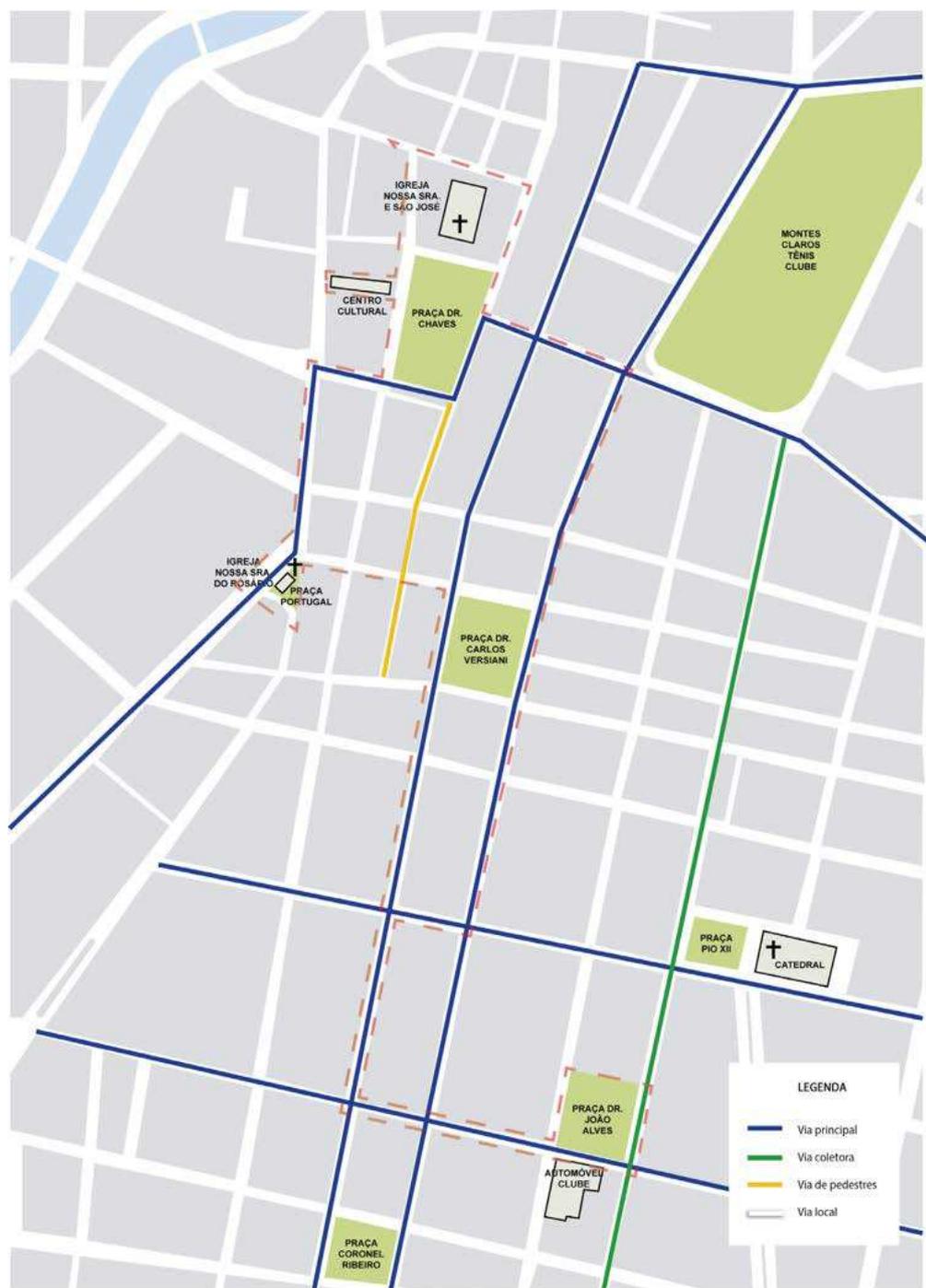


Figura 65: Hierarquia viária, centro de Montes Claros (MG).
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Existem vários pontos de conflito entre o fluxo de veículos e o fluxo de pedestres em volta da Praça da Matriz, uma vez que, na região, há apenas uma via destinada a pedestres – além da própria praça – que é a Rua Simeão Ribeiro, popularmente denominada como “Quarteirão do Povo”, um calçadão com caráter predominantemente comercial e misto, separado da praça apenas por uma rua (Figura 66).



Figura 66: Limite entre a Praça Doutor Chaves e o calçadão na rua Simeão Ribeiro.
Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 67: Feira local de artesanato na Praça Doutor Chaves. Fonte: G1, 2018.

A preferência e a predominância na circulação das vias são para automóveis (Figura 68). Aos fins de semana uma das vias que circulam a Praça Doutor Chaves, a Rua Doutor Veloso, é fechada, permitindo o trânsito apenas de pedestres, devido à presença de uma feira local de artesanato (Figura 67) que ocorre aos fins de semana, e que se projeta por toda a extensão da praça.



Figura 68: Fluxo na rua Camilo Prates, centro de Montes Claros, onde é possível observar a prioridade de ocupação das vias, e o uso comercial predominante. Fonte: acervo do autor, 2020.



Figura 69: Ocupação da Praça Doutor Chaves durante a noite, em estado de cotidiano. Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2013.

Na área posterior à Igreja da Matriz, na rua Coronel Celestino (também conhecida como “Corredor Cultural”, onde estão presentes os principais casarões históricos e que atualmente são ocupados por usos institucionais, como o Museu Regional do Norte de Minas e a Secretaria de Cultura), também é permitido o trânsito de automóveis, mas este se dá de maneira mais contida. É possível perceber um contraste entre a região do Corredor Cultural e a Praça da Matriz, que se dá por aspectos como a diferença do fluxo de pedestres e automóveis, estilo arquitetônico das edificações, tipo de pavimentação das vias, e diferentes mobiliários urbanos, criando uma ambiência histórica e turística para a área. Esse efeito de contraste provoca uma sensação de transição de um “caos” da cidade para um espaço de contemplação e de aprendizado, em seu estado cotidiano.

Domínios

Na área em que a festa acontece, de uma maneira geral, não há elementos que indiquem limites entre o espaço público e privado, a não ser a delimitação entre a rua e o interior das próprias edificações. O caráter público, entretanto, é mais característico na região do núcleo histórico do que nas áreas de percurso da festa, devido à presença da praça e do calçadão (Rua Simeão Ribeiro). Todavia, esses espaços demonstram mais um caráter de passagem do que de permanência.

Percursos

Esse caráter de passagem resulta em fluxos cotidianos mais intensos nesses locais, os quais se intensificam durante o dia, devido ao caráter comercial predominante na região e o horário comercial. Durante a noite, a movimentação é reduzida (Figura 69), e tanto o trânsito de pedestres, quanto o de automóveis se dissipa, tornando a região mais perigosa para transitar a pé, principalmente a pé, por não haver muitos estabelecimentos em funcionamento durante esse horário. Por ser considerada uma região perigosa durante a noite, até mesmo o uso da praça é evitado por visitantes e moradores do bairro.

3.1.3 Análise das características da intervenção

As Festas de Agosto são, atualmente, as maiores festas populares da cidade de Montes Claros. Uma das características da estrutura atual é seu acontecimento em dois momentos: a programação religiosa e tradicional, e um evento cultural. Diferente de muitas festas populares, onde essa linha de divisão é tênue e quase imperceptível, nas Festas de Agosto essa categorização ainda é um pouco mais evidente, apesar



Figura 70: Conjunto urbanístico da Praça Doutor Chaves, região central de Montes Claros (MG), em estado de cotidiano. Fonte: DRV Imagens, 2019.



Figura 71: Conjunto urbanístico da Praça Doutor Chaves, região central de Montes Claros (MG), durante as Festas de Agosto e Festival Folclórico. Fonte: DRV Imagens, 2019.

de acontecem simultaneamente (nos mesmos dias, porém um pela manhã e o outro à noite), devido a, atualmente, acontecerem em locais separados. As análises que se seguem levarão em consideração essa separação em dois cenários, pois além de possuírem estruturas e objetivos distintos, ambos provocam diferentes efeitos e reações nos espaços, assim como também os modificam de maneiras diferentes.

Morfologia

A morfologia da festa pode ser compreendida como a forma como se dá ocupação da mesma no espaço. No caso das Festas de Agosto e do Festival Folclórico, as ocupações se dão tanto de forma linear quanto pontual. Na programação religiosa, a ocupação é predominantemente linear, pelos percursos dos cortejos que transitam pelas vias (Figuras 72 e 73). Ao mesmo tempo, também pode-se dizer que ela é pontual, pelos pontos de concentração no início, meio e fim dos trajetos.

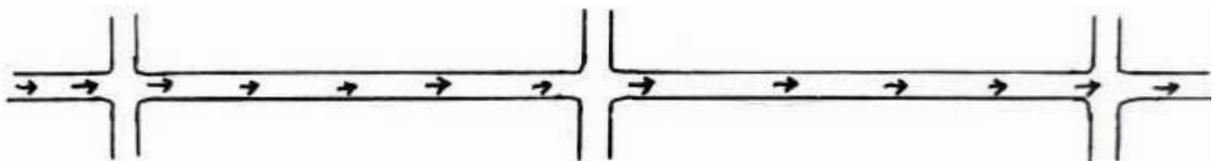


Figura 72: Esquema de ocupação viária durante o cotidiano. Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

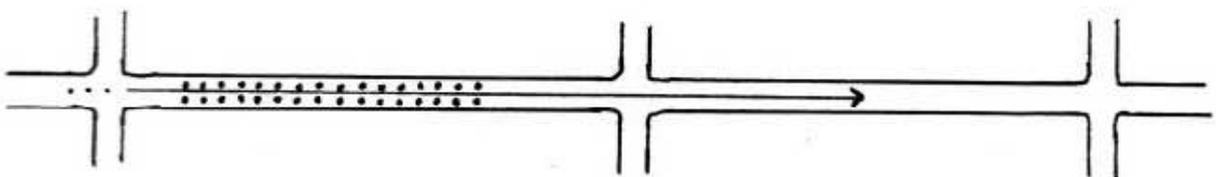


Figura 73: Esquema ocupação linear dos cortejos durante a festa. Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Já em relação ao Festival Folclórico, a ocupação espacial é predominantemente pontual, pelo fato de o evento concentrar-se em um único e amplo espaço, cujo qual abrange as áreas da Praça da Matriz e o Corredor Cultural, por onde a população circula e se concentra, e onde toda a estrutura de barraquinhas e palcos é instalada de forma fixa, do início ao fim da programação.

Arquitetura e paisagem urbana

Como as celebrações são intervenções temporárias no espaço, compreende-se como a arquitetura da festa as estruturas temporárias que são instaladas no espaço e a ornamentação, e estas como elementos que, conseqüentemente, alteram a paisagem momentaneamente. Durante todo o mês de agosto, o centro da cidade é decorado com fitas coloridas e elementos que remetem às vestimentas, aos instrumentos, e à imagem dos Catopés, Marujos e Caboclinhos, e constitui um dos principais símbolos físicos das Festas, e que mais despertam os sentidos da população. A decoração é

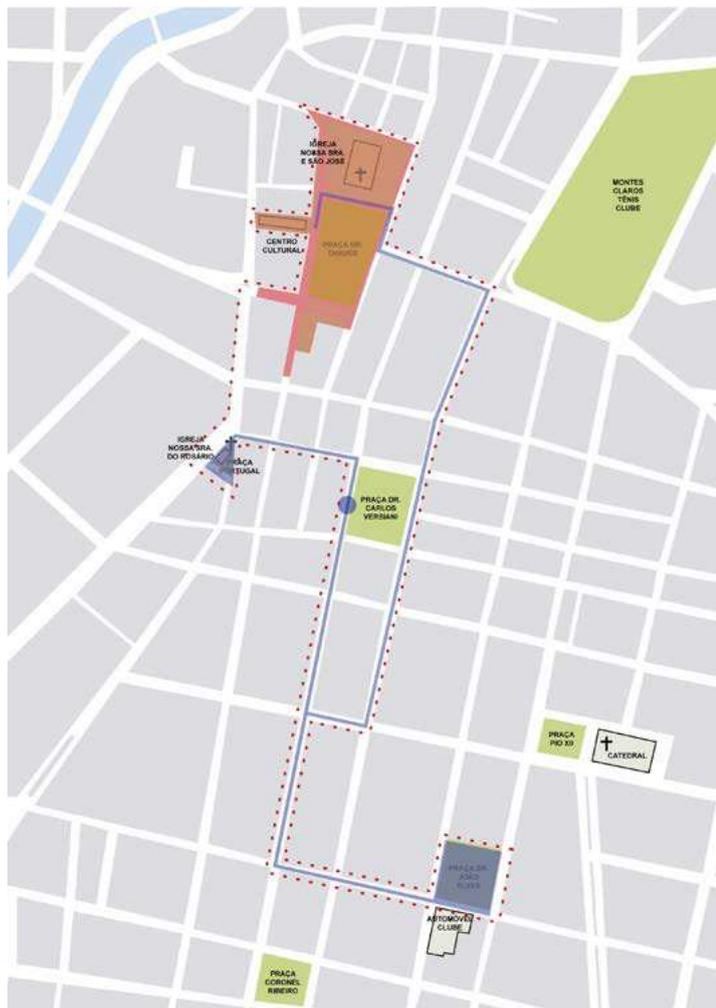
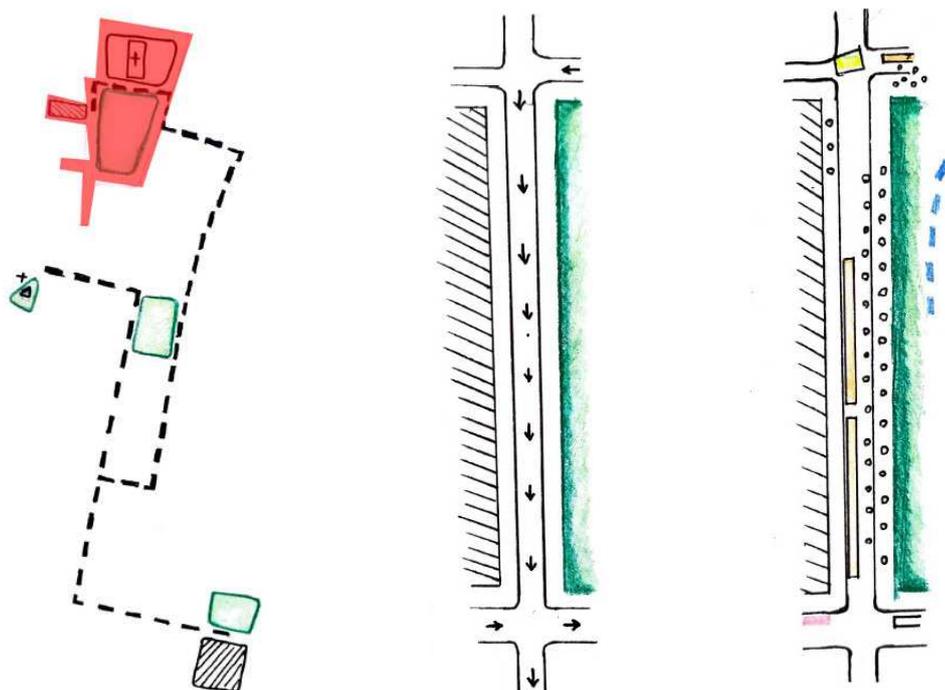


Figura: 74: Espacialização das Festas de Agosto e Festival Folclórico.
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.



Figuras 75, 76 e 77: Croquis das espacializações das Festas de Agosto e Festival Folclórico.
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

distribuída por toda a área da festa, abrangendo a região onde acontecem os trajetos e também a área de concentração do festival, onde são penduradas fitas coloridas pelas ruas, anunciando a iminência dos tempos de comemoração. É como se a cidade se vestisse com cores, preparando-se para receber as Festas, onde uma nova atmosfera será instaurada naqueles espaços.

Em relação especificamente ao Festival Folclórico, pode-se dizer que neste há uma arquitetura característica, cuja qual é definida pelas barraquinhas e tendas comerciais que são distribuídas linearmente (Figura 78) pela rua Doutor Veloso e pela Praça Doutor Chaves, bem como toda estrutura de palcos (localizados um no centro da praça, e outro próximo ao Centro Cultural).



Figura 78: Estruturas de barraquinhas comerciais no Festival Folclórico. Fonte: acervo do autor, 2019.

Plano Suporte

Uma das grandes transformações causadas pelas festas, é a ruptura do estado de cotidiano na cidade, e no caso das Festas de Agosto o fato de acontecerem no centro da cidade, a céu aberto, durante o horário comercial, é um sinal de presença marcante no espaço. Um local onde, em estado de cotidiano, é caracterizado por um caos urbano, e a prioridade de tráfego é cedida quase que completamente aos automóveis (Figura 82), criando vários pontos de conflitos para pedestres. Durante o período de celebração, várias ruas são fechadas ou desviadas para os carros, permitindo-se o



Figura 79: Estrutura de um dos palcos montados para o Festival Folclórico.
Fonte: acervo do autor, 2019.

trânsito somente para os ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos (Figuras 80 e 81) e para os festeiros e adeptos, alterando-se temporariamente a configuração daquele local, e dando liberdade para os grupos desfilarem ali, no meio da rua, e a população acompanhar a manifestação a pé. A área de concentração do festival, na Praça da Matriz, também fica interdita durante os dias de festa, tornando-se o espaço para apenas para os palcos, barraquinhas e os festeiros.

Domínios

Ainda dentro capacidade de ruptura no cotidiano, compreende-se também o poder que as festas possuem de transformar os usos e os domínios, onde um espaço privado, transforma-se em público, e locais abandonados preenchem-se, tornando-se locais de sociabilização. Essas características ressaltam-se tanto durante a cerimônia de celebração dos Ternos aos santos quanto na programação “profana” das Festas. Os momentos de retirada das bandeiras dos santos das casas dos mordomos, por exemplo, podem ser vistos como momentos onde as famílias recebem, em suas residências, os ternos e seus vários integrantes, pessoas desconhecidas, para realizarem seus rituais de sacralização daquele espaço, diluindo os limites entre a casa e a rua.

A alteração de domínios também é presente no espaço público, como no festival,



Figura 80: Prioridade ao tráfego de pedestres durante o estado de festa.
Fonte: acervo do autor, 2019.



Figura 81: Tráfego viário de prioridade a automóveis durante o estado de cotidiano na cidade.
Fonte: acervo do autor, 2020.

por exemplo, onde alguns espaços da rua, cotidianamente públicos, se tornam privados para acesso somente aos comerciantes no espaço das barraquinhas, ou para acesso somente aos artistas que se apresentam, nos espaços onde são montadas as estruturas dos palcos.

Esses limites também se rompem de maneira inversa durante o festival, onde alguns casarões, normalmente com acesso restrito, abrem-se para receber um fluxo livre de festeiros, tornando-se grandes espaços de socialização, como é o caso do Solar dos Oliveira, conhecido como Solar dos Sertões. Durante o Festival Folclórico, o casarão em questão oferece uma programação paralela com shows musicais e apresentações que acontecem no pátio interno da edificação, que normalmente é fechado para acesso.

Outras demais alterações poderiam ser citadas, também relacionadas aos horários de funcionamento das instituições e estabelecimentos, como o Centro Cultural e o Museu Regional, que funcionam por período prolongado durante o Festival, e alguns espaços que são aproveitados para comercialização de produtos, como é o caso do Sobrado dos Mendes.

Outra mudança notável é que durante as Festas de Agosto e o Festival Folclórico o fluxo de pessoas circulando pelos espaços é significativamente maior do que o encontrado no cotidiano, o que além de resultar numa potencialização dos espaços coletivos que já são de uso público, aumenta também a entrada e saída de pessoas pelas edificações, diluindo quase por completo os limite entre público e privado durante a presença das festas, tornando-se praticamente imperceptível essa delimitação durante o evento. Ou seja, a socialização, a coletividade e a proximidade são exercidas de maneira mais intensa.

Percursos

Podem-se destacar um percurso principal das Festas de Agosto, que é traçado pelos cortejos durante os desfiles dos Ternos, na programação religiosa. O caminho começa numa concentração na Praça Doutor João Alves, e termina na Igreja do Rosário, cruzando outros espaços durante o percurso, como a Praça Doutor Carlos, e a Praça Portugal. Esse percurso é repetido diariamente, e somente no dia de encerramento da festa, o caminho é feito de uma maneira diferente, dando início na Igreja da Matriz, passando pela Praça Doutor Carlos, e retornando ao ponto de origem. Além dos percursos dos Ternos, é delimitada uma área de circulação do público da festa durante o Festival Folclórico, que se distribui dentro da área de concentração do evento.



Figura 82: Trajeto dos ternos de Catopês, Marujos e Caboclinhos durante as Festas de Agosto de 2019. Fonte: Prefeitura de Montes Claros, 2019.

3.3 BALANÇOS PARCIAIS

A partir da leitura da cidade como espaço de festa, é possível compreender porque a espacialização das Festas de Agosto e do Festival Folclórico, e como estes modificam as dimensões em que se fazem acontecer. Num primeiro momento, o que chama a atenção é a separação do que é festa e do que é evento, e como isso se inscreve nos espaços da rua. Uma vez que não se entrelaçam, as diferentes manifestações também ocupam lugares com diferentes características. Ambas as intervenções possuem

dinâmicas, motivações, e formatos diferentes, que conseqüentemente resultam também em espacializações diferentes.

Ambos os locais propostos para a realização das festividades pertencem ao centro da cidade, uma área marcada pela forte presença do comércio. Durante a época de festas, é perceptível o impacto que as manifestações exercem sobre o bairro e sobre a dinâmica dos comerciantes, pois toda a lógica de atividades realizadas durante o cotidiano precisa se modificar para as festas acontecerem: o trânsito, o fluxo de pessoas que circulam pela área, os horários de funcionamento dos estabelecimentos, a paisagem da cidade, entre outros elementos, sendo alguns deles até não visíveis, como a modificação dos domínios de uso público e privado, por exemplo.

A ocupação do centro da cidade pode ser vista não só como um momento que dá visibilidade aos ternos de Congado de Montes Claros, mas também como um ato de resistência, mediante toda a história das Festas de Agosto. Todos os responsáveis por fazerem com que as cerimônias saiam às ruas anualmente, assim como todo a preparação para que as Festas de fato existam, acontece numa área que não recebe a mesma atenção dentro da cidade: os bairros periféricos (Figura 84). Os atores que constituem e integram os grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos são pessoas que passam dificuldades, não possuem boas condições financeiras, possuem empregos informais e desvalorizados perante a sociedade, mas, ainda assim, precisam lutar para reconquistar, ano após ano, um espaço que é deles por direito, para manter viva a tradição, que possui vínculos muito fortes com a sua origem naquele espaço.

Perante o vínculo da celebração com o espaço, é que também se identificam as relações existentes entre o material e o imaterial, e a indissociação entre eles. As Festas precisam estar junto à Igreja do Rosário, pois não só sua origem, mas o trabalho da comunidade está contido ali. A Igreja foi reerguida, após a demolição da antiga capela, e mesmo que possua traços modernos, um partido arquitetônico totalmente diferente da original, o que fortalece os laços com o local é o mito e sua celebração, a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e ao Divino Espírito Santo. A igreja sempre foi local de reunião para os ternos, mas também possui um valor afetivo, simbólico, cujo qual carrega o espaço de significados e sentidos invisíveis aos olhos.

E é também por isso que as celebrações das Festas de Agosto não se sobrepõem com a programação do evento do Festival Folclórico. O local da Igreja já demonstrou não comportar e estrutura que o evento proposto pelo poder público demanda e, ao mesmo tempo, não existe uma referência na Praça Doutor Chaves – local onde é

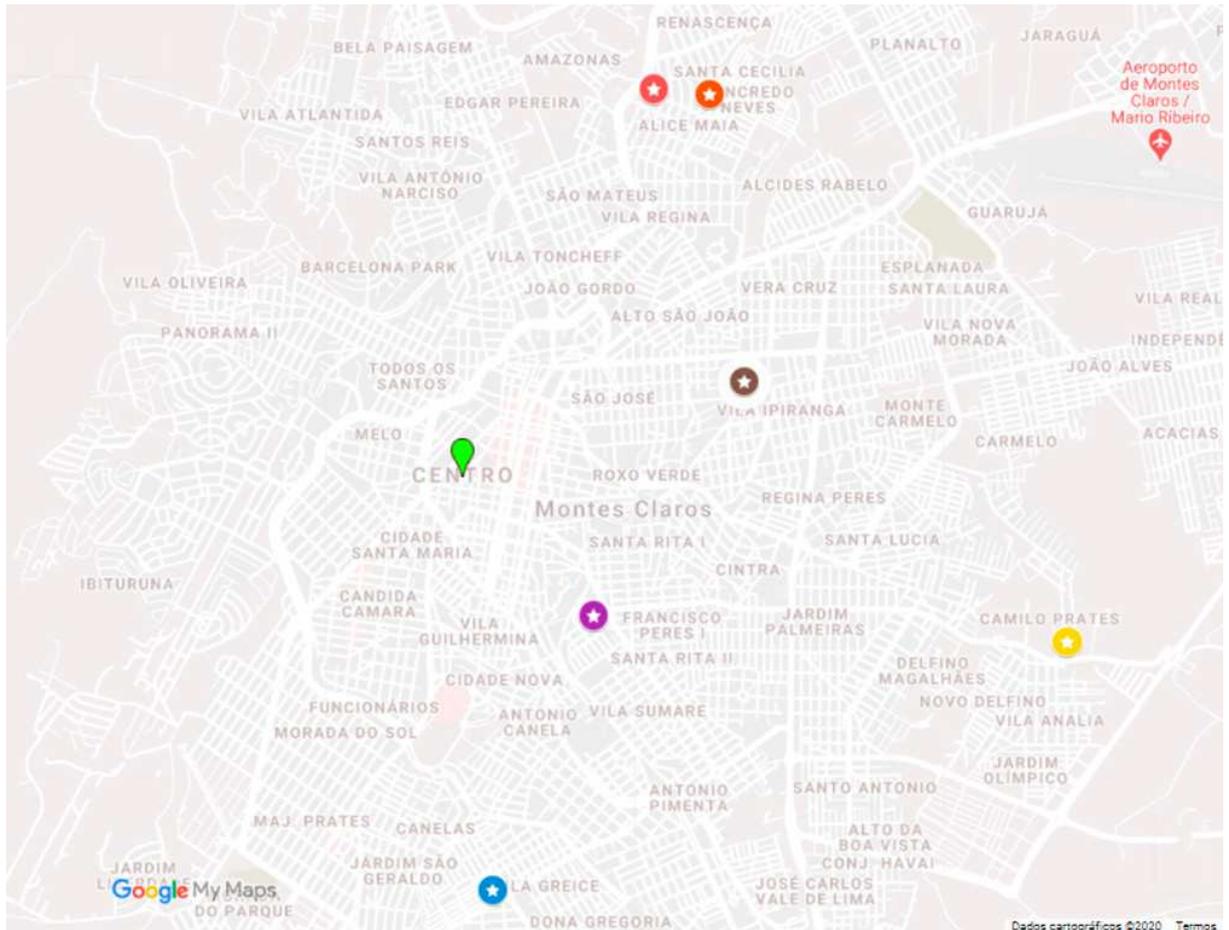


Figura 83: Localização das casas dos Mestres dos ternos de Congado em Montes Claros (MG).
Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2020.

sediado o festival – à qual a festa possa se ancorar. O conjunto da praça é composto por diversos sobrados, casas neocoloniais, que também possuem uma importância para o patrimônio edificado da cidade, e que atualmente são tombados pela lei municipal, mas que em nada se traduz para a essência e a motivação das Festas de Agosto. Pelo contrário, essas casas outrora foram moradias das grandes famílias da elite da cidade, representando uma classe que só foi se incorporar à festa tardiamente, com interesses diferentes dos que sempre lutaram para que as mesmas pudessem sobreviver na cidade, antes mesmo de serem consideradas tradição ou patrimônio cultural. E ainda que a própria Igreja do Rosário não seja tombada como patrimônio perante a lei, é ela que existe como suporte para que a memória se expresse e entre em ressonância através da festa, e deixe inscrito um sentido naquele local.

No meio físico, a alteração mais perceptível é da paisagem, que é representada pela decoração das ruas e espaços públicos da cidade com fitas e cores, para receber as Festas e o Festival. O elemento ornamental já se tornou um símbolo que desperta os sentidos da população, que já o aguarda como um sinal de que a cidade está se preparando para os festejos. Estruturalmente, o evento gera um impacto maior

sobre o local de realização do que a programação religiosa, no sentido de provocar mais alterações no espaço físico, devido às grandes estruturas temporárias que são instaladas no local. Para os cortejos, não são preparadas estruturas, apenas o conjunto da população, gerando maiores alterações somente no tráfego viário. Durante o festival, as estruturas se fixam nas vias e só são retiradas após o fim do evento. Já em relação à programação religiosa, as mudanças físicas na dinâmica do centro são mais transitórias, pois as ruas são fechadas para os cortejos somente no momento da passagem dos ternos, não sendo obstruções que perduram por todo o dia, durante as festas.

Fica evidente também, durante o momento de Festas, que a ocupação do centro da cidade muda seu caráter, principalmente durante à noite, onde passa de um lugar vazio e perigoso para transitar a pé, e se abre um espaço ocupado por uma multidão de pessoas e atividades, tornando-se também um espaço de comemoração e de devoção ao ar livre. As ruas deixam, momentaneamente, de ser ocupadas por automóveis, e dão lugar aos pedestres, que transitam livremente. Além disso, é possível perceber as mudanças de usos, a dissolução do que se tem por público e privado, e os horários de funcionamento dos comércios e instituições.

Logo, tem-se a distinção entre festa e evento acontecendo e sendo percebida sobre o próprio espaço, demonstrando não só que as práticas dos festejos são indissociáveis do espaço em que acontecem, mas também que os significados encontram-se traduzidos na própria cidade – e rastros estes que são permanentes – trazendo lembranças de histórias vinculadas àquele recorta do espaço urbano que, ano após ano, torna-se sagrado para um grupo, e sendo nos dias de hoje um lugar vital para a manutenção das Festas de Agosto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se discutir sobre o conceito da festa e sobre o seu papel no espaço urbano reside em trazer à tona a complexidade e a riqueza existentes nessas manifestações, contidas nas funções de celebrar, ironizar, sacralizar a experiência social, resolvendo, no plano simbólico, contradições da vida social, apontando assim, para seu poderoso papel mediador entre as diferenças sociais e culturais, estabelecendo pontes entre grupos, realidades, além de suas mediações entre o sagrado e o profano, que se refletem sobre o espaço da cidade. Segundo afirma Amaral (1998), à festa é atribuída a capacidade de apreender o sentido de cidadania, proporcionando um despertar da consciência. Por essas e outras razões, dá-se às festas uma importância não só social, mas também cultural, ao colocar em cena valores, projetos, artes e devoção. (AMARAL, 1998)

A partir de uma leitura histórica e cultural da cidade de Montes Claros, é possível perceber a coexistência do que se entende como festa, enquanto uma prática de manifestação cultural, cíclica, revivida ano após ano para trazer à memória a tradição e o mito; e o que se compreende enquanto evento, que parte de uma motivação política econômica e de uma tentativa de apropriação das práticas de uma tradição, como um intervenção temporária e maleável, de atividades seculares que geram grandes movimentações da economia, da sociedade e da mídia. De fato, ambas as práticas coexistem sob uma mesma ocasião, contudo, causam diferentes reatamentos sobre o espaço em que atuam, reflexos esses que partem tanto de suas próprias espacializações, num campo material, quanto das significações que se constroem durante o tempo, num campo imaterial. Durante muito tempo, houveram tentativas e experimentações para unificar festa e evento, como manifestações que ocorreriam, de uma suposta maneira, sobrepostas uma à outra. Todavia, a partir de uma leitura sobre suas origens, seus significados e suas operações, é possível notar que, a própria maneira como se configuram influencia nas tensões geradas por esse entrelace. E tendo como objetos de interesse as Festa de Agosto e o Festival Folclórico, tornou-se possível compreender a partir de quais elementos e características ambas as manifestações podem (ou não) criar vínculos identitários e afetivos com o lugar, e com a sociedade.

A investigação documental em manchetes de jornais e revistas locais, fotografias e publicações mostrou-se importante para compreender como as festas eram vistas na história pela sociedade e pela mídia, e assim compreender de maneira mais clara

como se deu a construção de uma imagem da própria cidade, através da festa, para seus próprios moradores e também para outras regiões. E essa construção de uma imagem cultural da cidade de Montes Claros, alicerçada nas Festas de Agosto, traz reflexos perceptíveis sobre a respeito das práticas materializadas no espaço físico.

Muitas questões surgiram durante a consulta, enquanto algumas outras foram sendo elucidadas. É possível perceber que existe uma diferença de ponto de vista sobre as festas em relação às diferentes fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, e em relação às fontes midiáticas. Contudo, uma fonte não necessariamente desvaloriza a outra. Durante o cruzamento de informações, ambas as leituras foram de grande importância para a compreensão tanto das dinâmicas atuais da cidade e das intervenções, como também para compreender diferentes pontos de vista sobre seus aspectos históricos.

Quando se dispõe um olhar sobre o passado e o presente das Festas de Agosto e da cidade de Montes Claros, é possível notar uma construção longa e árdua de valores relacionados às manifestações da congada no município. A história mostra que, desde o surgimento impreciso da festa, houve uma série de embates e tensionamentos sociais, políticos e religiosos pela questão de sua existência. Condições físicas e sociais impossibilitaram as festas durante certo tempo, mas que é a sociedade mesma a única capaz de inventar, instituir e pôr em marcha sua própria celebração. Construiu-se, através dos tempos, um vínculo muito forte entre a festa e lugar, tanto



Figura 84: Ternos de congado de Montes Claros frente à Igreja do Rosário. Fonte: Overmundo, 2011

por questões históricas, quanto por questões interpretativas, possíveis também de se concluir a partir de análise em campo. Durante o mês de agosto, é possível notar uma valorização da fé, da devoção, da vida comunitária e do próprio espaço do centro da cidade, em função da manutenção de uma tradição local que já acontece há quase duzentos anos, e que, devido à sua regularidade e grande quantidade de adeptos, confere forte identidade a esse âmbito já complexo da cidade. É possível perceber que a intervenção, através dos seus traços de libertação, subverte a rigidez das posturas públicas e permite novas interpretações de seus espaços públicos, incluindo a própria rua. Esse fato se deve à forte pregnância da festa, que demonstra claramente possuir uma articulação muito forte entre estrutura social e intervenção, esta que se incorpora à cidade com tamanha intensidade, trazendo um sentimento de pertencimento e familiaridade, como parte integrante e indissociável do urbano.

E esse sentimento de fazer parte, que legitima as Festas como um ato de resistência em meio às forças invisíveis, é que certifica a rua e os demais espaços públicos do centro da cidade como partes fundamentais desses feitos. Ou seja, a festa está constantemente sendo lembrada, ano após ano, por todos aqueles que passam pelas ruas. Ainda que a mesma não esteja acontecendo, seus símbolos impressos no cotidiano as fazem ser aguardadas durante todo o ano. E um dos mais importantes marcos das Festas de Agosto foi e é, atualmente, ocupar um local de representatividade para o município. De uma maneira geral, ter essa festa como uma das grandes imagens de representação da cidade atende às expectativas de uma sociedade que, hoje, vê seus valores refletidos na cidade.

As questões de identidade e pertencimento mostram-se critérios essenciais para a associação da festa ao espaço. Desde os primórdios de sua existência, a Igreja do Rosário é um elemento incorporado e indissociável das celebrações, e representa um símbolo materializado da fé e da devoção de quem faz a festa, e isso se reforça quando se adentra pela história do templo, que sofreu diversas ações, inclusive de demolição, em virtude das necessidades de modernização. Contudo, ela possui um valor inestimável para a população, e principalmente para os integrantes dos Ternos, que a reedificaram com as próprias mãos. Quando a Festa é transferida para a Praça Doutor Chaves, é como se houvesse uma perda significativa da essência e das motivações das Festas. O conjunto urbanístico da Praça Doutor Chaves é conhecido pelos casarões históricos que ocupam seu entorno. Edificações que, durante muitos anos, pertenceram às famílias da alta sociedade de Montes Claros – e até hoje carregam em sua identificação os sobrenomes de seus proprietários. A transferência do local da festa durante um período foi motivo de luta para os ternos. Mas a questão é que

esse nunca foi o lugar ao qual eles se identificaram, além de todos os motivos apresentados por seu representante, Mestre Zanza, que acompanhou o crescimento das festas e sempre reivindicou seu acontecimento junto à Igreja do Rosário. A tradição se torna uma forasteira no seu próprio lugar de origem devido ao que o espaço a representa.

A estrutura atual do centro da cidade, como um todo, atende a um modo de vida do cotidiano. Atualmente, o núcleo central de Montes Claros é um local atravessado pela modernidade e pelo ritmo acelerado de informações, fluxo de pessoas e transformações urbanas. A transitoriedade e a velocidade são uma de suas principais características. O rompimento desse ritmo cotidiano pela presença das Festas de Agosto é um respiro em meio ao caos. É um momento onde a população para pra observar, aprender, acompanhar e ouvir.

E em relação ao Festival Folclórico, este possui bem menos tempo de existência do que as Festas de Agosto, mas ainda é o que mais atrai público para participação, e o que mais gera movimentação de adesão, como divulgações e campanhas de financiamento coletivo.

O resultado das festas enquanto intervenções construiu um cenário propício para que as mesmas acontecessem, uma vez que os elementos utilizados facilitaram seu desencadeamento e sua inserção dentro dos espaços aos quais ia se propondo, se encaixando com o decorrer do tempo. Esse fato em si já representa um empenho para que o evento ocorresse e se incorporasse aos tradicionais festejos a qualquer custo, sob o discurso de restauração e visibilidade.

Durante muito tempo, os jornais não retrataram os integrantes dos Catopês como os agentes de sua própria história, mas sim, como membros de uma manifestação passível de uma adequação, principalmente a uma dinâmica estabelecida pela urbanização da cidade. Pressões advindas tanto do poder público, que dialogava juntamente à Igreja com os grupos dominantes na cidade, e que não viam os festejos como algo bem aceito, mas sim como uma prática de desordem, que não condizia com o que era considerado como sagrado ou civilizado. Diante disso, é a própria cidade que torna-se um depósito de histórias, reunindo locais que expressam os diversos momentos de formação, e que se ficaram registrados em sua morfologia e na sua arquitetura e na sua paisagem, demonstrando que, em função dos valores de cada época, os elementos foram tornando-se acumuladores de diversos sentidos e significados.

Ao fazer-se uma análise do espaço de festa construído na cidade, tem se de um lado

uma festa religiosa de cunho popular, numa relação de continuidade, vinculada à questão da construção e perpetuação do mito, através da celebração no ciclo de festas e da construção de diferentes ritos pelos grupos que, ao mesmo tempo, as produzem e as rememoram, no sentido de pontuar e remarcar esse espaço de tempos em tempos. e por outro lado, tem-se a compreensão de como o estado se apropria disso para se tornar uma referência simbólica da cidade, e para ser o lugar do evento. A festa acontece em dois lugares: o da apropriação, que é o da igreja, e o do evento, que é a praça. Em determinado momento na história, tenta-se costurar essa participação através dos ternos na cidade. como ambas as manifestações têm referências e ocupação diferentes, o problema é quando se tenta unir as duas, numa tentativa de valorizar uma referência simbólica, que é contínua, dentro de um espaço de evento, que é passageiro, que se monta e desmonta conforme determinada necessidade. sem um vínculo ou compromisso de continuidade.

Num determinado momento, cerimônias que acontecem de forma paralela, tentam um diálogo pautado numa relação mimética, permeada por conflitos, onde se tem como base a relação de poder, que vem marcada por interesses também de classes sociais, e por uma relação de pertencimento ou não, fazendo com que, historicamente, os que fazem a festa se fossem tidos como intrusos dentro do seu próprio espaço, assim como aquele que é do evento rejeita o outro dentro da relação de intromissão. Hoje, ainda em constante luta, tem-se o espaço centrado na Igreja do Rosário que, quando foi demolida, fez-se necessária sua reconstrução pelos próprios agentes das festas, demonstrando que uma relação imaterial depende também de suporte material para que aconteça. E, enquanto junto à igreja, a festa acontece bem, porque é gerida pelos ternos, eles dominam os ritos. e o evento quando acontece separado, também acontece da mesma forma, porque é gerido por outrem. quando se tenta unir, é que são encontrados os problemas na relação do espaço urbano, uma vez que este não atende a essa dinâmica.

Portanto, pode-se dizer que a grande característica das Festas de Agosto É a de ocupar um lugar enquanto festa e evento ao mesmo tempo, de forma simultânea. A espetacularização em torno do Festival Folclórico, que propõe inúmeras atrações em seu formato, cria diversos conflitos e desvios de atenção, resultando em um protagonismo para atrações que ocupam um palco elevado, com luzes e holofotes, do que para os dançantes, que ocupam o nível da rua e precisam disputar um espaço com comerciantes, festeiros, mesas e cadeiras dispostos ali. Essa espetacularização faz com que parte do público, de uma maneira geral, que não conhece sobre a história das Festas de Agosto e suas motivações, as vejam apenas pelo lado de uma

apresentação, parte de um momento de evento, de espetáculo, e de sociabilização. Ao mesmo tempo em que, para os que participam e que, não obstante, fazem a festa, estas são encaradas anualmente como uma missão, pois é nesse momento em que é atingido a expressão maior da fé, através da rememoração do mito, e com os devidos suportes simbólicos espaciais e materiais, através dos quais é externada a essência da religiosidade e da tradição popular.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Os cantos e encantamentos de uma geografia sertaneja de Patativa do Assaré. In: MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs). **Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: Eduel, 2010. 354 p.
- AMARAL, R. C. **Festa à brasileira: significados do festejar, no país que "não é sério"**. 1998. 380 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - USP, São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102004134208/publico/tesecapa1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.
- BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, 325 p.
- BASTIDE, R. **As Américas negras**. São Paulo: DIFEL/USP, 1974.
- BONDUKI, N. Apresentação à edição brasileira. In: GORELIK, A.; PEIXOTO, F. A. **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. 384 p.
- BONNEMAISON, S.; MACY, C. **Festival architecture**. Nova York: Routledge, 2008. 341 p. <https://doi.org/10.4324/9780203799505>
- BRANDÃO, C. R. **Peões, pretos, e congos: relações de trabalho e identidade étnica em Goiás**. 1974. 408 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UNB, Brasília, 1974.
- BRANDÃO, C. Congos, congadas e reinados: rituais de negros católicos. **Revista cultura**, Brasília, n. 23, p. 80-93, 1976.
- BRANDÃO, C.R. **A cultura na rua**. Campinas: Papirus, 1989. 219 p.
- BRASILEIRO, J. **Congadas de Minas Gerais**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001. 163 p.
- BRITO, A. E. C. **Catopês: histórias de lutas e formação de identidade em Montes Claros - MG**. 2014. 221 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/13369/1/angelabritook.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.
- CAPONERO, M. C. **Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)**. 2014. Tese de doutorado. FAUSP: São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-05112014-144822/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mai 2020.
- CAILLOIS, R. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Ed. 70, 1988.

CANAN, L. F. **Leitura da paisagem urbana da cidade de Montes Claros**: análise das transformações do "coração do núcleo urbano". 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PUC Minas, Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CananLF_1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, J. R. B. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. Salvador: EDUFBA, 2012. 343 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 15 mai 2020. <https://doi.org/10.7476/9788523211721>

CASTRO JUNIOR, L. Victor. **Festa e corpo**: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas. Salvador: EDUFBA, 2014. 169 p.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. São Paulo: Travessia do Século, 2005. 4ª ed. 253 p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v. 1, Petrópolis: Vozes, 1998. 21ª ed. 320 p.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Algés: Difel, 2002. 244 p.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura, 2009. 68p.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. 2. ed. Oieras: Celta, 1999. 119 p.

COSTA, J. B. A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/ Noroeste de Minas**: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros/ MG: Best Comunicação e Marketing, 1997. pág. 77-95.

COSTA, J. B. A. Festas de Agosto começam em Montes Claros com desfile de rua. In: RIBEIRO, Luiz. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/20/interna_gerais,680360/festas-de-agosto-comecam-em-montes-claros-com-desfile-de-rua.shtml>. Acesso em: 29 out 2020.

COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. de (Org.) . Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. 1. ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2012. v. 1. 385p .

COSTA, O. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Ed. Comemorativa 1993-2008, p. 149-156, 2008.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

- DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, J. M. **Religiosidade Sertaneja: Fé e cultura no sertão das Gerais**. Editora UNIMONTES, 2015.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989
- DUVIGNAUD, J. **Festas e civilizações**. Fortaleza: EdUFCE; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- EDELWEISS, R. K.; GARZON, M. R. C. A resignificação do espaço público de Porto Alegre a partir da apropriação efêmera da cidade. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/368>>. Acesso em: 03 jun 2020. <https://doi.org/10.24168/revistaprumo.v2i3.368>
- FERREIRA, M. N. Comunicação, Resistência e Cidadania: As Festas Populares. **Comunicação e Informação**, v. 9, n. 1: pág 111-117 - jan/jun. 2006. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17293>>. Acesso em: 15 mai 2020. <https://doi.org/10.5216/CEI.v9i1.22807>
- FONTES, A. S. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. 400 p. <https://doi.org/10.4013/arq.2012.81.05>
- FORTUNA, C.; SILVA, A. A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978. 323 p.
- GUARINELLO, N. L. **Festa, trabalho e cotidiano**. In: Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa [S.l: s.n.], 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 58 p.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEERZ, J. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de Montes Claros, Minas Gerais, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- KINN, M. G. **Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da congada de Uberlândia-MG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19072007-104139/pt-br.php>>. Acesso em: 29 out 2020.
- LAMBERT, H. M. F. C. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX). In: Unesp. **Revista História**. v. 13. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, p. 121-129.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI-STRAUSS, L. Patrimônio imaterial e desenvolvimento cultural: o novo decreto para proteção de bens imateriais. In: IPHAN. **Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura / Iphan, 4. ed., 2006, 140 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniomaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso em: 29 out 2020.

LUCAS, G. Chor'ingoma! os instrumentos sagrados no Congado dos Arturos e do Jatobá. **Música hoje**: revista de pesquisa musical da UFMG. Belo Horizonte, n. 7. p. 10-38, 2000.

MAGNANI, J. G. C. Patrimônio cultural urbano, "de perto e de dentro": uma aproximação etnográfica. **Revista do Patrimônio**, Brasília, DF, n. 37, p. 307-329, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio37.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

MALVEIRA, R. R. Hoje é dia de festa! É agosto em Montes Claros. In: Congresso ABRA-CE, 6., v. 11, n. 1, 2010. São Paulo. **Anais**. São Paulo: Unicamp. Disponível em: <<https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/3248/3410>>. Acesso em: 20 ago 2020.

MALVEIRA, R. R. **Os Catopês de São Benedito em Montes Claros**: rastros uma ancestralidade mineira negra e festiva. 2011. 152 p. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - UFBA, Salvador, 2011.

MARTINS, L. M. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MARX, M. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. 2. ed São Paulo: EDUSP, 2003. 219p.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1974. 2 v., il.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009, Brasília, DF, v. 1, p. 25-39, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019. OLENDER, M. 2016.

MOREIRA, M.; SILVA, J. Apropriações e resistências: apropriação pela administração pública de Montes Claros da festa religiosa e da festa espetacular. **Direitos e Bem Viver**, Montes Claros, p. 221-232, 2019. Disponível em: <http://coloquiointernacional.com/anais/vi_cptc/espaco_1/APROPRIACOES%20E%20RESISTENCIAS%20APROPRIACAO%20PELA%20ADMINISTRACAO%20PUBLICA%20DE%20MONTES%20CLAROS.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

OLENDER, M. **O afeto efetivo**: sobre afetos, movimentos sociais e preservação do

patrimônio. *Revista do Patrimônio*, Brasília, DF, n. 35, p. 321-341, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 240 p.

PALLAMIN, V. M. **Arte urbana**: São Paulo: Região Central (1945-1998): obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

PAULA, H. de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Belo Horizonte: IBGE, 1957.

PAULA, F. L. de. Uma Igreja na Encruzilhada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, Montes Claros, v. 13, p. 36-45, 2014. Disponível em: <https://www.ihgmc.art.br/revista_volume13.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

PEREZ, L. F. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo - por uma antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, M. (Org.). **A festa na vida**: significado e imagens. Petrópolis: Vozes, 2002, v. , p. 15-58.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (PMMC). **180ª edição das Festas de Agosto e 41º Festival Folclórico**: festejos atraíram multidão em Montes Claros. Montes Claros, MG, 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/cultura/180-edicao-das-festas-de-agosto-e-41-festival-folclorico-festejos-atrairam-multidao-em-montes-claros>>. Acesso em: 25 set. 2019.

QUEIROZ, L. R. S. **A música no contexto congadeiro**. ICTUS: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA. Salvador, v. 4, p. 130-139, 2002.

QUEIROZ, L. R. S. Música e Cultura: a Comunicação na Performance Musical do Congado de Montes Claros - MG. *Unimontes Científica*, Montes Claros, MG, v. 5, n. 2, jul-dez 2003. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/165>>. Acesso em: 21 set. 2019.

QUEIROZ, L. R. S. **Performance Musical nos Ternos de Catopês de Montes Claros**. Tese. (Doutorado em Etnomusicologia) – Universidade Federal da Bahia. 100 p. 2005.

RONCAYOLO, M. **La Ville et ses territoires**. Paris: Galimard, 1990. 288 p.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e Temporalidades Urbanas. In: CARLOS, A.; LEMOS, A. **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. Contexto Acadêmica: São Paulo, 2003.

SANTANA, M. C. **Alma e festa de uma cidade**: devoção e construção da Colina do Bonfim. Salvador: EDUFBA, 2009. 252 p. <https://doi.org/10.7476/9788523209421>

SANTOS, F. V. A política de registro das Congadas em Minas Gerais: mobilização, diálogos e descontinuidades em Santo Antônio do Monte/MG. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 242-266, 2016. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/cpc/article/viewFile/119910/122091>>. Acesso em: 29 out. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p242-266>

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERRA, O. J. T. **Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1999.

SOARES, B. R. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado** - imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

SOUSA, P. P. **Os lugares da festa: narrativas de espaço, tempo e etnicidade no Congado mineiro**. Revista Geografias. Belo Horizonte, 2016, v. 13, n. 2. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13424>>. Acesso em: jun 2020.

SOUZA, M. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

TINHORÃO, J. R. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: Editora34, 2000.

TSCHUMI, B. **Event-Cities**. Cambridge: The MIT Press, 1996. 624 p.

VIANNA, H. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], 2005, p. 303-315. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEINSTEIN, M. A indissociabilidade do patrimônio material e imaterial e o transporte no espaço e no tempo dentro de uma perspectiva também etnocenológica. **Anais**, Salvador: ENECULT/UFBA, 2009, 8 p. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19391.pdf>>. Acesso em: 05 out 2020.



Patrimônio Imaterial

Celebrações

Ficha nº. 13 – Festas de Agosto/Catopês

1. Município: Montes Claros	2. Distrito: Sede
3. Designação: Festas de Agosto - Grupos de Catopês	
4. Espaço (Locais onde se realiza, características físicas e arquitetônicas): O cortejo acontece nas ruas do centro da cidade até a Igreja do Rosário, no início da Av. Coronel Prates.	
5. Ornamentação: As ruas ao redor da Igreja do rosário são enfeitadas com fitas. Ao lado do antigo cruzeiro, no início da Av. Coronel Prates, na noite anterior é levantado o mastro do santo da festa do dia seguinte.	
6. Tempo (Data / Periodicidade): Anualmente, sempre no mês de Agosto, entre os dias 15 a 23 (3º semana do mês, de quarta a domingo).	
7. Informações Históricas (origem e/ou motivos): <p>Há mais de 170 anos, Montes Claros celebra, sempre em meados de agosto, uma tradição religiosa que constitui um dos maiores patrimônios da cidade. As festas religiosas católicas de herança ibérica, ao chegar ao Brasil, sofreram grandes transformações ao incorporar práticas da cultura africana e indígena. Esse sincretismo foi incorporado na cultura brasileira, essencialmente multicultural, de maneira bastante significativa e, até hoje, constitui uma expressão de religiosidade popular poderosa e largamente praticada em várias regiões do país. É natural, na dinâmica cultural, que cada região ou localidade que celebra e conserva essa herança, transforme ou acrescente elementos próprios a esses costumes.</p> <p>Em Montes Claros, as festas rendem homenagem a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, respectivamente. Além das práticas puramente religiosas, tais como missas, bênçãos e levantamento de mastros, contam também com as participações dos catopês, das marujadas e dos caboclinhos.</p> <p>De acordo com o historiador Hermes de Paula, a mais antiga notícia sobre o assunto é datada de 23 de maio de 1839, quando “Marcelino Alves pediu licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo que pretendia fazer nesta freguesia”.</p> <p>“Nessa não se especificam as festas, mas, quando se comemorou a coroação de D. Pedro II em 8 de setembro de 1841, depois do cortejo ou passeata com a estígie do imperador, foram permitidos vários divertimentos durante três dias: Catopês, cavalladas, volantins e quaisquer outros divertimentos que não ofendam a moral pública”.</p> <p>As Festas de Agosto de Montes Claros constituem a maior manifestação cultural tradicional e popular do município. As celebrações ocorrem no período de 19 a 23 de agosto. Atualmente, Montes Claros possui seis grupos desse tipo de manifestação: um de Caboclinhos, dois de Marujos e três de Catopês, cada qual com sua especificidade expressiva.</p>	

8. Descrição:

Entre as variações das manifestações afro-brasileiras, os catopês são devotos de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, e apresentam particularidades regionais. Música, instrumentos, vestimenta e canto variam conforme a região, constituindo um grande patrimônio cultural que se manifesta em varias partes do país. No caso de Montes Claros, a tradição é seguida a risca e a descrição feita por Hermes de Paula traz riqueza de detalhes e valor histórico que reproduzimos literalmente:

"É o mesmo zumbi ou congada de outros lugares, tendo, entretanto, características regionais.

Os componentes são, na sua maioria, pretos dóceis e alegres. Agrupam-se 'em ternos', cada terno tem mais ou menos vinte pessoas, entre adultos e crianças, somente homens. Apresentam-se em duas colunas, começando pelos mais altos e seguindo em ordem decrescente pela altura até os menores. O chefe dança e comanda os cantos entre as duas colunas e à frente há também dois portabandeiras à paisana.

A vestimenta uniforme é simples: calça, paletó e camisa: de cor branca ou clara. O calçado não é obrigatório. Na cabeça atam um lenço e sobre este assentam um capacete, espécie de um cilindro oco de papelão nas dimensões da cabeça, aberto dos dois lados e enfeitados com espelhos, aljôfar e fitas de várias cores; essas, que medem mais ou menos um metro de comprimento, têm uma das pontas presas ao capacete e a outra se esvoaça ao sabor dos ventos. O chefe usa um capacete enfeitado de penas de ema, dando-lhe uma distinção especial. Cada um conduz um instrumento – pandeiro, tamborim ou caixa. Uma flauta de bambu dá poesia ao conjunto.

Os dançantes são os 'donos' da festa de agosto, pois eles têm obrigação de organizar e acompanhar o "reinado" – reminiscência das festas de Chico Rei em Ouro Preto – que consta do seguinte:

Anualmente sorteiam-se pessoas da sociedade, quase sempre crianças, que se candidatam previamente, para 'saírem' de rei, rainha, príncipes e princesas; de Nossa Senhora e São Benedito. De Divino não há rei – é imperador.

No dia da festa, logo pela manhã, os catopês saem pelas ruas cantando e pulando no ritmo dos tambores. Inicialmente, vão em casa dos **príncipes** e **princesas** para conduzi-los à casa do rei (ou da rainha conforme ficou combinado o local da festa); aí formam o cortejo: em um quadro formado por quatro bastões de mais ou menos três metros e enfeitados de papel cores, agrupam-se o rei, a rainha, 1º príncipe e 1ª princesa, todos vestidos de acordo com os **títulos**. Pessoas das famílias dos festeiros e grande massa popular e a banda de música acompanham o séquito que se destina à Igreja do Rosário. Os **dançantes** vão à frente, cantando e dançando, distanciando um pouco, mas voltando em seguida para junto dos reis aos quais fazem salamaleques em sinal de respeito... Essa prática se repete várias vezes até a entrada do reinado na igreja, onde assistem à missa e se processa o 'sorteio' para o ano próximo futuro...

Ao sair da Igreja os **dançantes** não dão as costas para o altar. Fazendo sempre salamaleques respeitosos, dançando uma dança mais suave, vão saindo em conjunto, sempre de frente para o altar e cantando:

Deus te salve, Casa Santa
Onde Deus fez a morada
Onde mora o Cálix Bento
E a Hóstia Consagrada – Bis

O chefe canta todos os versos, em seguida os outros cantam os mesmos em dueto. Repetindo muitas vezes.

Novamente formam o cortejo que se destina à casa da festa. A cantiga predileta quando conduzem o "reinado" é a seguinte:

Lá vem o nosso rei
Com a rainha ao pé
E lá mais atrás
Vem o "fio" do Guiné (bis)

O chefe canta e todos repetem os mesmos versos em dueto. Nesse cortejo de volta a igreja vêem-se também os marujos e caboclinhos, que acompanham calados e respeitosamente.

Na casa destinada à festa é servido imediatamente um almoço aos reis e príncipes, pessoas gradas convidadas, aos dançantes, marujos e caboclinhos. E doces em profusão para o povo em geral,

que invade o 'reduto real' sem convites, pois se trata de uma festa popular para qual os festeiros pediram esmolas à toda gente.

Acabada a comilança o povo vai dispersando e os marujos, dançantes e caboclinhos vão dançar em diversas casas de família.

Os dançantes formam uma espécie de dinastia; vêm tradicionalmente passando nas mesmas famílias, dos pais aos filhos e netos. Fazem aqui três ternos; dois de Nossa Senhora do Rosário e um de São Benedito; todos **brincam** os três dias.

As canções são simples, pobres de música e de letra e raramente são renovadas.

De vez em quando surge um mestre mais inteligente e introduz uma modificação ou mesmo uma novidade.

São, pois, conservadores. Começam os "ensaios" desde maio; uma vez por semana, aos sábados à noite, saem com suas caixas e pandeiros, a paisana, cantando as mesmas cantigas... Dessas, a mais antiga é a que foi composta pelo primeiro mestre do terno de São Benedito – Geraldo Leite da Silva – para as festas da coroação de D. Pedro II, em 8-8-1841:

Viva D. Pedro
É D. Pedro I
Ora viva D. Pedro II
Filho de D. Pedro I
(bis)

Anos e anos passaram sem novidades até que apareceu um "mestre" entusiasmado e cantador de verdade – José da Custodinha – que compôs:

Adeus bomba d'água
Onde é que vai chovê?...
Vou chovê na Pirapora
Aonde meu bem não vê

Outros cantos surgiram no decorrer desses cento e dez anos. Este é do mestre Luiz de Geraldo:

Aruê, tingô – gê...
Aruê, tingô já...
A galinha que bota na cama
O tingô... gê, ô tingô – já

Os outros de autores anônimos:

Olê lê vou tirá
Cavaco no pau...
Olê lê vou tira
Cavaco no pau...

Pomba chorou
Pomba chorou
Chorou... chorou
Não mandou me chamá...
Ei! Ei! Não mandou me chamá!

Eu quero vê
Balainho de fulô...
O palácio do rei
Balanciou!...

Ó meu São Benedito
Onde eu vou pará?
Vou pará
No Rosário!...

São Benedito
Como sua casa cheia

É de cravo, é de rosa
É fulo de laranjeira

Chô meu sabiá
Chô meu zabelê,
Toda madrugada
Eu sonho com você
Se você não acredita
Vou sonhar pra você vê.

Vamos s'embora
Ei, vamos s'embora
Ei, ei! Vamos s'embora
Ei, ei! Vamos s'embora

Naturalmente, há muitas outras cantigas que poderão ser descobertas com uma investigação mais profunda. Os dançantes mais conhecidos foram: Mestre Geraldo ou Geraldo Velho, Mestre Sabino, Mestre José da Custodinha, Benedito, Manezini Trapaiado e Melquiades. Os catopês cantam e dançam em casa dos amigos e apreciadores das festas. O mestre canta e os outros repetem em várias vozes". (Hermes Augusto de Paula. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*, 1979 - 2ª edição)

9. Responsáveis pela organização: Atualmente existem na cidade três grupos:

- 1º Grupo de Nossa Senhora do Rosário, chefiado por João Pimenta dos Santos (Mestre Zanza), também Coordenador das Festas de Agosto, com setenta anos de catopê, tendo começado nas festas como "catopê de colo", aos quatro anos de idade, também presidente da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros;
- 2º Grupo de Catopês de Nossa Senhora do Rosário, chefiado por João Batista Farias (João Farias);
- 3º Grupo de Catopês de São Benedito, chefiado por José Expedito Cardoso do Nascimento (Zé Expedito);

10. Recursos:

A festa é toda realizada com recursos dos próprios participantes. A confecção das roupas, instrumentos, adereços, fica sob a responsabilidade do próprio grupo de Catopês. Atualmente a Prefeitura Municipal tem contribuído com recursos repassados para a Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros para a realização da festa contribuindo também com a logística da organização (paralisação do trânsito, divulgação, apoio reinado, ao cortejo etc.)

11. Programa de Atividades:

Os ensaios começam no mês de maio, uma vez na semana. A festa começa na quarta feira a noite, quando os catopês levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageada Nossa Senhora do Rosário. Na quinta feira a noite, levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageado São Benedito. Na sexta feira a noite, levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageado Divino Espírito Santo. No domingo ha uma procissão com todos os ternos.

12. Participantes: Atualmente cada terno possui cerca de sessenta integrantes. São 03 grupos.

13. Público: Toda a cidade participa dos cortejos. A festa é apreciada por todas as gerações.

14. Bens Culturais de natureza material associados:

Instrumentos musicais: a caixa, o tamborim, o rebique, pandeiro, reco-reco e xique-xique.
Mastros e estandartes. Vestimentas e capacetes com fitas coloridas, contas e penas.

15. Transformações ao longo do tempo: Antigamente só homens participavam, agora alguns ternos permitem a participação das mulheres. As vestimentas também estão mais luxuosas.
Não houve modificações relevantes no ritual. Os catopês respeitam a tradição.

16. Problemas Detectados:

- Falta de recursos para confeccionar as roupas e os instrumentos.
- Manter os integrantes do terno ativos. Muitos participantes entram para o grupo ainda criança e quando adolescentes saem do grupo.
- Manter a tradição que é repassada entre os integrantes de forma oral.

17. Registro Proposto: Inscrição no Livro de Registro

18. Documentação Fotográfica:

Fotografias atuais: Clarissa de Oliveira Neves, fotos realizadas em Agosto de 2009.

Arquivo: Em imagem digital, arquivo fotográfico da Jagra Engenharia.



Foto 01: Grupo de catopês prontos para saírem em desfile pelas ruas da cidade.

Data: década de 50. Arquivo Secretária da Cultura.



Foto 02: Porta Estandartes do Terno de Nossa Senhora do Rosário, caracterizada pela cor azul.

Data: Agosto 2009



Foto 03: Porta Estandartes do Terno de São Benetido, caracterizado pela cor rosa.

Data: Agosto 2009

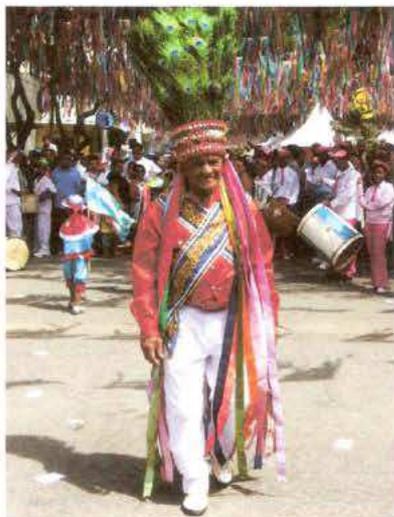


Foto 04: Mestre Zanza, chefe dos catopês
Data: Agosto 2009



Foto 04: Varias gerações dançam juntas pelas ruas da cidade.
Data: Agosto 2009



Foto 05: Os catopês usam capacetes ornamentados com fitas coloridas e penas.
Data: Agosto 2009



Foto 06: O cortejo do reinado de Nossa Senhora do Rosário.
Data: Agosto 2009



Foto 06: Os instrumentos utilizados pelos catopés: a caixa, o tamborim, o rebique.
Data: Agosto 2009

19. Referências Documentais:

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*. Vol. 1. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1979.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia Histórica, Geographica e descriptiva de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707 – 1962*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Coleção Sesquicentenária. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. (reedição)

Outras Referências:

Entrevista realizada com João Pimenta dos Santos (Mestre Zanza) em Novembro de 2009.

20. Informações Complementares:

Tradicionalmente não existem mulheres entre os catopês.

O Padre que atualmente celebra as missas durante as festas de agosto é o Padre João Batista.

21. Ficha Técnica:

Levantamentos realizados de agosto a novembro de 2009.

Elaboração realizada em dezembro de 2009.

Revisão realizada em janeiro de 2010.

Equipe:

Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Jagra Engenharia e Serviços Ltda.

Raquel Veloso Mendonça – Jornalista /Chefe da Divisão de Promoção e Preservação do Patrimônio Cultural.

Clarissa Oliveira Neves – Arquiteta / Coordenadora

Eduardo Neves Engenheiro

Pablo Motta Pires Fernandes – Jornalista / Revisor



Patrimônio Imaterial
Celebrações
Ficha nº. 14 – Festas de Agosto/Marujada

1. Município: Montes Claros	2. Distrito: Sede
3. Designação: Festas de Agosto - Grupos de Marujos	
4. Espaço (Locais onde se realiza, características físicas e arquitetônicas): O cortejo acontece nas ruas do centro da cidade até a Igreja do Rosário, no início da Av. Coronel Prates.	
5. Ornamentação: As ruas ao redor da Igreja do rosário são enfeitadas com fitas. Ao lado do antigo cruzeiro, no início da Av. Coronel Prates, na noite anterior é levantado o mastro do santo da festa do dia seguinte.	
6. Tempo (Data / Periodicidade): Anualmente, sempre no mês de Agosto, entre os dias 15 a 23 (3ª semana do mês, de quarta a domingo).	
7. Informações Históricas (origem e/ou motivos): Há mais de 170 anos, Montes Claros celebra, sempre em meados de agosto, uma tradição religiosa que constitui um dos maiores patrimônios da cidade. As festas religiosas católicas de herança ibérica, ao chegar ao Brasil, sofreram grandes transformações ao incorporar práticas da cultura africana e indígena. Esse sincretismo foi incorporado na cultura brasileira, essencialmente multicultural, de maneira bastante significativa e, até hoje, constitui uma expressão de religiosidade popular poderosa e largamente praticada em várias regiões do país. É natural, na dinâmica cultural, que cada região ou localidade que celebra e conserva essa herança, transforme ou acrescente elementos próprios a esses costumes. Em Montes Claros, as festas rendem homenagem a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, respectivamente. Além das práticas puramente religiosas, tais como missas, bênçãos e levantamento de mastros, contam também com as participações dos catopés, das marujadas e dos caboclinhos. De acordo com o historiador Hermes de Paula, a mais antiga notícia sobre o assunto é datada de 23 de maio de 1839, quando “Marcelino Alves pediu licença para tirar esmolos para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo que pretendia fazer nesta freguesia”. As Festas de Agosto de Montes Claros constituem a maior manifestação cultural tradicional e popular do município. As celebrações ocorrem no período de 19 a 23 de agosto. Atualmente, Montes Claros possui seis grupos desse tipo de manifestação: um de Caboclinhos, dois de Marujos e três de Catopés, cada qual com sua especificidade expressiva. Segundo Augusto Vieira, a península ibérica permaneceu sete séculos sob o domínio dos mouros que professavam o islamismo. Sua reconquista pelos cristãos, no séc. XVI, passou a ser comemorada pelos portugueses e espanhóis. Os portugueses aqui chegaram e trouxeram até nós a tradição folclórica chamada marujada. A marujada nasceu da chegança que era uma dança portuguesa. Nela encenavam-se as duas cheganças, as dos marujos e a dos mouros. Nas ruas travam-se lutas entre cristãos e islâmicos, que terminava com a vitória dos primeiros e a conversão dos últimos, que eram então batizados. Era a vitória do bem sobre o mal.	

8. Descrição:

Uma das manifestações religiosas católicas e com grande influência da cultura afro-brasileiras é a Marujada. A descrição feita pelo historiador Hermes de Paula traz riqueza de detalhes sobre a prática dessa tradição em Montes Claros, que é reproduzida a seguir literalmente:

“Chegança, Chegança dos Mouros, Chegança dos Marujos, Barca, Fandango ou simplesmente Marujada, como é conhecida em Montes Claros, é a teatralização da epopéia da Nau Catarineta, exaltando os feitos dos marinheiros portugueses e dos princípios cristãos da religião católica.

Embora a nossa **Marujada** não apresente todos os autos conhecidos das cheganças, ela possui um cunho regional próprio, que lhe dá personalidade definida.

Suas canções suaves e bem cantadas agradam a todos, principalmente a nós montes-clarenses, que já nos habituamos a ouvi-las todos os anos e sempre com renovado prazer. Aqui ela sai às ruas do mês de agosto, abrilhantando as festas em honra a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo.

Compõe a Marujada de 18 a 24 marujos simples: um patrão, um contramestre, um piloto e um calafatinho, além dos guardas.

Saem cantando e dançando, em formação militar, constituindo duas colunas, com pandeiros e violas. A roupagem não se assemelha em nada com marinheiros de verdade – calças compridas com babados de renda; uma blusa enfeitada de aljôfar e rendas; chapéu branco com fita da mesma cor da roupa e aba ‘quebrada’ na testa. Metade dos marujos se veste de cetim vermelho e a outra metade de azul.

As figuras, isto é, **patrão**, **contramestre** e o **piloto** não usam a blusa colorida, vestem um fraque preto ou paletó azul ou preto, com dragonas, tendo as calças curtas cobrindo os joelhos e meias compridas. Os dois primeiros trazem velhas espadas e o piloto conduz um cetro. Todos usam máscaras de arame, nas quais se pitam olhos, sobrancelhas, bigode etc.

O **calafatinho** é representado por um menino de 10 a 12 anos, vestido de cetim azul enfeitado: não usa máscara. Os guardas são em número de dois e se vestem semelhante a soldados de polícia, mas usam máscaras e espadas. Esses guardas não são marujos propriamente e têm por finalidade manter os assistentes a uma certa distância para não perturbarem a boa ordem das representações.

Se tivéssemos em Montes Claros navegação marítima ou fluvial, naturalmente que os marujos, conduzidos pela ‘Nau Catarineta’ desembarcariam no porto. Como o nosso Rio Vieira não dá nem para pequenas canoas, a coisa se passa diferentemente, mas demonstrando sempre que são marinheiros. Assim é que tomam a ‘Barca’ na casa onde se reuniram para se vestir e vão **desembarcar** no porto, que é à porta da igreja do Rosário.

A ‘Barca’ montesclarensense é constituída de quatro paredes de mais ou menos 2 metros de altura armadas de madeira e envolvidas com um tecido de cor, barato: formando uma espécie de sala, mas sem teto e nem piso, tendo ainda quatro rodas de madeira, uma em cada ângulo.

Dentro da ‘barca’ os marujos pisam no chão firme, caminhando naturalmente e os guardas empurram a armação frágil até a igreja do Rosário, ficando assim a Marujada protegida da curiosidade pública até o ‘desembarque’. Durante o trajeto os marujos cantam:

OS DOZE PARES:

Ah! são chegados os doze pares – bis
Lá da parte do oriente
Vem dando graças ao Divino
Um senhor tão soberano – Bis

A BARCA NOVA:

Vamos ver a barca nova – bis
Ai! Que do céu cai no mar – bis
Nossa Senhora vai dentro
E os anjinhos a remar.

Ao chegar ao porto, no nosso caso a igreja do Rosário, o Patrão “desembarca” e é interpelado pelo Capitão-de-Mar-e-Gerra (Capitão do Porto) impaciente, em um palanque e empunhando um

óculo de alcance (um canudo e papel):

Grande sultão, monarca Augusto
Lá de mata do Tameirão
Que marcha de peito a peito
E de face a face
Quero saber o que significa
Marujos na praça com instrumento não mão!

O patrão responde:

— Sou eu, o patrão da marujada
Que venho louvar a Virgem
Do Rosário hoje e para sempre.

E dirigindo-se aos marujos:

— Remos à forra

Os marujos respondem:

— Boa viagem...

O patrão canta:

— viemos do mar, saltamos em terra
A Virgem Senhora viemos louvar

Os marujos respondem:

— oh!... viemos louvar!... Bis

O patrão canta:

— Gente que terra é essa – bis
Terra de grande alegria
Oi, terra de grande alegria

Respondem os marujos:

— É o Campo do Rosário
Que festejamos este dia – bis

Daí em diante cantam uma variedade de canções. O patrão canta primeiro e os marujos repetem.

GENTE QUE VEM DE LISBOA:

Gente que vem de Lisboa – bis
Gente que vem pelo mar
Laço de fita de seda
Na ponta da vela
Meu pombo real – Bis

ZÃO... ZÃO... ZÃO:

Zão... Zão... Zão...
Lá no meio do mar... - Bis
É o vento que nos atrasa
É o vento que nos atrapalha
Para no porto chegar!...
Zão... Zão... Zão...
Tomara, tomara
O meu porto chegar – Bis
Que eu já não posso
Não posso, não posso
Mais trabalhar!... - Bis

VIEMOS:

Vemos, vemos, vemos
Oh! Vemos com muita alegria - Bis
Porque vemos louvar
A Virgem Maria - Bis
Vemos, vemos, vemos
Oh! Vemos todos meus irmãos - Bis

Porque viemos louvar
O Divino Espírito Santo – Bis

MOÇA MINEIRA

Moça mineira, ei...
Chega na janela - Bis
Venha ver marujo
Que lá vai pra guerra - Bis
Deixa ele ir, ei...
Passe para dentro - Bis
Sangue do meu peito
Servirá de unguento - Bis

Assistem à missa, acompanham silenciosamente o ‘reinado’ e, depois de almoçarem, saem para dançar e cantar em casas de famílias. Cantam algumas dessas canções já referidas e outras mais. Entretanto, dança mais apreciada, sendo mesmo ponto alto da marujada é a **Resinga ou Morte do Patrão** – que nada mais é uma representação de uma revolta a bordo da ‘Nau Catarineta’. O navio está sem rumo e a bússola perdida (agulha de marear). O Piloto e o Patrão acusam o Contramestre; este responsabiliza o Patrão e instiga os marujos à revolta. O Calafatinho aponta cinco dos culpados entre eles o Contramestre à uma discussão entre o Patrão e Contramestre, acabando com um duelo de espadas no qual o Patrão é mortalmente ferido

Quando se preparam para jogar o cadáver no mar, conforme tradição dos marinheiros, chega o Piloto e cobre o corpo inerte do Patrão com a bandeira do Divino Espírito Santo. Nesse momento se dá um milagre: o Patrão ressuscita com alegria geral de todos, inclusive do Contra-Mestre.

Vejamos como se passa o episódio:

Numa grande sala ou terreiro formam-se em duas colunas, tocam as violas, padeiros e dançam.

Ó de lá da proa, vem mestre Piloto – bis
Leva o pano arriba
Que o vento é muito
É estamos perdidos... - Bis

Todos os marujos repetem a quadra em coro.

O Piloto canta, apontando para o Contra-Mestre
Senhor Patrão
Prende este homem - Bis

Oh! Que este homem
É um, valentão – Bis

Os marujos repetem em coro:

É um valentão

O patrão responde cantando:

A minha espada
E também o seu facão
Para matar
Este valentão...

Os marujos repetem em coro:

Canta agora o Contra-Mestre, dirigindo-se aos marujos:

Fogo! Mais fogo!
Mais fogo de arrasar – Bis
Temos pólvora, chumbo e bala
Nós havemos de guerrear...

Os marujos fazem coro repetindo:

Temos pólvora, chumbo e bala
Nós havemos de guerrear...

O Patrão adverte os marujos:

Soldado não manda fogo
Sem o Capitão mandar
Quando o Capitão mandar
Rompe fogo de arrasar!...

Os marujos já ao lado do Contra-Mestre cantam:
Fogo mais fogo
Mais fogo de arrasar – Bis
Temos pólvora, chumbo e bala
Nós havemos de guerrear – Bis

O Patrão invoca a testemunha do calafatinho:
Atende, calafatinho
Venha contar a verdade
Oh! Venha contar a verdade!...

Responde o calafatinho:
Oh! Meu Mestre Senhor Patrão
Muita coisa vou lhe contar:
– Tem certos marujos
Queremos lhe matar!...

O Patrão:
Eu não duvido
Que tal coisa acontecesse... – Bis
Eu com minha espada
Sei me defender!... – Bis

O Patrão pega o calafatinho pelo braço e vai conduzindo-o diante dos marujos, pra lá, pra cá:
enquanto o calafatinho vai denunciando os revoltosos, aponta para um e canta:
– Primeiro foi este...

Os marujos respondem em coro:
– É mentira, tal coisa não há...

O calafatinho aponta para o outro:
Segundo foi este...

Os Marujos respondem:
– É mentira, tal coisa não há...

O calafatinho não se perturba e aponta outro:
– Terceiro foi este...

E o coro dos marujos:
– É mentira, tal coisa não há...

O calafatinho aponta outro:
– o quarto foi esse...

E a resposta dos marujos é a mesma:
– É mentira, tal coisa não há...

Por fim o calafatinho acusa o Contra-Mestre:
– O quinto foi seu Contra-Mestre, senhor patrão!...

Os marujos se defendem:
– É mentira, tal coisa não há...

Conhecendo a verdade, o Patrão dirige-se ao Contra-Mestre:
– Senhor Contra-Mestre
Qual era o seu sentido? – Bis
– Tomar conta da barca
E navegar destemido

Os marujos amotinados acusam o Patrão em coro:
Foi ele mesmo
Ele mesmo foi a causa
De, há três dias,
O navio estar parado – Bis

O Contra-Mestre tenta se justificar:

– Senhor Patrão,
Como vamos navegar?
Pois não temos rota
Sem agulha de marear! – Bis

Os marujos insistem acusando o Patrão:
– Foi ele mesmo,
Ele mesmo foi a causa
De, há três dias,
O navio estar parado... – Bis

O Patrão replica ao Contra-Mestre:
Atrevido Contra-Mestre
Não me venha ressoar!
Pois você bem sabe
Da agulha de marear – Bis

O coro dos marujos continua acusando o Patrão:
– Foi ele mesmo
Ele mesmo foi a causa
De, há três dias,
O navio estar parado... – Bis

Com o apoio da marujada, o Contra-Mestre desafia o Patrão:
– Senhor Patrão
Não me venha arreliar, ah! ah! ah!...
Eu com minha espada
Posso te matar – Bis

Dá-se então o duelo de espadas entre o Patrão e o Contra-Mestre; enquanto lutam, os marujos “torcem” cantando:
– O Patrão leva o ferro
– Não leva!...
– Oh! que leva...
– Não leva...

Várias vezes.

Nisso, o Patrão tomba morto. O Contra-Mestre canta entusiasmado:
– O Patrão morreu
Nós joguemo no mar!...
O dinheiro dele
É para nós chulá...

Repetem essa cantiga umas quatro a seis vezes, porém com ligeira modificação na música e na entoação, uma vez sim, outra vez não.

Depois, com que arrependidos, lamentam:
– O Patrão morreu, ah!
Nosso Patrão, ah!

Nesse momento chega o Piloto e pergunta ao calafatinho:
– Calafatinho, o que houve por aqui?

Este responde:
– Foi o Contra-Mestre que matou nosso Patrão. Que havemos de fazer?

O Piloto, resolutos:
– Vamos cobri-lo com a bandeira do Divino, que é muito milagrosa...

Cobrem-no com a bandeira e os marujos lamentam:
Patrão morreu, ah!
Nosso Patrão, ah!...

Imediatamente o Patrão ressuscita, como se nada houvesse acontecido.
E declama entusiasmado:
Olha o fogo em terra
Olha o fogo no mar
Louva a língua...

<p>Louva a língua, louva a língua, louva a língua Esta língua que tanto merece!... Batalhando meu comando, na cadência! Oh! Lira! Oh! Vigor! Somos marujos... – Guerreiros (Marujos respondem)</p> <p>Somos chibantes... – Bom gosto (Marujos em coro) Faça gosto em si: – Bom gageiro. (Marujos em coro) O Piloto canta radiante: – Isso mesmo é que queremos Que nosso Patrão é belo Toma conta do gageiro Ele mesmo é bom pra nós.</p> <p>Os marujos repetem a mesma quadra. O Piloto canta mais uma vez, seguindo dos marujos. E o patrão declama novamente o “Louva Língua” e no fim fala: Ai! Ui! Os marujos respondem: É mesmo Está terminada a resinga. (Hermes Augusto de Paula. <i>Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes</i>, 1979 - 2ª edição)</p>
<p>9. Responsáveis pela organização: Atualmente existem na cidade dois grupos de Marujos: -1ª Marujada de Montes Claros, chefiada pelo Mestre Tim, filho de José Calixto da Cruz (Nenzinho), falecido; - 2ª Marujada, chefiada pelo Mestre Miguel Pereira (Miguel Marujo);</p>
<p>10. Recursos: A festa é toda realizada com recursos dos próprios participantes. A confecção das roupas, instrumentos, adereços, fica sob a responsabilidade do próprio grupo de Marujos. Atualmente a Prefeitura Municipal tem contribuído com recursos repassados para a Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros para a realização da festa contribuindo também com a logística da organização (paralisação do trânsito, divulgação, apoio reinado, ao cortejo etc.)</p>
<p>11. Programa de Atividades: Os ensaios começam no mês de maio, uma vez na semana. A festa começa na quarta feira a noite, quando os catopês levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageada Nossa Senhora do Rosário. Na quinta feira a noite, levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageado São Benedito. Na sexta feira a noite, levantam o mastro da festa do dia seguinte: homenageado Divino Espírito Santo. No domingo ha uma procissão com todos os ternos.</p>
<p>12. Participantes: Atualmente cada grupo possui cerca de cinquenta integrantes. São 02 grupos.</p>
<p>13. Público: Toda a cidade participa dos cortejos. A festa é apreciada por todas as gerações.</p>
<p>14. Bens Culturais de natureza material associados: Instrumentos musicais: violão, viola, pandeiro e cavaquinho. Mastros e bandeiras. Vestimentas e chapéus. Espadas e um cetro. Máscaras de arame.</p>
<p>15. Transformações ao longo do tempo: Um dos grupos (mestre Miguel) alterou a roupa dos marujos para calça e blusa branca com detalhes vermelhos ou azuis (igual a de marujos de verdade) . Atualmente não se representa mais a barca.</p>
<p>16. Problemas Detectados: - Falta de recursos para confeccionar as roupas e os instrumentos. - Manter os integrantes do terno ativos. - Manter a tradição que é repassada entre os integrantes de forma oral. - Falta de transporte para buscar os integrantes (muitos moram longe) nos dias das festas.</p>
<p>17. Registro Proposto: Inscrição no Livro de Registro</p>

18. Documentação Fotográfica:

Fotografias atuais: Clarissa de Oliveira Neves, fotos realizadas em Agosto de 2009.
Arquivo: Em imagem digital, arquivo fotográfico da Jagra Engenharia.



Foto 01: Grupo de marujo na lateral da antiga Igreja do Rosário, demolida na década de 50.

Data: década de 50. Arquivo Secretária da Cultura.



Foto 02: Dois dos personagens principais da marujada: o piloto e o calafatinho.

Data: Agosto de 2009



Foto 03: Desfile de marujos pelas ruas da cidade.

Data: Agosto de 2009



Foto 04: Durante a missa os marujos cantam e dançam.

Data: Agosto de 2009



Foto 05: Mestre Miguel Marujo.

Data: Agosto de 2009



Foto 06: A roupa colorida segue a tradição.

Data: Agosto de 2009



Foto 06: Porta bandeira do grupo de nossa Senhora do Rosário, caracterizado pela cor azul.

Data: Agosto de 2009

19. Referências Documentais:

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*. Vol. 1. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1979.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia Histórica, Geographica e descriptiva de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707 – 1962*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Coleção Sesquicentenária. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. (reedição)

Outras Referências:

Entrevista realizada com Mestre Miguel Pereira (Miguel Marujo) em Novembro de 2009.

20. Informações Complementares: Não existem mulheres entre os marujos.
O Padre que atualmente celebra as missas é o Padre João Batista.

21. Ficha Técnica:

Levantamentos realizados de agosto a novembro de 2009.

Elaboração realizada em dezembro de 2009.

Revisão realizada em janeiro de 2010.

Equipe:

Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Jagra Engenharia e Serviços Ltda.

Raquel Veloso Mendonça – Jornalista /Chefe da Divisão de Promoção e Preservação do Patrimônio Cultural.

Clarissa Oliveira Neves – Arquiteta / Coordenadora

Eduardo Neves – Engenheiro

Pablo Motta Pires Fernandes – Jornalista / Revisor

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
---	---	---

Patrimônio Imaterial

Celebrações

Ficha nº. 14 – Festas de Agosto/Caboclinhos

1. Município: Montes Claros	2. Distrito: Sede
3. Designação: Festas de Agosto - Grupos de Caboclinhos	
4. Espaço (Locais onde se realiza, características físicas e arquitetônicas): O cortejo acontece nas ruas do centro da cidade até a Igreja do Rosário, no início da Av. Coronel Prates.	
5. Ornamentação: As ruas ao redor da Igreja do rosário são enfeitadas com fitas. Ao lado do antigo cruzeiro, no início da Av. Coronel Prates, na noite anterior é levantado o mastro do santo da festa do dia seguinte.	
6. Tempo (Data / Periodicidade): Anualmente, sempre no mês de Agosto, entre os dias 15 a 23 (3º semana do mês, de quarta a domingo).	
7. Informações Históricas (origem e/ou motivos): <p>Há mais de 170 anos, Montes Claros celebra, sempre em meados de agosto, uma tradição religiosa que constitui um dos maiores patrimônios da cidade. As festas religiosas católicas de herança ibérica, ao chegar ao Brasil, sofreram grandes transformações ao incorporar práticas da cultura africana e indígena. Esse sincretismo foi incorporado na cultura brasileira, essencialmente multicultural, de maneira bastante significativa e, até hoje, constitui uma expressão de religiosidade popular poderosa e largamente praticada em várias regiões do país. É natural, na dinâmica cultural, que cada região ou localidade que celebra e conserva essa herança, transforme ou acrescente elementos próprios a esses costumes.</p> <p>Em Montes Claros, as festas rendem homenagem a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo, respectivamente. Além das práticas puramente religiosas, tais como missas, bênçãos e levantamento de mastros, contam também com as participações dos catopés, das marujadas e dos caboclinhos.</p> <p>De acordo com o historiador Hermes de Paula, a mais antiga notícia sobre o assunto é datada de 23 de maio de 1839, quando “Marcelino Alves pediu licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo que pretendia fazer nesta freguesia”.</p> <p>As Festas de Agosto de Montes Claros constituem a maior manifestação cultural tradicional e popular do município. As celebrações ocorrem no período de 19 a 23 de agosto. Atualmente, Montes Claros possui seis grupos desse tipo de manifestação: um de Caboclinhos, dois de Marujos e três de Catopés, cada qual com sua especificidade expressiva.</p>	

8. Descrição:

“Trata-se de uma folgança de reminiscência indígena. Aqui em Montes Claros, faz parte dos festejos de agosto, mas não se prende diretamente à festa; assistem à missa, acompanham o ‘reinado’ silenciosos. Dançam e cantam nas ruas e em casa de famílias.

Os caboclinhos são constituídos de dez a quinze pares de crianças de 7 a 10 anos mais ou menos, vestidos de saíotes vermelhos, enfeitados de plumas, com o busto nu e pintado de urucum e outras tintas; conduzem arcos e flechas; têm a cabeça guarnecida por capacete de penas. Além desses indiozinhos ou caboclinhos, o grupo se compõe de uma **figura** infantil, o caciquinho, seis **figuras** adultas (a Cacicona, o Cacicão, Papai-Vovô, Mamãe-vovó, Pantalão e Capitão Campó) dois portas-bandeiras e os músicos.

As figuras adultas usam roupas vermelhas enfeitadas de penas, máscaras de arame, muitos balangandãs sem a menor semelhança com trajes indígenas: ao contrário, usam excesso de roupas. As duas figuras de mulher – a Cacicona e a Mamãe-Vovó – são homens com roupas femininas. A Mamãe-Vovó e o Papai-Vovô são cômicos. A Cacicona é quem dirige o grupo, mas não fala diretamente com nenhum; suas ordens são transmitidas através do caciquinho.

Os porta-bandeiras e os músicos (uma rebeca e dois violões) não são **indígenas** usam trajes comuns de passeio com um outro enfeite berrante.

Nas ruas nunca andam à vontade, mas sempre dançando ao ritmo monótono de uma chula conhecido pelo nome de ‘Meia-Noite’, repetidíssimo, cuja letra é a seguinte, embora eles não a cantem, apenas executem a música e dançam:

Meia-noite, meia-noite, meia-noite, sinhá
Meia-noite, meia-noite, meia-noite, sinhá

Nas casas de família dançam, cantam, recitam e representam alguns atos.

As cantigas são simples e possuem poucas músicas. Assim que entram em uma casa cantam:

Sou caboco, caboquinho
E não brinco com ninguém
Quando eu pego na minha flecha
Flecho-flecho muito bem

Meus sinhores, não repare
Os caboco de ancê
Porque ainda nada sabe
E é tempo d’aprendê.

Quando eu vim da minha terra
Trouxe fama de ladrão
Uma moça na garupa
E uma véia no cambão.
Gente véia quando morre
Não se enterra no sagrado
Os negrinhos estão dizendo
Joga o véio no cerrado.

Além das cantigas, as figuras recitam, fazendo auto-apresentação. Começa com a Cacicona:

Eu sou sereia, pesco peixe
No mar tenho grande fama
Debaixo dos meus pés verão
A mais delicada dama

O caciquinho se apresenta:

Sou cacique, caciquinho
Senhor lá da mataria
Entre arcos e entre flechas
Tenho muita fidalguia.

Acabado esse, entra o Cacicão:

Dentro do meu peito tenho

Uma fita com três laço
Aceitem lembrança minha
Um suspiro e dois abraço.

Um suspiro e dois abraço
Quem te manda sou eu
Quero de perguntar
Se de mim já se esqueceu

Se de mim já se esqueceu
Não tenho nada a sentir
Porque lá deve achar
Amor com que divertir.

Chegou a vez do Pantalão:

Eu como Pantalão que sou
Governo esta toda harmonia
Até o véio papai-vovô
Segue a minha harmonia
Se alguém souber
Que faltasse com obediência
Perco e perco
A paciência
Dê-me o castigo feroz
De ser rasgado e degolado.

Capitão Campó:

Domingo estava sonhando
Quando levantou-se a guerra do maquiné
Ao tamanho estrondo que deu
A galha do pau quebrou
Ai de mim, que dor!...

A Caciconá pergunta:

— Que que tem seu Capitão Campo?

E responde:

— Foi o caboco, Zé de Freitas
Que me deu uma flechada.
Ao lado do peito esquerdo
A vida dele será falada
Minha morte será estimada
Abalei o pé da roseira
E não pude arrancar
Quem não tem bem de fortuna
Glória não pode alcançar.

Papai-vovô:

Eu sou papai-vovô
De arco e flecha composto
E tão bonito eu sou
Todos olham para mim
O bravo vivo, mandioca puba
É cará-gerimum
E o grande surucucu-assu
Pra nós comer uma panelada
Racho os meus pés
Quanto sapo
Pedaço de pano, toalha e trapo.

E por último, Mamãe-vovô:

Do magiricão tirei a folha
Da folha fiz o escuro
Dentro do peito da Caciconna
Tem a minha sepultura

Além das danças simples apresentam duas outras danças mais difíceis e que necessitam um ensaio demorado: “**A trança do cipó**” e “**A dança do mastro**”.

A primeira é composta de quatro atos independentes: Arapuça, Quejeme, Tango e Banguê.

Utilizam nessas danças pequenos pedaços de cipó e em número igual ao dos caboclinhos. As figuras adultas não fazem parte da dança propriamente.

Arapuca – Os caboclinhos formam como para brinquedo de roda, mas em vez de se darem as mãos, seguram, dois a dois, nas extremidades de um cipó e em número igual ao dos caboclinhos.

A ordem (Rep!...) da Caciconna, iniciam a dança, traçando o cipó dando no final a forma de arapuça, na qual se prende o Caciquinho.

Quejeme – (casa, rancho) – Nesse ato depois da dança, fica **formado** um corredor, cujos dois lados são constituídos pelos caboclinhos e o teto pela ‘Trança do cipó’.

– Caciquinho, fala com Papai-vovô para dar um passeio no quejeme que mandei fazer para ele; é forte.

Caciquinho – Papai-vovô!... A Caciconna mandou te convidar para entrar no quejeme que ele mandou fazer pro senhor.

O Papai-vovô mexe, vira, faz uma graçola, dá umas piadas e se mostra receoso de atravessar o corredor.

A Caciconna ordena:

– Caciquinho, fala com Mamãe-vovó para entrar no quejeme com Papai-vovô. O Caciquinho dá o recado. Após muitas ‘piruadas’ os dois velhos entram no corredor vagarosamente, com muito receio.

Os caboclinhos cantam:

Lá evém Papai-vovô – bis
Lá da mata do Pessanha – bis
Viemos comendo cobra – bis
Bebendo ovos de aranha – bis

Nisso a ‘trança do cipó’ despenca em cima dos velhos, mas Papai-vovô salta de lado, deixando a Mamãe-vovó presa. Isso é motivo de muita troça, muita piada e os caboclinhos cantam na música de ‘Lá vem Papai-vovô’;

Quem matou papai-vovô – bis
Foi um grande matador – bis
Quem matou mamãe-vovó – bis
Foi a trança do cipó – bis

Repetem muitas vezes isso e terminam o ato soltando Mamãe-vovó.

No intervalo entre duas quadras tocam e dançam o chula do ‘Tango’, mas não o cantam:

Pipoca
Amendoim torrado
Casei com uma véia
Fiquei logrado - Bis

Se eu tivesse
Com a barba de bode
Eu ia no barbeiro
Fazer o bigode... - Bis

Se eu tivesse
Com fome de cachorro
Eu pegava uma veia
E dizia que morro... - Bis

Se eu soubesse
Que vinha de lá
Biscoito de doce
Docinho de araquá. - Bis

Bangüê – O bangüê consiste em formar uma cruz com os cipós trançados. Essa cruz fica em posição horizontal a meio metro de altura mais ou menos, nela se deita o caciquinho como se tratasse de uma padiola e, carregando-o, os caboclinhos dançam o chula já referido.

A Dança do Mastro ou Trança da Fita – Essa dança muito apreciada é executada por dez caboclinhos em redor de um mastro de três metros de altura. Esse mastro de madeira leve e enfeitado com tintas e papel de seda colorido, é portátil e tem uma base de apoio amplo para sustentação. Da extremidade superior do mastro partem dez cadarços ou fitas de cores diferentes, destinadas a cada um dos caboclinhos que vão dançar. Ao ritmo de uma cantiga vão dançando, cantando e trançando os cadarços ou fitas até cobrir todo o mastro com a **trança**, quando invertem o sentido da dança e destrançam.

As cantigas usadas são diversas. Eis uma delas:

Ao romper do dia
Ao romper da aurora - Bis

Viva o Divino
E nossa Senhora – Bis

Essa quadra serve de coro e vão pondo versos...

Para se despedirem cantam uma ou outra das cantigas seguintes:

Vamos dar a despedida – bis
Como faz o papagaio – bis
Vai voando e vai dizendo – bis
Que ama passa trabaio – bis

Em cima daquela serra – bis
Tem um tucano avuano – bis
Meus senhores e minhas senhoras – bis
Ora, adeus até p'ro ano – bis

Cantados ainda na música de “Lá evém o Papai-vovô”

A outra canção de despedida, cantando coro por todos, e os versos improvisados pela Caciona, que os oferece ao dono da casa:

Adeus, adeus
Não chores, não
Para o ano eu voltarei
Pra cumprir nova tenção.

As flechas do caboclinho não são atiradas, são bem mais grossas na extremidade próxima do arco, dando, ao encontrar com essa, um barulho que é utilizado para marcar o compasso das danças. (Hermes Augusto de Paula. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*, 1979 - 2ª edição)

9. Responsáveis pela organização:

Atualmente existe na cidade um grupo de Caboclinhos:

- Caboclinhos ou Caboclada, chefiados pela Caciona Socorro, filha de Joaquim Pereira da Silva, o Joaquim Poló (falecido).

10. Recursos:

A festa é toda realizada com recursos dos próprios participantes. A confecção das roupas, instrumentos, adereços, fica sob a responsabilidade do próprio grupo de Caboclinhos. Atualmente a Prefeitura Municipal tem contribuído com recursos repassados para a Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros para a realização da festa contribuindo também com a logística da organização (paralisação do trânsito, divulgação, apoio reinado, ao cortejo etc.)

11. Programa de Atividades:

Os ensaios começam no mês de maio, uma vez na semana. Os caboclinhos acompanham as festas de agosto mas não dançam durante a missa nem levantam os mastros a noite. Durante todo o ano eles apresentam as principais danças, a trança da fita ou a dança do cipó, em escolas.

12. Participantes: Atualmente o grupo possui cerca de sessenta integrantes. (crianças e adolescentes)

13. Público: Toda a cidade participa dos cortejos. A festa é apreciada por todas as gerações.

14. Bens Culturais de natureza material associados:

Instrumentos musicais: violão, viola, rebeca e cavaquinho.

Bandeiras. Vestimentas e flexas,

15. Transformações ao longo do tempo:

Antigamente só meninos participavam mas atualmente a maioria são meninas.

As vestimentas estão mais simples.

Devido a morte do Joaquim Poló, o Cacicão, sua filha Socorro assumiu a liderança do grupo, como cacicona.

16. Problemas Detectados:

- Falta de recursos para confeccionar as roupas e os instrumentos.
- Dificuldades de encontrar meninos que queiram participar do grupo.
- Manter a tradição que é repassada entre os integrantes de forma oral.
- Falta de transporte para buscar os integrantes (muitos moram longe) nos dias das festas.

17. Registro Proposto: Inscrição no Livro de Registro

18. Documentação Fotográfica:

Fotografias atuais: Clarissa de Oliveira Neves, fotos realizadas em Agosto de 2009.

Arquivo: Em imagem digital, arquivo fotográfico da Jagra Engenharia.

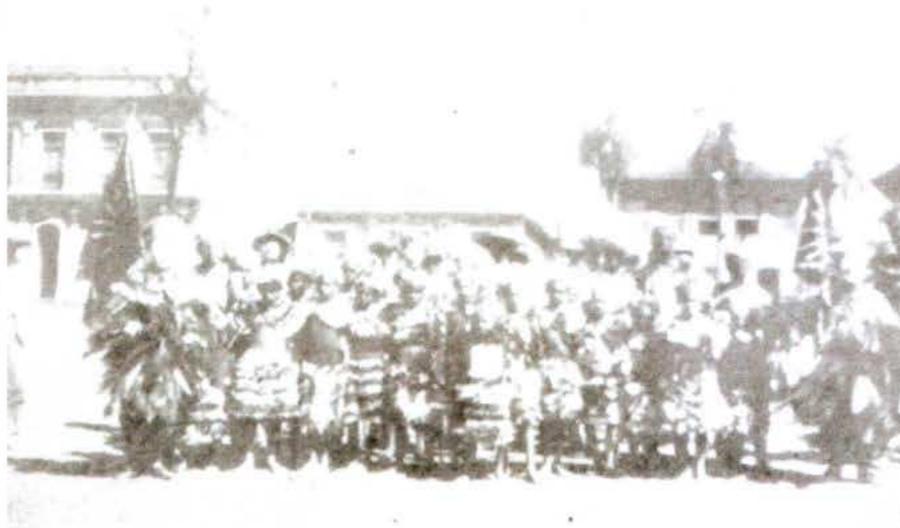


Foto 01: Grupo de caboclinhos na praça da Matriz

Data: década de 40. Arquivo Secretária da Cultura.



Foto 02: Grupo de marujos dançando pelas ruas da cidade.
Data: Agosto de 2009



Foto 03: Atualmente a maioria dos participantes são mulheres (adolescentes).
Data: Agosto de 2009

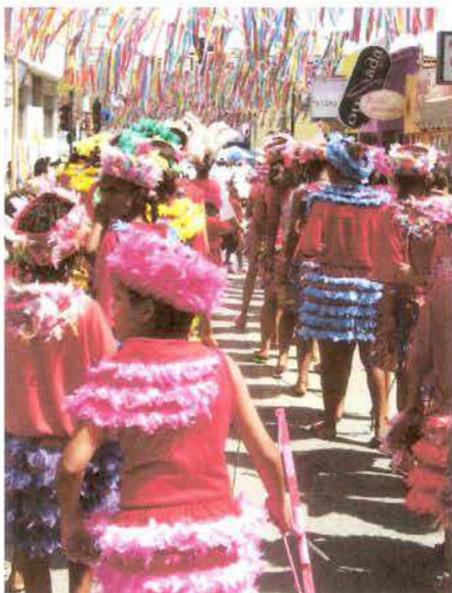


Foto 04: A roupa com penas coloridas e a flexa seguem a tradição.

Data: Agosto de 2009

19. Referências Documentais:

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*. Vol. 1. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1979.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia Histórica, Geographica e descriptiva de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707 – 1962*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Coleção Sesquicentenária. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. (reedição)

Outras Referências:

Entrevista realizada com Socorro Pereira Domingos (Caciconá) em Novembro de 2009.

20. Informações Complementares: Não há.**21. Ficha Técnica:**

Levantamentos realizados de agosto a novembro de 2009.

Elaboração realizada em dezembro de 2009.

Revisão realizada em janeiro de 2010.

Equipe:

Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Jagra Engenharia e Serviços Ltda.

Raquel Veloso Mendonça – Jornalista /Chefe da Divisão de Promoção e Preservação do Patrimônio Cultural.

Clarissa Oliveira Neves – Arquiteta / Coordenadora

Eduardo Neves – Engenheiro

Pablo Motta Pires Fernandes – Jornalista / Revisor



LÁ NO CEU TEM UM CASTELO

ATIVIDADES INTEGRADAS

ATERIA • ARTE E ARTESANATO
 CASA DE CULTURA MÃRICA PRATES
 EMPÓRIO RURAL • AGRICULTURA FAMILIAR
 FEIRINHA DA PRAÇA DA MATRIZ — ARTE E ARTESANATO
 OFICINAS DE TAMBOR — CLAUDIO MINEIRO
 OFICINAS DE TAMBOR — TICO LOPES

ESPAÇOS INTEGRADOS

SOLAR DOS SERGÊOS • PRAÇA DOUTOR CHAVES
 CASA DE CULTURA MÃRICA PRATES • RUA LIRIO BRANT N 310, MEIO.
 MUSEU REGIONAL DO NORTE DE MINAS • CORREDOR CULTURAL
 CASA DE AUGUSTA • CORREDOR CULTURAL

CIRCUITO GASTRONÔMICO — COMIDAS TÍPICAS



PREFEITURA MONTES CLAROS

180ª FESTAS DE AGOSTO

41º FESTIVAL FOLCLÓRICO DE MONTES CLAROS

PROGRAMAÇÃO

14 A 18 DE AGOSTO - 2019

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MONTES CLAROS

PATROCÍNIO

seara **Filipi**

Lelecia **COMTUR**

APOIO

DOBAI **HOTEL RESTAURANTE CENTRAL**

INTERCITY HOTELS

AMSTERDAM APART-HOTEL **POLÍCIA MILITAR**

AGRADECIMENTOS

1º BPM — BANDA DE MÚSICA, 10º E 50º BPM • COMANDO REGIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS • 7º BATALHÃO DE INVENTÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO • JUIZADO E PROMOTORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE • CJSRUM • SAMU • COPASA

AGRADECEMOS A TODAS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS QUE SE ENVOLVERAM DIRETA E INDIETAMENTE NA REALIZAÇÃO DA 180ª EDIÇÃO DAS FESTAS DE AGOSTO E DA 41ª EDIÇÃO DO FESTIVAL FOLCLÓRICO.

NOSSA TERRA E NOSSA GENTE, MERECEM.

MOC É O LUGAR

FESTAS DE AGOSTO 2019

QUARTA-FEIRA

DIA 14 DE AGOSTO

18H30 — ABERTURA OFICIAL DAS FESTAS DE AGOSTO 2019

19H00 — ABERTURA DA EXPOSIÇÃO YARA TUPYNAMBA

CENTRO CULTURAL HERMES DE PAULA

MASTRO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

MORDOMO: EDNEY E FAMILIA ALVES DOS SANTOS

19H00 — SAÍDA: AV. CULA MANGABEIRA, 408, VILA SANTA MARIA

21H00 — LEVANTAMENTO DO MASTRO: PRAÇA PORTUGAL

QUINTA-FEIRA

DIA 15 DE AGOSTO

10H00 — REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

CORTEJO: SAÍDA DO AUTOMÓVEL CLUBE — PRAÇA DR.

JOÃO ALVES ATÉ A IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO.

FESTEIRO: SÔNIA RODRIGUES CRUZ

REI: BERNARDO PEREIRA RODRIGUES NASCIMENTO

PAIS: NILO RODRIGUES NASCIMENTO DE JESUS

PATRICIA PEREIRA-BATISTA DOS REIS

RAINHA: AMÉRICA VIEIRA ELEUTÉRIO

PAIS: LEONARDO MAIA ELEUTÉRIO

RENATA CRUZ VIEIRA ELEUTÉRIO

MASTRO DE SÃO BENEDITO

MORDOMOS: ARLON BRAZ E ELI OLIVEIRA

19H00 — SAÍDA: RUA HUMAITÁ, 176, MORRINHOS (ASSOCIAÇÃO DE

CATOPÉS, MARIUJOS E CABOCLINHOS) ATÉ IGREJA DO

ROSÁRIO.

21H00 — LEVANTAMENTO DO MASTRO: PRAÇA PORTUGAL

SEXTA-FEIRA

DIA 16 DE AGOSTO

10H00 — REINADO DE SÃO BENEDITO

CORTEJO: SAÍDA DO AUTOMÓVEL CLUBE — PRAÇA DR. JOÃO

ALVES ATÉ A IGREJA N. S. DO ROSÁRIO

FESTEIRA: FAMILIA JULIANA PERPÉTUO SOCORRO

FALCOMIERY PEREIRA

REI: MIGUEL ARCANJO PERPÉTUO SOCORRO

PAIS: JULIANA PERPÉTUO SOCORRO

RAINHA: JORDANNA CECILIA PEREIRA

PAIS: ANTÔNIO PEREIRA SANTOS

JULIANA FALCOMIERY PEREIRA

MASTRO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

MORDOMA: FAMILIA NETO

19H00 — SAÍDA: RUA BOTUMIRIM, 123, MONTE ALEGRE.

21H00 — LEVANTAMENTO DO MASTRO: PRAÇA PORTUGAL

SABADO

DIA 17 DE AGOSTO

10H00: IMPÉRIO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

CORTEJO: SAÍDA DO AUTOMÓVEL CLUBE — PRAÇA DR. JOÃO ALVES

ATÉ A IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO

FESTEIRO: SIVA E FAMILIA NETO

IMPERADOR: MAGNO JUNIOR SANTANA DA SILVA

PAIS: MAGNO DIAS SILVA

JANDIRA MODESTO SANTANA DA SILVA

IMPERATRIZ: LUANY DA SILVA CRUZ

PAIS: DERIAN SEBASTIÃO NETO

MARIA ERELENIR DA SILVA

DOMINGO

DIA 18 DE AGOSTO

10H00: ENCONTRO MINEIRO DE TERNOS DE CONGADO-

ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE CATOPÉS, MARIUJOS E CABOCLINHOS DE

MONTES CLAROS

RUA HUMAITÁ, 176 — BAIRRO MORRINHOS

18H00: PROCESSO DE ENCERRAMENTO — TODOS OS GRUPOS.

SAÍDA: CENTRO CULTURAL HERMES DE PAULA — PRAÇA DR.

CHAVES, 32 CENTRO

ROTEIRO:

PRAÇA DR. CHAVES, AVENIDA FILOMENO RIBEIRO, RUA DR. SANTOS, RUA D.

PEDRO II, RUA CAMILO PRAES, RUA GOVERNADOR VALADARES, ATÉ A

IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO.

18H00: MISSA DE ENCERRAMENTO — PRAÇA PORTUGAL

FESTIVAL FOLCLÓRICO

ENCONTROS CULTURAIS

CENTRO CULTURAL HERMES DE PAULA

QUINTA-FEIRA

DIA 15 DE AGOSTO

14H00 AS 17H00: CONTIÇÃO DE HISTÓRIA

PAIRIMÔNIO, EXPERIÊNCIAS E AFETOS

AURI TIAGO

18H00: PALESTRA: ANTIPOSOFA, EDUCAÇÃO E CULTURA — UMA NOVA

ABORDAGEM

PALESTRANTES: PROF. MS. AURI TIAGO E PROF. BRUNNO SOUTO

SABADO

DIA 17 DE AGOSTO

19H00: CINEMA COMENTADO: SUEITO OCULTO NA ROIA DO GRANDE

SERTÃO — O UNIVERSO DE GUIMARÃES ROSA

RODA DE CONVERSA: CINEMA COMENTADO CINECLUBE

LANÇAMENTO DE LIVROS

DIA 15 DE AGOSTO

20H00 — AURI TIAGO

ANTÔNIO, A FORMIGA E

O SER TÃO.

DIA 16 DE AGOSTO

20H00 — AMELINA CHAVES

O PAIS DOS MEUS SONHOS

ENCONTRO DE CAPOEIRA

DIA 16 DE AGOSTO

19H00 — ABERTURA DO FESTIVAL NA VOZ DO CANTADOR

GRUPO CORDÃO DE OURO — PRAÇA DOUTOR CHAVES

DIA 17 DE AGOSTO

14H00 — OFICINAS DE CAPOEIRA — MUSEU REGIONAL DO NORTE DE MINAS

DIA 18 DE AGOSTO

10H00 — ENCERRAMENTO DO FESTIVAL MONTESCLARÃO CAPOEIRA 2019

AULA ABERTA — PRAÇA DOUTOR CHAVES

ENCONTRO DE TAMBORES

Praça Doutor Chaves

QUARTA-FEIRA • 14 DE AGOSTO

ARENA

21H00 — GRUPO SARIÉ

22H00 — ELCIO LUCAS

22H00 — BIANCA LUAR

QUINTA-FEIRA • 15 DE AGOSTO

ARENA

21H00 — GRUPO ZABELÉ

22H00 — BABILAK BAH

SEXTA-FEIRA • 16 DE AGOSTO

ARENA

21H00 — GRUPO FIATAS

22H00 — NGANDAYA

23H00 — PEREIRA DA VIOLA

23H00 — A OUTRA BANDA DA LUA

SABADO • 17 DE AGOSTO

ARENA

21H00 — MAURICIO TIZUMBA

22H00 — BETO GUEDES

OFICINAS MENINOS DO

TAMBOR — TICO

LOPES/CLAUDIO MINEIRO

20H00 — GRUPO BANJE

DOMINGO • 18 DE AGOSTO

ARENA

20H00 — FIOR DE LOTUS

19H00 — BERIMBAU DE OURO

21H00 — 1ª MARIQUADA DE MONTES

CLAROS